UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O QUE FAZEM OS HISTORIADORES, QUANDO FAZEM HISTÓRIA?

A teoria da história de Jörn Rüsen e *Do Império à República*, de Sergio Buarque de Holanda

Arthur Oliveira Alfaix Assis

Orientador: Prof. Dr. Estevão C. de Rezende Martins

BRASÍLIA

2004

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

ARTHUR OLIVEIRA ALFAIX ASSIS

O QUE FAZEM OS HISTORIADORES, QUANDO FAZEM HISTÓRIA?

A teoria da história de Jörn Rüsen e *Do Império à República*, de Sergio Buarque de Holanda

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História. Defendida a 05 de julho de 2004, perante banca examinadora composta pelos professores Luiz Sérgio Duarte da Silva (UFG), Luís de Gusmão (UnB) e Estevão de Rezende Martins (UnB).

BRASÍLIA

2004

AGRADECIMENTOS

Apresentam-se aqui os resultados da investigação que desenvolvi tendo em vista a obtenção do grau acadêmico de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Durante os pouco mais de dois anos de estudos que nele resultaram, contei com o suporte financeiro de uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, que me permitiu dedicação exclusiva às atividades de freqüência a seminários acadêmicos, leitura de textos e redação da dissertação. É importante lembrar que, no encaminhamento das diversas renovações da bolsa, houve sempre compreensão e empenho por parte da coordenação do programa e de seus funcionários. Sem essa ajuda financeira, o que se segue teria que se fazer acompanhar de pretensões ainda mais modestas.

Contei também com o apoio do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), que me custeou, durante os dois primeiros meses de 2004, uma viagem de curta duração à Alemanha pelo programa *DeutschlandkundlicherWinterkurs*. O curso de aperfeiçoamento no idioma alemão, de que participei por ocasião dessa viagem, revelou-se de grande importância para o desenvolvimento da etapa final da investigação. Estive, durante esse período, em contato com o professor Jörn Rüsen, com quem conversei brevemente acerca de alguns aspectos deste trabalho. A ele agradeço a gentileza da recepção e a disponibilidade para ajudar na seqüência de meu percurso intelectual.

Em novembro de 2002, consultei, no Arquivo Central da Universidade de Campinas, os documentos do antigo arquivo pessoal de Sergio Buarque de Holanda. Parte do material pesquisado com a ajuda dos prestativos e competentes funcionários do arquivo foi empregado na elaboração do capítulo 4.

O curso da investigação me levou a estabelecer e/ou aprofundar relações pessoais e profissionais com professores e pesquisadores, que contribuíram, cada um a seu modo, para o desenvolvimento de minha reflexão pessoal. O professor Luiz Sérgio Duarte da Silva foi quem, em 1999, quando eu cursava a graduação em História em Goiânia, apresentou-me o pensamento de Jörn Rüsen. De lá para cá temos nos mantido em constante contato e ele tem persistido como um importante estimulador de minhas tentativas de reflexão no campo da teoria da história. Outro amigo que tem me encorajado e auxiliado nesses propósitos é o professor Carlos Oiti Berbert Júnior, com quem também estudei na Universidade Federal de Goiás. O diálogo freqüente com ele em muito ajudou a compreender os diferentes pontos de vista presentes no debate contemporâneo sobre teoria da história e a precisar melhor minha própria posição. Além deles, gostaria de mencionar também os nomes de Vanessa Brasil, Pedro Caldas, Astor Diehl, Nelson Gomes, Luís de Gusmão, Jordino Marques, Marlon Salomon, Noé Freire Sandes e Robert Wegner. A todos os aqui lembrados e aos outros, que, embora não mencionados, de alguma maneira, ajudaram-me a desenvolver a investigação que culminou neste trabalho, gostaria de manifestar minha gratidão.

Tenho também uma enorme dívida de gratidão para com meu orientador, o professor Estevão de Rezende Martins. Ele tem sido há muito tempo no Brasil o mais importante agente e divulgador da reflexão teórica acerca da história e a proximidade acadêmica e pessoal com ele me foi de suma importância para o desenvolvimento do trabalho. A ele agradeço não somente pela disposição em ajudar a encontrar caminhos para a investigação e para a dissertação que a apresenta, mas também pelo empenho com que muitas vezes liquidou questões burocráticas, que poderiam interferir negativamente no andamento da pesquisa, e pelo auxílio nas decisões quanto ao futuro de minha trajetória profissional.

É quase desnecessário dizer que, se, eventualmente, a boa vontade das sugestões, indicações e conselhos desses colaboradores foi seguida de equívocos na construção de

minha argumentação e na redação do texto, a responsabilidade por estes somente pode ser atribuída a mim.

Por fim, gostaria de registrar alguns agradecimentos, de ordem mais pessoal, a Ary, David, Gustavo, Eduardo, Frederico, Helena, Juca (*in memoria*), Liliana, Marly, Patrícia, Rogério e William.

SUMÁRIO

Agradecimentos 3

Resumos 7

Introdução 10

Capítulo 1: **A problemática da orientação na ciência da história** 21
1.1. Carências de orientação 22
1.2. Funções orientativas 32

Capítulo 2: A problemática da validação na ciência da história 39
2.1. Perspectivas orientadoras da experiência do passado 40
2.2. Métodos de pesquisa empírica 50

Capítulo 3: A problemática da representação na ciência da história 61
3.1. Formas de apresentação 62

Capítulo 4: A teoria da história de Jörn Rüsen à prova de *Do Império à República* 78
4.1. Palavras iniciais 81
4.2. Arquitetura categorial 83
4.3. Modos típicos da constituição histórica de sentido 93
4.4. Contexto de orientação 104

Considerações finais: Razão e garantias de validade na ciência da história 113

Bibliografia 123

RESUMO

O que fazem os historiadores, quando fazem história?
A teoria da história de Jörn Rüsen e "Do Império à República", de Sergio Buarque de Holanda

Este trabalho trata da concepção de ciência da história de Jörn Rüsen, tal como exposta na trilogia *Fundamentos de uma Teoria da História*. Primeiramente (caps. 1 a 3) são apresentados e discutidos os componentes da matriz disciplinar da ciência da história, conceito com a ajuda do qual Rüsen interpreta o conjunto dos fundamentos dessa prática profissional. Em seguida (cap. 4), ilustra-se a validade de tais idéias, mobilizando-as para a compreensão de um texto historiográfico, *Do Império à República*, escrito pelo historiador brasileiro Sergio Buarque de Holanda. Com base na teoria da ciência da história de Rüsen e nesse exemplar das manifestações empíricas de que tal teoria visa a dar conta, pretende-se discutir a natureza, o significado e as funções da prática profissional dos historiadores.

ABSTRACT

What do the historians do, when they do history?
Jörn Rusen's theory of historiography and "From Empire to Republic", of Sergio Buarque de Holanda

This work concerns to Jörn Rüsen's conception of professional historiography, focused on his triology *Fundamentals of a Theory of History*. Firstly (chapters 1 to 3) it presents the components of the disciplinary matrix, the concept with witch Rüsen interprets the professional historiography's set of fundamentals. In the sequence it illustrates the validity of Rüsen's ideas, by using them in the interpretation of a historiographical text, *Do Império à República*, written by the brazilian historian Sergio Buarque de Holanda. Basing on Rüsen's theory of historiography and on that examplary of this theory's essential object one intends to discuss the nature, the significance and the functions of professional historians' scientifical practice.

ABRIß

Was machen die Historikern, wenn Geschichte machen?
Die Geschichtstheorie Jörn Rusens und "Vom Kaiserreich zur Republik", von Sergio Buarque de Holanda

Diese Arbeit befässt sich mit der Konzeption von Geschichtswissenschaft Jörn Rüsens, wie sie in seiner Trilogie *Grudzüge einer Historik* festgelegt ist. Erstens (Kapiteln 1 bis 3) werden die Bestandteile der geschichtswissenschaftlichen disziplinären Matrix dargestellt und diskutiert. Die disziplinäre Matrix ist jener Begriff, mit dem Rüsen den Grundlagenzusammenhang der Geschichtswissenschaft interpretiert. Anschliessend (Kapitel 4) wird die Relevanz und Anwendbarkeit seiner Ideen dadurch ilustriert, daß sie für die Erklärung eines historiographichen Textes benutzt werden, nähmlich des *Do Império à República* vom brasilianischen Historiker Sergio Buarque de Holanda. Anhand der Geschichtstheorie Rüsens und eines solchen Beispiels ihres möglichen Gegenstandes – d. h. die wissenschaftliche Geschichtschreibung – verfügt man über eine angemessene Grundlage, um die Natur, die Bedeutung und die Funktionen der professionellen Praxis der Historiker kritisch darzulegen.

A teoria da história é relevante para o historiador, porque ela investiga os fundamentos e pressupostos de sua ciência. Habitante do templo da ciência, o historiador deve responder a expectativas por um saber seguro quanto às estruturas e fundamentos desse edifício. Sem esse conhecimento, ele permanece um provinciano, apesar de sua 'experiência de viagem' na dimensão do tempo, porque não está em condições de, nesse edifício, precisar o seu lugar.

Chris Lorenz[1]

Quando leio um autor, creio nele, pertenço inteiramente a ele. Torno-me Espinosa quando leio Espinosa. Esse hábito vem de muito longe. Quando eu era um jovem professor em Estrasburgo, em 1948, decidi ler um autor de cabo a rabo durante o ano, portanto viver num autor. Para ensinar bem um autor é preciso habitá-lo.

Paul Ricoeur[2]

O projeto teórico de Jörn Rüsen é melhor concebível não como uma tentativa de oferecer uma visão definitiva sobre a história, mas como uma caixa de ferramentas, constituída de questões que podem ser respondidas para gerar efeito iluminador sobre o imenso e variado corpo da historiografia, com o qual nos confrontamos após um século e três quartos de produção histórica "profissional".

Allan Megill[3]

---

[1] "(...) ist die Geschichtstheorie für den Historiker relevant, da sie die Grundlagen und Voraussetzungen seiner Wissenschaft untersucht. Als Bewohner des Tempels der Wissenschaft darf man von ihm auch ein gewisses Wissen von der Struktur und den Fundamenten dieses Gebäudes erwarten. Ohne diese Kenntnisse bleibt er trotz seiner 'Reiseerfahrung' in der Dimension der Zeit ein Provinzler, da er nicht in der Lage ist, seinen eigenen Platz in diesem Gebäude zu bestimmen". ("Theorie der Geschichte – was ist das?", p. 12).

[2] Entrevista ao *Le Monde*, republicada na *Folha de São Paulo*, 29 de fevereiro de 2004.

[3] "His [Rüsen's] theoretical project is best approached not as an attempt to offer a definitive view of historiography but rather as a tool-box, containing questions that can be asked with illuminating effect of the immense and varied body of historiography that, after a century and three-quarters of 'professional' historical produtions, now confront us". ("Jörn Rüsen's theory of historiography between modernism and rhetoric of inquiry, p. 60).

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é a ciência da história. A ciência da história é a tradição intelectual que congrega a acumulação das convenções metódicas (exemplares e regras de pesquisa, padrões de formação de conceitos, modelos de argumentação, cânones narrativos) relacionadas à prática dos historiadores profissionais. Quando conformes aos requisitos estipulados por essas convenções, produtos historiográficos podem ser considerados expressão da mais complexa modalidade de interpretação histórica do passado. Ela se estabeleceu originalmente no espaço cultural alemão entre o final do século XVIII e o início do XIX, com a afirmação do chamado historicismo, e, depois disso, difundiu-se, com intensidade variável, por outras culturas históricas, sobretudo as de matriz ocidental. Uma determinada concepção do significado e dos fundamentos dessa forma de interpretar historicamente o passado é o que estará aqui em foco: a que foi elaborada e vem sendo desenvolvida pelo historiador alemão Jörn Rüsen.

Em geral, análises do conhecimento histórico científico tais como a de Rüsen, podem ser convenientemente chamadas de teorias da história. A teoria da história é um campo de reflexão que procura problematizar as condições em meio às quais se pratica a ciência da história. Ela se diferencia da história propriamente dita, porque esta, de sua parte, concentra-se na investigação e na apresentação da experiência do passado. À teoria da história importa estimular uma reflexão bastante diversa, cujo propósito é a

compreensão do que está em jogo nessa investigação e apresentação historicamente realizadas. O conjunto fundamental das peças desse jogo se forma dos condicionantes que tornam as histórias possíveis. A teoria da história é o estudo de tais condições de possibilidade.[1] O "objeto" da história, o passado humano, portanto, não é o mesmo do da teoria da história e se a pergunta por o que foi o caso no passado serve para precisar o significado elementar do que faz o historiador com seu trabalho intelectual, o objeto da teoria da história, por sua vez, poderia ser definido como aquele que é interpelado pela pergunta quanto ao que fazem os historiadores, quando fazem história.[2]

Jörn Rüsen, o autor por cuja teoria da história se interessa o presente trabalho, nasceu em 1938 em Duisburg, no atual Estado da Renânia do Norte/Westfália. Estudou história, filosofia, germanística e pedagogia na Universidade de Colônia. Lecionou nas universidades de Braunschweig, Berlim, Bochum, Bielefeld e Witten-Herdecke e tem, desde meados dos anos 1960, dedicado suas atenções intelectuais a temas relacionados à história, a suas condições de produção e à sua repercussão no panorama geral da cultura. É possível identificar em sua reflexão acerca da história três linhas gerais interconectadas: a primeira conduz as investigações acerca da ciência da história e de seus fundamentos na direção de uma teoria sistemática da história; a segunda se concentra nos processos históricos de formação da moderna ciência da história e, portanto, diz respeito à história da historiografia; e a terceira concerne à assimilação e apropriação do conhecimento histórico no contexto da vida social e contribui para fomentar e enriquecer uma didática da história.

Toda essa reflexão foi desenvolvida no contexto da primeira grande ruptura experimentada pela tradição historiográfico-científica alemã com relação aos modelos a ela legados pelo historicismo do século XIX. Da metade do século XX em diante, um forte movimento intelectual concorreu para uma revisão da tradição historicista de pensamento histórico, ampliando ou redirecionando o foco das atenções na cultura historiográfica alemã. Os autores que o impulsionaram estavam introduzindo em seus trabalhos historiográficos o emprego explícito e consciente de teorias tomadas emprestadas às ciências sociais (contrapondo-se, assim, ao uso inconsciente de teorias ou "idéias" pela tradição historicista), tinham por objeto de estudo preferencial fenômenos ou estruturas sociais (ao invés de eventos políticos e diplomáticos) e propunham um acerto de contas

[1] Reinhart Koselleck. "Historik und Hermeneutik".
[2] A língua portuguesa reserva também um outro significado para a palavra história. Ela pode ser usada para qualificar as próprias ocorrências, de que se ocupa a história como investigação e interpretação do passado.

com o passado alemão, sobretudo com o do período nacional-socialista, que auxiliasse na consolidação de uma identidade nacional capaz de incorporar os traumas que dele eram e são parte (e que a tradição historicista ainda hegemônica no imediato pós-guerra tinha optado por tentar esquecer). Um dos grupos intelectuais que mais fortemente concorreu para impulsionar o desenvolvimento dessa relativa mudança de paradigma no cenário historiográfico alemão foi o encabeçado pelos historiadores Hans-Ulrich Wehler e Jürgen Kocka, freqüentemente designado pela expressão "Escola de Bielefeld". Entre finais dos anos 1960 e início dos 70, uma reforma e ampliação do sistema universitário na Alemanha permitiu que historiadores vinculados a esse grupo, além de outros, que, embora dele não fizessem parte, também pugnavam por uma guinada historiográfica, conseguissem se estabelecer em postos acadêmicos estáveis. O impulso renovador e sua institucionalização no ambiente acadêmico deram ocasião a que fossem empreendidos esforços paralelos de reflexão teórica sobre o conhecimento histórico, como os de que são exemplos não só as obras de Rüsen, mas também as de outros importantes autores como, entre outros, Reinhart Koselleck, Hermann Lübbe e Thomas Nipperdey.[3]

O argumento que os capítulos a seguir pretendem sustentar é o de que a teoria da história de Jörn Rüsen é uma excelente referência para a compreensão da natureza, do significado e das funções da ciência da história. Em sua preparação optou-se por recortar, no conjunto das obras de Rüsen, a parte mais direta e sistematicamente relacionada à problemática da ciência da história, isto é, a que é formada pelos textos constitutivos da trilogia *Grundzüge einer Historik* (*Fundamentos de uma teoria da história*), publicada ao longo dos anos 1980.[4]

É, portanto, esse o conjunto de textos do autor em torno do qual se concentra aqui a maior parte da reflexão.[5] Com seus *Fundamentos de uma Teoria da História*, Rüsen concretiza um propósito de renovação da *Historik*, a matriz de reflexão sobre o pensamento

---

[3] Allan Megill. "Jörn Rüsen`s theory of historiography between modernism and rhetoric of inquiry"; Estevão de Rezende Martis. "Historiografia alemã do século 20: encontros e desencontros"; Frank Ankersmit. "Review of Jörn Rüsen's *Rekonstruktion der Vergangenheit*: Grundzüge einer Historik II".

[4] *Grundzüge einer Historik* é um trabalho formado por *Historische Vernunft*: *Die Grundlagen der Geschichtswissenschaft*, 1983 (*Razão Histórica*: *os fundamentos da ciência da história*), *Rekonstruktion der Vergangenheit*: *Die Prinzipien der historischen Forschung*, 1986 (*Reconstrução do Passado*: os *princípios da pesquisa histórica*) e *Lebendige Geschichte*: *Formen und Funktionen des historischen Wissens*, 1989 (*História Viva*: *formas e funções do conhecimento histórico*). *Razão Histórica* é o único dos volumes de que já se dispõe de edição brasileira e foi ela a empregada neste trabalho. No caso dos dois outros, foram consultadas as versões originais.

[5] Não obstante isso, foram também consultados e estudados outros textos de Rüsen, dos quais, vez por outra, mobilizam-se idéias, quando julgadas úteis ao esclarecimento ou desenvolvimento da argumentação.

histórico que, acompanhando e estimulando a constituição da ciência da história, foi sistematizada na segunda metade do século XIX pelo historiador Johann Gustav Droysen.[6] A *Historik* é uma reunião dos componentes reflexivos que atuaram e atuam em todas as formas complexas do pensamento histórico.[7] Em sua sistematização por Droysen ela ganhou o sentido de uma teoria da ciência da história, cujo objetivo era o de investigar os fundamentos, as implicações e o significado do trabalho intelectual dos historiadores.[8] Tratava-se, portanto, de uma reflexão meta-histórica, concebida e realizada de dentro do próprio ambiente intelectual de que as histórias se originam. Por isso ela podia e pode ser considerada como a instância da auto-reflexão da ciência da história. Em sua trilogia, Rüsen aborda os fundamentos da ciência da história desde a perspectiva geral construída pela tradição da *Historik*. O próprio título da coleção já explicita o caráter essencial dessa vinculação intelectual. Isso, no entanto, não é expressão de uma adesão à *Historik* que desconsidera ou mascara suas insuficiências e inadequações para a abordagem de culturas historiográficas que muito mudaram desde os tempos de Droysen. Na verdade, o projeto concretizado por Rüsen nos *Grundzüge* pode ser entendido como uma atualização dessa tradição intelectual às circunstâncias empíricas do fazer historiográfico contemporâneo. Tal atualização responde a pelo menos duas novidades do cenário historiográfico atual, uma de natureza metodológica, a outra de caráter teórico.

A primeira delas se relaciona à ampliação dos objetos do conhecimento histórico científico e à conseqüente multiplicação das estratégias metódicas, que resultaram ambas em uma significativa complexificação da problemática da ciência da história. Não há dúvida de que, nos dias de hoje, em muito se ampliaram a dimensão e a variedade dos campos de objetos abordáveis pelos historiadores profissionais e dos métodos empregáveis nessa abordagem. Essa circunstância torna insuficiente qualquer concepção de historiografia que se alicerce ou sobre a pressuposição de uma unidade substantiva dos conteúdos estudados pela ciência da história e dos seus métodos de pesquisa,[9] ou sobre o

---

[6] É interessante destacar que a tese de doutoramento apresentada por Rüsen em 1966 tinha por tema a gênese e a fundamentação da teoria da história de Johann Gustav Droysen e que a forte influência deste sobre seu pensamento está longe de ser negada. Ver, quanto a isso, p. e., a entrevista de Rüsen à Ewa Domanska, p. 141.

[7] Jörn Rüsen. "Historik: Überlegungen zur metatheoritischen Selbstauslegung und Interpretation des historischen Denkens im Historismus (und außerhalb)", p. 80-84.

[8] Quanto à *Historik* de Droysen, ver Luiz Sérgio Duarte da Silva. "Droysen: a fundamentação da ciência da história pela via da produção de uma antropologia histórica".

[9] Allan Megill. "Jörn Rüsen`s theory of historiography between modernism and rhetoric of inquiry", p. 57.

propósito enciclopédico de listar a totalidade desses conteúdos e métodos.[10] Com sua teoria da história, Rüsen consegue contornar essas dificuldades na elaboração de imagens panorâmicas da historiografia atual. Ele considera a teoria da história, enquanto análise dos fundamentos da ciência da história, um recurso que oferece aos historiadores a oportunidade de somar à visão das "árvores", de que se ocupam por força dos imperativos metódicos da especialização, uma visão geral da imensa "floresta" em que se constituiu a disciplina histórica.[11] Sua própria teoria da história compõe-se de um conjunto de lentes conceituais através das quais se pode mirar essa floresta. Uma visão de conjunto assim articulada é viável e plausível, porque se assenta sobre a definição de princípios gerais que atuam na constituição de todo e qualquer conhecimento histórico científico. A teoria da história de Rüsen se apresenta como resultado de um procedimento decantatório, com o que da multiplicidade das práticas historiográficas se buscaram extrair princípios subjacentes a todas elas. Dessa forma, ela se qualifica para servir à interpretação de diferentes correntes historiográficas, podendo ser usada como referência meta-teórica de orientação em meio ao contexto da multiplicação dos métodos e técnicas de pesquisa e da dissolução e fragmentação da identidade disciplinar da ciência da história.[12]

Em segundo lugar, a atualização da tradição da *Historik*, realizada por Jörn Rüsen responde a um desafio teórico-epistemológico, que se lançou à ciência da história depois da chamada guinada lingüística. As inovações metodológicas no panorama historiográfico atual correspondem a modificações internas no objeto da teoria da história. A ênfase do debate meta-teórico contemporâneo nos aspectos lingüísticos envolvidos na historiografia está relacionada, por outro lado, a uma reflexão externa ao ambiente da ciência da história, realizada, a princípio, por autores filiados à tradição da filosofia analítica, como Carl Hempel e Arthur Danto e, depois, por autores que, como é o caso de Hayden White, fundamentam sua abordagem do conhecimento histórico em conceitos derivados da teoria

[10] *Razão Histórica*, p. 28.
[11] *Ibid*., p. 27.
[12] É importante ter presente que essa abertura e adequação a diferentes tradições metodológicas da ciência da história tem, no contexto específico da historiografia alemã, também o significado de uma legitimação do modelo de história social, nele emergente na segunda metade do século XX. Basta consultar a Metódica, apresentada em *Reconstrução do Passado*, para perceber que, embora a concepção de pesquisa histórica de Rüsen seja essencialmente hermenêutica, ou seja, ligada ao pressuposto de que cabe aos historiadores a tarefa de compreender o significado do agir humano do passado e de apresentá-lo como experiência significativa para o presente, está ela suficientemente aberta para considerar a importância que para tal tarefa pode ter a reconstrução analítica das condições e circunstâncias que delimitaram as possibilidades de ação, estratégia tipicamente empregada no campo história social (*Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 127-135). Isso, no entanto, não implica que a validade das considerações teóricas de Rüsen seja restrita ao espaço historiográfico alemão – mesmo que surjam de questões e desafios concretos a ele ligados.

da literatura. O desdobramento dessas reflexões, originadas fora do espaço intelectual da ciência da história, é o ponto de vista segundo o qual há, na organização, articulação e apresentação de uma explicação do passado pelas histórias, um caráter construtivo, que, ao sabor das inclinações de cada autor, é ora mais ora menos acentuado. Contemporaneamente, esse caráter construtivo é interpretado como resultado de uma mediação indispensável para o conhecimento histórico, a que é efetuada pelas estruturas formais narrativas. Rüsen acolhe esse ponto de vista, assimilando-o à perspectiva da *Historik* e reservando a ele um espaço privilegiado na montagem do conjunto dos princípios do conhecimento histórico científico.[13] Sua teoria da história pode ser chamada de narrativista, uma vez que ela reconhece na idéia de narrativa o fundamento mais elementar da atividade dos historiadores. Tal reconhecimento, no entanto, ao contrário do que é usual entre as variantes pós-modernas do narrativismo, é acompanhado da constatação de que as narrativas históricas estabelecem com a realidade uma relação de referência diversa da que é comum em outras formas de narrativa, porque pretendem dar conta do que efetivamente se passou. Isso conduz as considerações de Rüsen acerca da natureza da historiografia a formarem algo diverso de e mais elementar que uma tipologia formal de gêneros narrativos. Para Rüsen, a evocação da lembrança por meio de uma representação do passar do tempo formadora de identidade confere à narrativa histórica uma marca distintiva importante e, por isso, toda a problemática da historiografia deve ser perseguida a partir dessa distinção e não com base em um conceito geral de narrativa. É por isso que a tipologia da narrativa histórica que ele adiciona à sua *Historik* consiste em uma espécie de "gramática" das funções da historiografia e se estrutura em torno do pressuposto de que a história está ligada essencialmente à tarefa da orientação cultural da vida humana através da constituição de sentido (*Sinnbildung*).[14]

Ao formular sua resposta a esse segundo desafio, Rüsen refunda as bases da *Historik*, articulando a teoria da ciência da história a uma teoria geral da constituição cultural de sentido. A "imagem" da ciência da história por ele apresentada faz ver as raízes dessa prática profissional na experiência cotidiana do viver no tempo. O conceito que realiza a conexão teórica entre a ciência da história e os processos de constituição de sentido, inerentes à experiência temporal, é o de pensamento histórico. Para Rüsen, pensar historicamente, percorrer o processo intelectual que conduz a um resultado lingüístico

[13] Henk De Jong. "Historical orientation: Jörn Rüsen's answer to Nietzsche and his followers", p. 281.
[14] Jörn Rüsen. *Lebendige Geschichte*, p. 39; "Die vier Typen des historischen Erzählens", p. 517-518.

designável como "história", é realizar de uma maneira particular uma tarefa sobre a qual se assenta a possibilidade de conceber um mundo (cultural) humano como uma espécie de outra dimensão do mundo natural. O procedimento com que se edifica, mantém e afirma esse outro mundo é precisamente o da constituição de sentido sobre a experiência do tempo. O chamado pensamento histórico é uma forma especial de realizá-lo. Com o pensamento histórico, a temporalidade inerente aos processos cotidianos de atribuição subjetiva de sentido e à cultura, como ambiente geral do agir e sofrer humanos, é trazida à consciência e elaborada cognitivamente, permitindo que seja ganha uma nova dimensão de orientação a esse agir e sofrer. A ciência da história é, em seu significado mais profundo e elementar, uma modalidade do pensamento histórico e isso implica, que ela seja também uma forma cultural de constituição de sentido.

A mais significativa contribuição da teoria da história de Rüsen, tal como exposta nos *Grundzüge*, consiste em um esquema conceitual que descreve e explica abstratamente o modo específico da constituição de sentido pelo pensamento histórico, quando realizado nos moldes metódicos da ciência. Com ela, Rüsen pretende esclarecer o que significa o ganho racional a que está sujeito o pensamento histórico em sua versão científica. Trata-se da matriz disciplinar da ciência da história, apresentada em *Razão Histórica* e desdobrada em seus elementos fundamentais ao longo da trilogia.[15] A matriz disciplinar pretende abranger todos os elementos essenciais em jogo na produção de histórias pelos historiadores profissionais e representa uma solução conciliatória para os impasses a que chegou o debate contemporâneo sobre o conhecimento histórico. Ao optar por esse caminho, Rüsen tenta integrar sinteticamente pontos de vista discordantes, de maneira a contornar os problemas de um objetivismo estreito, desinteressado no tema da representação histórica e confiante nos métodos de pesquisa enquanto meios infalíveis para

[15] O conceito de matriz disciplinar foi empregado por Thomas Kuhn no posfácio escrito em 1969 para a edição japonesa de *A Estrutura das Revoluções Científicas.* Nesse texto são avaliadas e respondidas críticas às teses de Kuhn acerca da estrutura de funcionamento da ciência e dos seus padrões de desenvolvimento. Matriz disciplinar é empregada para tornar mais claro o conceito de paradigma, apresentado na obra original. Ela congrega o conjunto dos elementos determinantes da filiação de um cientista a uma tradição científica e a uma comunidade acadêmica. Kuhn afirma que tais elementos consistem em generalizações simbólicas, crenças em modelos, valores e exemplares de pesquisa (p. 226-232). O conceito de paradigma passa, então, a ser aplicado a esse último elemento, os exemplares de pesquisa, abrangendo a experiência da resolução de problemas científicos, determinada pela formação intelectual do cientista nos quadros de uma tradição de pesquisa e suscetível de ser mobilizada no confronto com novos problemas. O emprego do conceito de matriz disciplinar na teoria da história de Jörn Rüsen preserva o propósito de especificar o conjunto dos elementos determinantes para um setor do conhecimento humano, mas a adapta a características que a ciência da história não compartilha com as ciências de que tratou mais diretamente Thomas Kuhn, bem como à herança reflexiva e vocabular de outras tradições de pensamento meta-teórico, diversas da filosofia da ciência.

a perseguição das verdades escondidas nas fontes, e os de um construtivismo radical, que ao se fiar na idéia de narrativa como construção autônoma em relação às fontes, não apresenta um esclarecimento satisfatório da problemática envolvida na relação entre historiografia e pesquisa. Tal propósito é levado a se concretizar na especificação dos cinco princípios fundamentais, cuja interação sustenta a tradição da ciência da história: carências de orientação, perspectivas orientadoras da experiência do passado (idéias), métodos de pesquisa empírica, formas de apresentação e funções de orientação. Conforme o que já se indicou, tais princípios são extraídos por Rüsen a partir de uma operação que busca isolar do complexo conjunto das práticas historiográficas os elementos gerais que fornecem fundamento a todas elas. Ao espaço de tensão entre eles corresponde o conceito de matriz disciplinar da ciência histórica, fio-condutor da reflexão sobre a ciência da história nos *Fundamentos de uma teoria da história*.

Os cinco fatores da matriz disciplinar da ciência da história, embora simultaneamente presentes nas manifestações concretas da historiografia científica, podem ser artificialmente isolados. É útil descrevê-los como uma cadeia interdependente de elementos, que emergem do fato de que a vida humana se realiza no horizonte do tempo. Porque a experiência do tempo comporta acontecimentos ou conjuntos de acontecimentos como ascensão e queda, nascimento e morte, juventude e velhice, pode-se dizer que ela se dá contingentemente, isto é, de um modo cujo controle tende a escapar às mãos e mentes humanas. Isso torna necessário, ao desempenho do agir e do sofrer, a elaboração cognitiva de tais experiências.[16] Para viver, os homens têm de agir e requisito da ação é que nela estejam presentes intenções, que devem ser orientadas, para que o agir se conduza racionalmente. Tal circunstância é expressão de que a vida humana se processa sempre em meio a *carências de orientação*. O pensamento histórico surge em resposta a essas carências. Seu propósito fundamental é disponibilizar orientações com as quais intenções de agir possam ser depuradas no "filtro" fornecido pela interpretação histórica da experiência do passado. Nem todas as carências de orientação, todavia, são contempladas com constituições de sentido e nem todos esses processos se dão no âmbito específico da consciência histórica. Para que a consciência histórica entre em ação é preciso que essas carências sejam articuladas a *perspectivas orientadoras da experiência do passado* ou *idéias*, "pontos de vista supra-ordenados acerca do passado, no âmbito dos quais ele se

[16] Jörn Rüsen. "Making sense of time: towards a universal typology of conceptual foundations of historical consciousness", p. 194.

constitui e é reconhecido como 'história'".[17] As idéias transformam as carências de orientação em interesses no conhecimento histórico. Elas se apresentam como critérios de coordenação da interpretação do passado, determinando seu direcionamento concreto. Para que seja produzido conhecimento histórico científico, é preciso, contudo, que essas perspectivas articuladas a interesses práticos emergentes da vida atual sejam postas em relação com os registros que dão testemunho da facticidade do passado. Quanto a isso, exercem papel fundamental os *métodos de pesquisa empírica*, conjunto de exemplares e regras acumuladas ao longo da história disciplinar, definidor dos procedimentos, que, na heurística, crítica e interpretação das fontes, asseguram o padrão de qualidade das realizações da ciência da história. Se a historiografia científica pretende-se um discurso acerca do que foi o caso no passado, ela não pode extrapolar os limites da experiência.[18] Tais limites são estabelecidos para os historiadores na etapa da pesquisa, quando se extrai dos vestígios do passado conteúdos empíricos intersubjetivamente válidos. A comunicação da experiência pesquisada faz-se, por sua vez, pelas *formas de apresentação*. É somente através delas que os conteúdos empíricos obtidos mediante pesquisa são fundidos para formar uma representação narrativa da continuidade temporal de passado, presente e futuro reconhecível como histórica. Através de sua elaboração em totalidade narrativa, a experiência do passado se converte em sentido para o presente, exercendo, assim, *funções orientativas*, com as quais se responde às carências em relação a que o pensamento histórico é chamado à tona.

No que se segue, busca-se considerar a estrutura e o significado da ciência da história a partir desses cinco princípios. Em sua interação sistemática, geradora da matriz disciplinar, eles consistem na síntese da resposta de Rüsen à questão pelo que fazem os historiadores, quando fazem história. Essa nunca é uma questão tão simples como sua enunciação pode fazer parecer. Formulá-la implica dirigir o olhar para uma infinidade de práticas intelectuais muito diferentes entre si, cuja identidade, muitas vezes, parece derivar somente da circunstância de serem realizadas por pessoas que se apresentam como membros de uma mesma comunidade acadêmica, a dos historiadores profissionais, sem que se deixe claro qual o significado dessa identificação. Responder a ela é ordenar a percepção dos objetos que interpela, de maneira que possam ser revelados os fundamentos que os tornam identificáveis. Uma ordenação como essa resultará sempre de escolhas

[17] *Razão Histórica*, p. 31-32.
[18] Jörn Rüsen. "Narratividade e objetividade nas ciências históricas", p. 94.

teóricas, influenciáveis por fatores os mais diversos e, muitas vezes, até mesmo, subjetivos e arbitrários. É, aliás, por isso que a teoria da ciência da história de Rüsen se apresenta como *uma* teoria da história. Ela não é a única resposta possível e plausível à referida questão e em sua elaboração se manteve consciência desse fato. Mas é, sem dúvida, uma boa resposta e ao longo deste trabalho, à medida que ela for sendo apresentada, espera-se poder reforçar suficientemente as bases que justificam essa afirmação.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. Os três primeiros consistem em um comentário às idéias expostas por Rüsen nos *Grundzüge*. Eles as seguem bem de perto com o fito de compreendê-las e, em alguns poucos momentos, elaborá-las. No primeiro, trata-se das carências de orientação e das funções orientativas na ciência da história, componentes com os quais Rüsen abre a problemática da orientação histórica. Nele se aborda o desempenho orientativo da ciência da história como o resultado de uma dupla racionalização das formas culturais de interpretação do passado, avaliam-se os limites de do potencial de orientação implicado nessa racionalização e discute-se o processo de formação histórica como resultado possível da identificação subjetiva orientada pela ciência da história. No segundo, são consideradas as perspectivas orientadoras da experiência do passado e os métodos de pesquisa, conformadores do campo em que se afirma a problemática da validação na ciência da história. Perspectivas e métodos são os fatores diretamente atuantes na etapa da pesquisa e, por isso, relacionam-se à fundamentação do conhecimento histórico, àquilo em razão do que ele pode se apresentar enquanto um saber válido acerca da experiência do passado. Nesse capítulo se apresentam as perspectivas como elementos determinadores do caráter histórico da cognição do passado cientificamente realizada e as estratégias metódicas comumente empregadas na efetivação do contato cognitivo entre o historiador e a experiência do passado. O terceiro capítulo, por sua vez, tematiza a problemática da representação na ciência da história, enfocando as formas de apresentação. Ele discute o problema das relações entre pesquisa e historiografia e apresenta a tipologia da narrativa histórica, composta por Rüsen para esclarecer a natureza da construtividade envolvida na elaboração do discurso histórico.

O subtítulo da dissertação anuncia, porém, que o recurso à teoria da história de Rüsen para uma resposta à questão geral quanto à natureza da ciência da história (colocada no título) dá-se em paralelo ao destaque e exame de um exemplo da prática historiográfico-científica. Esse exame tem lugar no capítulo 4, em que se "aplica" uma parte das idéias de

Rüsen, apresentadas nos três primeiros capítulos, a uma tentativa de compreensão de *Do Império à República*, texto escrito pelo historiador brasileiro Sergio Buarque de Holanda. Com essa "aplicação" da teoria da história de Rüsen se pretende tanto demonstrar mais concretamente a sua pertinência geral, quanto ilustrar a viabilidade de sua utilização no estudo da historiografia científica. Feito isso, o trabalho se encerra com uma breve reflexão acerca de um tema recorrente na parte da obra de Rüsen de que se trata aqui, o das garantias de validade na ciência da história. A abordagem desse tema deixa entrever a concepção de razão pressuposta pela teoria da história de Rüsen, reforçando e ampliando a compreensão de suas formulações acerca do que fazem os historiadores em sua prática profissional.

CAPÍTULO 1

A problemática da orientação na ciência da história

A especificidade do agir e do sofrer humanos repousa no imperativo de que ações e paixões tenham ou façam sentido. Ações que possuem ou fazem sentido são ações que se executam de forma orientada. Elaboração e assimilação de orientações, portanto, fazem parte dos desempenhos de consciência que se situam na base de tudo aquilo que os seres humanos fazem ou sofrem em meio ao substrato cultural que constitui a face mais importante de seu mundo vital. Uma das vertentes diferenciáveis desse trabalho de auto-orientação da subjetividade humana está relacionada à construção e recepção de representações narrativas da continuidade entre a facticidade do passado, a atualidade do presente e a esperabilidade do futuro. Ela é designada por Rüsen de orientação histórica. O caráter e o significado da orientação histórica disponibilizada pelo modo científico de pensamento histórico constituem o tema deste capítulo.

No esquema da matriz disciplinar da ciência da história, a orientação histórica é apresentada como realização relacionada tanto início, quanto ao fim de um pensamento histórico. Ela se dá, ao mesmo tempo, antes e depois das operações da pesquisa e da historiografia.[1] Rüsen diferencia a orientação cultural da ciência da história tomando por

[1] *Razão Histórica*, p. 35.

base exatamente essa duplicidade que marca sua execução. Ele apresenta dois níveis distintos e interconectados de orientação. O primeiro deles está vinculado ao fato de que o pensamento histórico incorpora, nas diretrizes que regem sua abordagem do passado, *carências de orientação no tempo*, provenientes de contextos atuais da vida. O outro aparece como uma espécie de conseqüência do primeiro: é que as carências incorporadas ao trabalho de reconstrução histórica do passado tornam os resultados narrativos do pensamento histórico "vivos" para aqueles aos quais eles se destinam, ou seja, atuam abrindo possibilidades para que o agir e o sofrer sejam orientados por tais resultados. Nesses desdobramentos narrativos do modo histórico de lidar com o passado se entrevê o exercício de *funções orientativas*. Essa diferenciação entre carências de orientação e funções orientativas no trabalho da orientação histórica, fundamental na teoria da história de Jörn Rüsen, é tomada como ponto de apoio pela argumentação que se segue. Porque a incorporação de carências de orientação e o exercício de funções orientativas são características comuns a todas as formas de pensamento histórico, a abordagem da problemática da orientação na ciência da história recorre, em alguns pontos, a um exame da orientação histórica em geral. Tal recurso parece necessário para que se compreenda que e como o desempenho orientativo da ciência da história tem suas raízes estabelecidas na vida prática cotidiana.

1.1. Carências de orientação

Para Rüsen, a participação de carências de orientação temporal na tábua dos elementos constitutivos de todo pensamento histórico é o evento determinador da atualidade das histórias. Essa atualidade diz respeito ao fato de que o pensamento histórico sempre se refere ao horizonte de presente do qual se conduz sua execução. Não deve causar nenhum espanto essa afirmação de que histórias não se relacionam exclusivamente com a dimensão temporal do passado. Elas, em verdade, falam do passado, mas falam dele, para que esse falar tenha sentido para o presente e libere, ao mesmo tempo, possibilidades de futuro. Histórias somente têm sentido, quando implícita ou explicitamente tematizam, em um presente, os nexos que vinculam o passado ao futuro em uma representação da continuidade do fluxo temporal, que rememora o passado, constituindo e consolidando

identidades.[2] É nessa constituição e consolidação que se realiza efetivamente a orientação histórica.

Para tal efetivação, no entanto, é necessário que o trabalho da representação e todas as operações que a ele antecedem e para ele preparam fundamentos sejam postos em movimento por diretrizes de pensamento ligadas ao contexto das demandas por sentido emanadas da vida atual. Sentido relaciona-se à circunstância de que o agir racional humano se realiza amparado no conteúdo de representações do mundo capazes de dotar de orientação os sujeitos que nele vivem. Provém de Max Weber a maneira de conceber a ação humana subjacente à problemática da orientação histórica, tal como desenvolvida por Rüsen. Síntese dessa concepção é a passagem da introdução à *Ética econômica das religiões mundiais*, em que o agir é apresentado como fruto da condução de interesses, os quais se configuram em relação com "idéias" ou representações do mundo.[3] Max Weber ilustrou a fertilidade da aplicação dessa visão do agir racional em suas análises das interações entre os impulsos práticos para a ação provenientes de matrizes religiosas – especificamente aqueles provindos das chamadas "religiões mundiais" (*Weltreligionen*)[4] – e a conformação de éticas econômicas correspondentes a esses impulsos. Sua tese fundamental é a de que a determinação da direção do agir humano, que busca a salvação nos quadros simbólicos típicos dessas religiões, varia em função das diferentes idéias de salvação presentes em cada concepção religiosa de mundo.[5]

---

[2] *Ibid*., p. 62-66.

[3] "Não as idéias, mas os interesses materiais e ideais, governam diretamente a conduta do homem. Todavia, muito freqüentemente, as 'imagens do mundo' criadas pelas 'idéias' determinaram, qual manobreiros, os trilhos pelos quais a ação foi levada pela dinâmica dos interesses". Max Weber. "A psicologia social das religiões mundiais", p. 323 (tradução ligeiramente modificada pelo autor); é interessante notar que essa passagem é indício da influência do pensamento de Karl Marx sobre Max Weber. Uma boa discussão em torno das relações intelectuais entre os dois autores consta em Anthony Giddens. "Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo". (In: *Política, Sociologia e Teoria Social*: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo). Anthony Giddens localiza essa influência na manutenção dos interesses enquanto elemento de importância para o processamento do agir. Giddens também aponta que essa consideração dos interesses por Weber não se dá na forma da inversão do argumento de Karl Marx, pois não seria encontrável na obra marxiana a formulação abstrata e geral de que idéias e valores são meramente reflexos das realidades do mundo material, ao contrário do que se pode inferir de certos textos de Friedrich Engels e de outros autores que se situaram intelectualmente na tradição do marxismo.

[4] Por "religiões mundiais", Weber entendia "as cinco religiões ou sistemas, determinados religiosamente, de regulamentação da vida que conseguiram reunir à sua volta multidões de crentes", a saber, o confucionismo, o budismo, o hinduísmo, o cristianismo e o islamismo. "A psicologia social das religiões mundiais", p. 309.

[5] Assim se pode compreender, por exemplo, a famosa tese weberiana acerca da influência da ética religiosa protestante sobre a formação do quadro de valores do moderno capitalismo ocidental. Trata-se de uma demonstração dos resultados da atuação de idéias religiosas acerca de modalidades de salvação individual sobre o modo típico com que seres humanos desempenharam as ações mediante as quais revestiram de sentido suas existências. Ver: *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

No pensamento histórico, assim como nas religiões e em qualquer outra esfera da cultura, trata-se em última instância, da elaboração e manutenção de representações do mundo em que é atribuído sentido à vida. O mundo, como dimensão mediadora do encontro entre a subjetividade humana e os entes que não a constituem, é sempre o horizonte imediato da interpretação orientadora do agir.[6] Ele não se constrói com a mera soma de todos os dados espaciais exteriores à subjetividade, mas ao inverso, já está sempre estabelecido em meio ao cotidiano da vida na forma de sentidos que os sujeitos humanos instituem, constituem, percebem, experimentam, atualizam, traduzem. Para Rüsen, o pensamento histórico está forte e essencialmente conectado à problemática do sentido no mundo humano. A operação pela qual se realiza essa conexão é a da constituição histórica de sentido. Que essa operação seja concebida como constituição e não como instituição de sentido é uma importante conseqüência do papel desempenhado pela lembrança no pensamento histórico.[7] Na verdade, sentido histórico, enquanto gênero de pontos de vista aptos à orientação da existência humana no tempo não encontra condições de formação a não ser que se recorra para tanto à rememoração do passado, ou seja, à lembrança da experiência associada ao agir e sofrer dos homens do passado.

A lembrança do passado, de acordo com Rüsen, é elaborada pelo pensamento histórico na forma de uma *história para o presente*.[8] O significado dessa fórmula para a cena geral da orientação cultural da vida humana está relacionado ao que se poderia caracterizar como uma certa forma de despresentificação do passado. Na história, o passado é "despresentificado", no sentido em que nela ele é apresentado como sendo propriamente passado. Na verdade, o passado tematizado nas histórias é habitualmente aquele que é portador de significado e sua significabilidade concerne, por sua vez, à medida de sua presença na vida atual, sob a forma de valores, instituições, modelos de comportamento, costumes, em suma, sob a forma de tradição. Rüsen, aproveitando-se de uma interessante distinção de Johann Gustav Droysen, qualifica o passado que não faz parte da tradição e que, portanto, está morto no e para o presente como mero resíduo,[9] deixando claro que a qualidade da historicidade nada tem a ver com esse modo de ser do passado. No entanto, o passado historicizável, aquele vivo e sedimentado nas condições e

---

[6] Ver sobre isso a análise de Martin Heidegger da mundanidade do mundo, apresentada da §14 a 24 de *Ser e Tempo*.
[7] *Lebendige Geschichte*, p. 70-71.
[8] *Razão Histórica*, p. 67-70; 155.
[9] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 105-106.

circunstâncias materiais e intelectuais do agir, via de regra, não é reconhecido enquanto tal. Sua diferenciação como passado propriamente dito é obra da consciência histórica. A apropriação cognitiva do passado pela história faz com que ele deixe de atuar como uma espécie de assombração do presente. Isso torna o presente consciente de seu vínculo indissociável com o passado, pois a consciência histórica explicita que o passado é ou possui uma instância temporal própria. A diferenciação do passado morto-vivo na tradição através do recurso ao pensamento histórico torna possível, então, uma nova relação com ele, que se deixa sintetizar pela alegoria de Rüsen dos fantasmas que se convertem em "antepassados".[10] Nessa nova relação não é anulada a força viva do passado no presente. Ao invés disso o que ocorre é o desvelamento do vínculo "genético" entre presente e passado e a conseqüente abertura de novas possibilidades de futuro para o agir informado da historicidade de suas condições.

Na transformação a que se refere essa alegoria do pensamento histórico como recurso de combate à assombração do presente pelo passado dele desconhecido se anuncia uma ampliação do potencial de orientação da vida prática. Na verdade, o agir é sempre orientado pelos conteúdos culturais a que se fez referência com o termo tradição. O advento da consciência histórica e, sobretudo, das formas por ela assumidas como efeito da modernização nas culturas ocidentais significam, no entanto, a possibilidade de que o agir seja orientado para além da tradição e, em certo sentido, até mesmo, contra ela. Rüsen, em sua abordagem do fenômeno da consciência histórica, parte do pressuposto de que é condição para o agir humano a transcendência das circunstâncias empiricamente dadas ao agente em uma espécie de antecipação intelectual de seus resultados. Tais antecipações são definidas por ele como intenções. Existe, enquanto força motriz do agir e do sofrer dos homens, um "superávit" de intencionalidade que precisa ser devidamente tratado, de maneira a poder conduzir a uma execução racional desse agir e desse sofrer.[11] O trabalho do pensamento histórico, no que se refere a sua dimensão orientativa, é colocar essas intenções, que se situam na base das expectativas de futuro projetadas no agir, em contraste com as experiências do passado nele rememoradas. A consciência histórica realiza, com isso, uma "afinação" das intenções, que as torna ajustadas à experiência. Intenções de futuro precisam ser reguladas pela experiência do passado, porque sem isso poderiam

[10] "Kann Gestern besser werden?: über die Verwandlung der Vergangenheit in Geschichte", p. 317.
[11] *Razão Histórica*, p. 57-60.

apontar para um horizonte de expectativas e projetos absurdos.[12] Nessa regulação se apreendem cognitivamente tradições e, com isso, desmonta-se total ou parcialmente a aparência de eternidade delas, pelo desvelamento de seu caráter essencialmente histórico. Para Rüsen, o grande resultado dessa atividade crítico-interpretativa da consciência histórica é a possibilidade de controlar ou administrar a contingência (uma das experiências temporais mais corriqueiras e, sem dúvida, a mais inquietante), por meio de um recurso diverso daqueles habitualmente disponibilizados pela tradição.[13] A consciência histórica se configura como fator da orientação temporal da subjetividade humana e de seu agir e sofrer com base na multiplicação dos recursos de gestão da contingência. O que ocorre quando o pensamento histórico é chamado a transformar espiritualmente tempo em sentido é, portanto, uma ampliação do campo de orientação. Uma das teses fundamentais da teoria da história de Rüsen é a de que a orientação histórica, em razão de sua maior abertura para a incorporação de novas experiências temporais e, conseqüentemente, de sua melhor capacidade de elaboração produtiva da contingência, pode impulsionar o agir humano para um âmbito de racionalidade mais abrangente que aquele em que o situa a tradição.

Um processo análogo a essa ampliação do potencial de incorporação e de resposta a carências orientativas pela consciência (que se percebe quando o potencial de orientação do pensamento histórico é posto em relação com o da tradição) também se dá na circunscrição interna do próprio pensamento histórico. Essa segunda ampliação do campo de orientação pode ser apresentada como uma outra tese importante de Rüsen, a de que quando o pensamento histórico se especializa em ciência da história, a racionalidade histórica que a ele subjaz é aprimorada. Já se mencionou que a ciência da história é um modo especial do pensamento histórico.[14] Ela compartilha seu pressuposto fundamental com todas as demais formas de pensamento histórico, a saber, o de seu enraizamento no "mundo", na vida prática. O enraizamento da consciência histórica no mundo é o que permite que histórias atuem como elementos de orientação da vida. A ciência da história, enquanto pensamento histórico, também está ligada fundamentalmente à tarefa da orientação. Contudo, em decorrência de sua constituição metódica, ela se conecta a essa tarefa de uma maneira um tanto quanto diferente da das outras formas de pensamento

[12] *Ibid*., p. 59.
[13] *Ibid*., p. 58-59; "Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio", p. 10.
[14] *Razão Histórica*, p. 54.

histórico. Na ciência da história, o potencial de racionalidade histórica, de que por princípio está investida toda e qualquer forma de pensamento histórico, encontra condições ótimas de aproveitamento.[15] A metodização, que diferencia a história como ciência no quadro geral do pensamento histórico, realiza-se como um reforço das garantias de validade das histórias. Esse reforço significa a perda da crença ingênua na validade absoluta das histórias e a assunção e explicitação dos pontos de vista condutores de sua elaboração. O procedimento metódico fundamental que assegura a qualidade das garantias de validade na ciência da história é, para Rüsen, o da incorporação sistemática da dúvida sobre a validade de sentenças e narrativas históricas.[16] Essa definição chama a atenção para o fato de que o elemento especificador do grau de validade reivindicado pela ciência da história para suas narrativas é o rigor na relação com a experiência do passado, com os significados e normas do presente e com as idéias pré-narrativas que promovem a síntese narrativa de experiências e significados e os convertem em sentido histórico. Tal rigor não deve ser entendido como um apelo à quantificação do mundo empírico, em que e diante do que se posiciona o sujeito humano. Não se trata aqui de uma disposição com a qual se projeta no objeto do conhecimento e se procura definí-lo essencialmente em torno de suas propriedades extensionais, mas de uma outra, ainda mais originária, através da qual a experiência do conhecimento se deixa conduzir de modo fundamental pelo compromisso com a verdade em sua realização. É essa disposição a que se encontra na base de qualquer conhecimento bem fundado, seja ele de que gênero for. De acordo com Rüsen, esse rigor, que a incorporação da dúvida de validade representa, modifica o potencial de orientação do pensamento histórico, elevando-o a um grau mais avançado de racionalidade.

Porque é pensamento histórico, a ciência da história compartilha a mesma tarefa orientativa e os mesmos critérios de verdade que fundamentam a constituição histórica de sentido em toda manifestação da consciência histórica. Porque é ciência, ela eleva o potencial de orientação do pensamento histórico a um patamar superior e responde a tais critérios com a qualidade que nos quadros da tradição de reflexão sobre as ciências humanas é denominada usualmente de objetividade. Para Rüsen, os critérios gerais de validade das histórias são seus graus de pertinência empírica, normativa e narrativa. Pertinência empírica diz respeito à adequabilidade da relação do pensamento histórico com a experiência do passado. Pertinência normativa se refere à adequabilidade da relação do

[15] *Ibid*., p. 175-178.
[16] *Ibid*., p. 98.

pensamento histórico com as normas atuais no presente, com as quais se define o significado da experiência rememorada. Pertinência narrativa, por sua vez, significa a plausibilidade do sentido das histórias, do índice da regulação, encontrável na base de todas as histórias como um desempenho orientativo fundamental, das intenções de futuro nos filtros da experiência do tempo.[17] Todo pensamento histórico atualiza esses critérios gerais e universais da verdade histórica, mas a ciência da história faz isso oferecendo garantias de validade especiais. Na ciência da história, as esferas empírica, normativa e narrativa de pertinência estão submetidas a requisitos especiais, que fazem a relação do pensamento histórico com a experiência do passado assumir a forma da pesquisa histórica, a relação com as normas, a da reflexão sobre o referencial e a relação com as idéias, a da teorização construtiva.[18] Essas novas formas de processamento da relação do pensamento histórico com experiências, normas e idéias emergem como resultado do que Rüsen definiu como metodização. A metodização do pensamento histórico em ciência da história funciona, na verdade, como um fator desestabilizador do pensamento histórico. Com ela, a crença ingenuamente segura na validade das narrativas históricas perde espaço no ou deixa de fazer parte do horizonte do pensamento histórico. A configuração científica do pensamento histórico se estabelece no que Rüsen argutamente apresentou como a passagem de uma *certeza insegura* para uma *certa insegurança*. Insegurança certa é o estado que qualifica o conhecimento histórico produzido com a mediação da dúvida quanto a sua validade. Fica aberto, com isso, o campo para o reconhecimento da superabilidade de todo conhecimento histórico em termos da relatividade de seu conteúdo empírico, sempre sujeito à descoberta de novas e reveladoras fontes e à interpretações mais eficazes de velhas; da relatividade de seu conteúdo normativo, sujeito às variações do mundo da cultura e à redefinição dos significados culturais; e da relatividade de seu conteúdo de sentido, dependente de sínteses de experiências e normas, que variam em função da variação de suas premissas.[19]

É nessa relativização (mas não no relativismo) da "verdade" das histórias que se sustenta o ganho de potencial orientativo do pensamento histórico em seu matiz especificamente científico. Razão histórica, na história como ciência, tem a ver com uma orientação do agir e do sofrer, capaz de otimizar as oportunidades de consenso racional em

[17] *Ibid*., p. 84-93.
[18] *Ibid*., p. 101; 109; 120-121.
[19] *Ibid*., p. 104; 113-114; 123.

meio ao contexto das diferenças culturais. Tal modo da orientação cultural da vida se torna possível a partir da elaboração de representações históricas do passado, que, por se saberem certamente inseguras e superáveis, mantêm aberto o espaço para aquilo que outras representações podem lhes dizer. O conhecimento do passado humano pela ciência da história comporta, segundo Rüsen, uma "objetividade" tripartite, pela qual se expressa essa abertura. Essa objetividade pode ser definida conforme o que se segue:

> a) A metodização da relação do conhecimento histórico com a experiência do passado faz com que as histórias, para que sejam empiricamente pertinentes, tenham que ser fundamentadas em pesquisa histórica, o que permite falar de uma *objetividade de fundamentação*.[20]
>
> b) Por sua vez, a metodização da relação do conhecimento histórico com as normas subordina a pertinência normativa das histórias ao procedimento da reflexão sobre o referencial empregado para conferir significado às experiências reconstruídas, tornando possível falar de uma *objetividade de consenso*.[21]
>
> c) A metodização do sentido das histórias, por último, torna a teorização construtiva requisito de sua pertinência narrativa, fazendo com que elas possam ser qualificadas com que se pode chamar de *objetividade construtiva.*[22]

A distinção dessas três esferas de objetividade na ciência da história é de fundamental importância para a resposta de Rüsen ao problema posto pela participação de carências de orientação entre os princípios do conhecimento histórico na história como ciência, problema diante do qual se define o significado da orientação histórica especificamente científica em relação ao panorama geral da cultura e, em particular, ao da história como modo cultural de apropriação do passado. Com essa idéia de uma objetividade tripla das manifestações historiográficas da ciência da história, Rüsen demonstra que e como o fato de histórias partirem de interesses cognitivos conflitantes não exclui a possibilidade de que elas auxiliem na busca e construção de consensos. A tarefa "honrosa" da ciência da história é, para ele, exatamente a do fornecimento de orientações que promovam o consenso a partir do reconhecimento, e não da subtração ou sublimação,

[20] *Ibid*., p. 138-139.
[21] *Ibid*., p. 140-142.
[22] *Ibid*., p. 142-146.

das diferenças entre as partes em conflito social.[23] Na justificação de suas demandas antagônicas, não é raro que grupos sociais evoquem argumentos históricos. O que Rüsen defende é que se tais argumentos forem construídos com base em interpretações elaboradas em conformidade com os padrões metódicos usuais da ciência da história, então fica mais fácil (ou menos difícil) a manutenção do diálogo das diferenças. Isso porque qualidades como as da objetividade de fundamentação, objetividade de consenso e objetividade construtiva estão razoavelmente adaptadas para permitir a complementação das identidades em que repercutem pela assimilação de histórias provenientes de outros contextos de orientação. Desse modo, a evidência da incompletude empírica e da relatividade dos significados das histórias permite um melhor desempenho da racionalidade histórica, fortalecendo a densidade de sentido das realizações historiográficas em que ela frutifica.

Todavia, diante dessa afirmação de que à ciência da história cumpre realizar uma orientação que promova o consenso racional em meio ao jogo das forças sociais em conflito, pode-se apresentar a objeção de que um tal desempenho orientativo entra em contradição com o ideal de conhecimento evocado pelo emprego do termo ciência. A objeção se deixa formular pela seguinte questão: como podem resultados cognitivos que pretendem ser objetivamente válidos servir de orientação ao agir subjetivo sem que nessa tranposicão do conhecimento para as diretrizes da ação se perca a qualidade da objetividade que os define enquanto "científicos"? Responder a essa questão negando a possibilidade que ela pressupõe significa abraçar um ideal de objetividade muito pouco ajustado à prática dos historiadores profissionais e à repercussão, no âmbito geral da cultura histórica, do conhecimento por eles disponibilizados à compreensão de seu público. A construção de uma resposta afirmativa, como a de Rüsen, requer, por outro lado, a resolução paralela de um outro problema, qual seja, o da natureza e dos limites dessa orientação oferecida pela ciência da história às carências em que estão fincados seus pressupostos epistêmicos.

A argumentação com que Rüsen se dirige a esse segundo problema se ampara na já mencionada distinção entre constituição de sentido (*Sinnbildung*) e instituição de sentido (*Sinnstiftung*).[24] A ciência da história (e o pensamento histórico, de maneira geral) realiza a orientação da vida prática mediante constituição de sentido sobre a experiência do tempo e isso significa que seu recurso orientativo de primeira ordem é o da rememoração do

[23] *Ibid*., p. 177-178.
[24] *Lebendige Geschichte*, p. 70-72.

sentido do passado. Essa rememoração, embora culmine em uma elaboração reconstrutiva da experiência do passado na forma de uma história para o presente, não é uma atividade na qual atue com total autonomia a capacidade criadora da subjetividade humana. Somente se poderia falar de uma autonomia plena do potencial criador nos casos de sentido religioso, estético ou ideológico, mas, mesmo assim, com ressalvas, pois também nesses casos o que ocorre não é propriamente uma instituição de sentido a partir do nada absoluto.[25]

A natureza e os limites da orientação histórico-científica são fixados pela circunstância de que sua realização se dá através de constituição de sentido, desse arranjo intelectual que conserva a tensão na relação entre o sentido já dado e a criação de sentido.[26] Embora aborde essa problemática de uma forma um tanto quanto ambígua, o pensamento de Max Weber deixou marcado um ponto de referência fundamental para a definição da especificidade da orientação proporcionada pela ciência da história. Ele pode ser trazido à tona, se se lembrar de suas exortações contra "as profecias que caem das cátedras universitárias", as quais ganhavam espaço no ambiente universitário alemão das primeiras décadas do século XX.[27] Tais "profecias" ilustram um modo bastante perigoso de orientação em que intelectuais assumem como sua tarefa primordial a indicação de éticas ou modos de vida determinados aos demais membros do corpo social. Max Weber destacou que a orientação que pode ser exercida legitimamente por aquelas formas de conhecimento a que algumas vezes se referiu com o termo "ciências da cultura" jamais está contida na estrutura de mandamentos morais, que definem quanto a quais valores devem ser abraçados, que decisões devem ser tomadas e que ações devem ser desempenhadas. Ao contrário, o modo autêntico de orientação realizável por essas ciências é, para ele, o que liga o conhecimento à ampliação da clareza quanto aos valores presentes nas circunstâncias da vida em que se tem de agir e, conseqüentemente, de escolher certos valores e rejeitar outros. Weber parte da percepção prática de que nem sempre os homens que optam por

---

[25] Jörn Rüsen. "Geschichte als Sinnproblem". In: *Zerbrechende Zeit*, p. 28. "O conceito de sentido da interpretação de si e do mundo aparece como instituído, quando ele excede fundamental e radicalmente todos os dados do passado. Mas quase nunca ocorre historicamente uma tal transcendência radical do sentido já dado. Por isso, recomenda-se máxima cautela ante o termo 'instituição de sentido'. Mesmo as histórias de fundação das grandes religiões mundiais, que nós atribuímos à instituição de sentido de pessoas particulares (Buda, Jesus, Maomé), aparecem aos olhos desse 'instituidor' como algo totalmente oposto a uma criação completamente nova" (trad. do autor).

[26] *Ibid*., p. 28.

[27] "A ciência como vocação". In: *Metodologia das Ciências Sociais*, p. 453; ver as menções de Rüsen a essas exortações de Max Weber em *Razão Histórica*, p. 124 e em *Lebendige Geschichte*, p. 70.

uma determinada linha de ação têm boa consciência dos valores em jogo nas decisões que a formaram. Para ele, o recurso ao conhecimento produzido pelas "ciências da cultura" pode ajudá-los a interpretar de maneira mais clara o significado de suas ações.[28]

A despeito de seu distanciamento crítico com respeito ao que qualifica de subjetivismo na teoria das ciências humanas de Max Weber,[29] Rüsen incorpora a sua abordagem do problema da orientação na ciência da história o ponto de vista de que tal orientação não se pode dar na forma de um imperativo de ação. Mas, Rüsen ainda oferece mais do que uma definição negativa do caráter da orientação histórico-científica. Esse algo mais aparece na apresentação da formação histórica (*historische Bildung*) como modalidade de construção de identidade fortemente relacionada ou relacionável à ciência da história. A possibilidade de abrir a construção e consolidação histórica de identidades àquilo que se encontra na órbita do ideal de formação é apontada por Rüsen como a implicação mais importante do exercício pela ciência da história de suas funções orientativas. Com essa função de servir de base à formação histórica, a historiografia acadêmica responde às carências de orientação que se encontram entre os elementos motrizes de sua existência e desenvolvimento.

1.2. Funções orientativas

[28] Ver essa argumentação em: "A 'objetividade' do conhecimento na ciência social e na ciência política" e "O sentido da 'neutralidade axiológica' nas ciências sociais e econômicas". In: *Metodologia das Ciências Sociais*; também sobre a problemática da orientação nas "ciências da cultura", ver Wolfgang Schluchter. "Politeísmo dos valores: uma reflexão referida a Max Weber", p. 21.

[29] Rüsen denomina de subjetivista a postura, encontrada na obra teórica de Max Weber, de acordo com a qual o sentido propriamente histórico da experiência seria o resultado de uma atribuição a *posteriori* realizada por um sujeito que a elabora em função de suas necessidades de fazer face aos problemas atuais do mundo da cultura, como se dispusesse de uma espécie de matéria bruta em que as experiências do presente se poderiam amoldar de qualquer forma. Contra isso, ele objeta que a experiência do passado não pode ser tomada como um mero caos sem sentido de acontecimentos, uma vez que o agir passado teve a mesma estrutura do agir atual e, portanto, sempre ocorre em meio ao sentido. (Ver as críticas de Rüsen ao subjetivismo weberiano em *Razão Histórica*, p. 68-69; 72; 107; *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 70; 83-86, *Zerbrechende Zeit*, p. 12). Isso se deixa ilustrar de modo claro quando se recordam de ações passadas que se conduziram orientadas por expectativas quanto a seu significado histórico futuro, como a do suicídio do ex-presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas, que em sua famosa carta testamento afirmou ter deixado a vida para entrar na história. Todavia, é necessário destacar que Rüsen, ao criticar a postura subjetivista de Max Weber com relação ao problema da orientação cultural das ciências humanas, atribui ao pensamento de Weber uma coerência de que ele parece estar destituído. Embora seja inegável esse seu viés subjetivista é possível encontrar nos textos de Weber uma postura oposta a essa, na qual se enfatizam temas como a objetividade e o caráter empírico dos empreendimentos cognitivos das ciências humanas.

Conforme o que se acabou de mostrar, o elevado potencial de racionalidade que caracteriza o conhecimento da ciência da história não implica direta e necessariamente efeitos para o contexto da vida prática ao qual ele é endereçado. O fato de que, na construção desse conhecimento, carências de orientação temporal tenham um papel decisivo, embora pressuposto para que o agir e o sofrer humanos no presente se conectem aos resultados cognitivos da ciência da história, por si só, não garante a eficácia da orientação. Para que tal eficácia seja atingida, é preciso que em meio ao contexto da relação entre conhecimento e agir se promova uma mediação suficiente entre os âmbitos mais estritamente produtivos do conhecimento histórico científico, os da pesquisa e da historiografia, e a dimensão na qual os produtos historiográficos são recebidos por seus destinatários. Na historiografia estão contidos, tão somente, potenciais racionais. A atualização desses potenciais, todavia, não é uma questão que diz respeito à produção, mas à recepção da ciência da história. O modo de recepção adequado ao bom aproveitamento dos potenciais racionais agregados às histórias dos historiadores profissionais nas etapas da pesquisa e da historiografia é designado por Rüsen com o termo formação histórica.[30] A formação histórica é o conjunto das competências de que a subjetividade humana deve estar investida, para que os processos intelectuais de construção, atribuição e consolidação de identidades, dos quais o agir extrai a direção de sua execução, correspondam-se com o patamar de racionalidade da ciência da história.

Identidade consiste no conceito que sintetiza o resultado prático mais importante da atividade do pensamento histórico. Trata-se de um desdobramento subjetivo da recepção de narrativas históricas, em que se conforma um ponto de referência intelectual para o agir. Identidades consistem no fundamento da definição do eu e do nós – e, conseqüentemente, também do outro e dos outros. Elas informam os sujeitos humanos acerca de quem eles são, por recurso ao passado que e em que eles foram e, com isso, fixam as possibilidades de seu vir a ser. Por causa desse desempenho, identidades se colocam na base efetiva da orientação do agir. As funções orientativas, que concretamente são exercidas pelo pensamento histórico através da construção e consolidação de identidades históricas, são consideradas por Rüsen como um princípio essencial da ciência da história. A submissão do pensamento histórico na ciência da história aos requisitos da metodização, no entanto, não é desprovida de conseqüências para o modo de definição de conteúdos identitários.

[30] *Lebendige Geschichte*, p. 84-85.

Pode-se dizer que esse modo vinculado ao trabalho cognitivo da ciência da história de constituir e lidar com identidades significa uma racionalização da relação da subjetividade humana com o tempo. Nele se reforça o papel do pensamento histórico enquanto elemento neutralizador da ameaça de perda de identidade, que espreita sempre as tomadas de decisão em meio à práxis cultural. Pode acontecer que na formulação de suas intenções de agir o sujeito humano não consiga compatibilizar, nem mesmo em um grau mínimo, o que ele foi (sua experiência do passado) com o que ele quer ser (suas intenções de futuro). Nessas situações o que ocorre, na relação subjetiva com as instâncias temporais de passado, presente e futuro, é uma perda de identidade e Rüsen precisou muito bem as conseqüências dessa perda ao lembrar que, com ela, o sujeito se lança no futuro de tal maneira que já não faz mais sentido falar em um futuro *para ele*, porque o futuro já seria *contra ele*.[31] Se o pensamento histórico em geral já representa uma espécie de antídoto a essa perda, a ciência da história, em particular, é certamente um medicamento de última geração. Ao promover uma historicização radical do presente, ao tornar explícitos os nexos que o articulam ao passado, a história como ciência abre espaço para que a subjetividade, que através dela apreende a historicidade objetiva de seu mundo, ganhe-se nessa ou dessa historicidade.[32] A nova relação potencial com o tempo que se institui como efeito do trabalho cognitivo da ciência da história acarreta, portanto, também, uma nova relação do sujeito consigo mesmo. Nessa relação, ele redefine sua identidade, de tal modo que ela se torna flexível, passando então a estar aberta ao reconhecimento da validade da identidade do outro e fechada a diretrizes agressivas e excludentes de interpretação histórica.[33]

O modo de construção identitária estimulado pela racionalidade que caracteriza as manifestações da ciência da história, conforme o que já se assinalou, não se estabelece como conseqüência automática do contato com a historiografia. De acordo com Rüsen, faz-se necessária, para um aproveitamento prático razoável do que a ciência da história tem a oferecer, uma contrapartida do receptor do conhecimento histórico. Essa contrapartida, imprescindível para que o trabalho especializado da ciência histórica não seja desperdiçado

---

[31] "Die Zukunft der Vergangenheit". In: *Zerbrechende Zeit*, p. 133. "Quando não podemos levar conosco, para dentro do futuro em direção a que desejamos conduzir nossas vidas, aquilo o que nós fomos, então nós nos perdemos no futuro e, em verdade, ele não mais nos pertence. No pior dos casos, nós é que passamos a pertencer ao futuro, sem que possamos pertencer a nós próprios. Nesse caso, então, não haveria nenhum futuro para nós, mas, antes, contra nós" (trad. do autor); Fernando Pessoa também deu uma bela expressão poética a essa mesma idéia em um trecho do poema Tabacaria, em que se pergunta: "Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou ?".

[32] *Lebendige Geschichte*, p. 97.

[33] *Ibid.*, p. 98.

nos processos de identificação e de tomada de decisão, é a formação histórica. É somente por intermédio de sua formação histórica que o sujeito humano se habilita para administrar os problemas de orientação prática, que constantemente se apresentam perante sua consciência, com a ajuda dos conteúdos cognitivos produzidos pensamento histórico científico.[34] Sendo assim, formação histórica pode ser tomada como o modo assumido pela definição identitária, quando inspirada nas realizações da ciência da história.

Conforme o que o próprio conteúdo semântico do termo formação já revela, trata-se de um conjunto de maneiras de lidar com identidades que não é dado desde sempre à subjetividade e que, portanto, deve por ela ser adquirido através de um processo gradual de aprendizado. O aprendizado histórico é um processo dúplice, em que se dá tanto a aquisição de conhecimento da experiência do passado interpretada historicamente, quanto o desenvolvimento de competência narrativa para a realização dessas interpretações históricas.[35] Nas sociedades ocidentais modernas, espaços privilegiados do aprendizado histórico são, entre outros, as instituições escolares e os museus, mas isso não quer dizer que somente ocorra aprendizado histórico nesses locais e nem muito menos que tais espaços estejam sempre em condições de promover uma genuína formação histórica.[36] Para que o aprendizado histórico conduza à aquisição pelo sujeito da competência narrativa necessária ao aproveitamento das potencialidades da ciência da história, esse processo deve atingir um certo patamar de intensidade. No aprendizado histórico, ocorrem paralelamente uma subjetivação dos dados objetivos da mudança temporal, como decorrência de sua apreensão intelectual, e uma objetivação da identidade subjetiva através de sua remissão à "objetividade" do olhar histórico-científico.[37] O resultado da concomitância desses dois processos nas situações de aprendizado histórico é sempre algum tipo de balanceamento argumentativo da tensão entre objetividade e subjetividade, característica de todo pensamento histórico. Somente quando esse balanceamento cria condições para que se elaborem, a partir dos conhecimentos e capacidades aprendidas, interpretações e argumentações subjetivas construídas em correspondência com os cânones argumentativos da ciência da história, então se desenvolveu aquele conjunto especial de capacidades, com

[34] *Ibid.*, p. 84-85.
[35] Jörn Rüsen. "Erfahrung, Deutung, Orientierung: drei Dimensionen des historischen Lernens", p. 64.
[36] *Lebendige Geschichte*, p. 81.
[37] *Ibid.*, p. 97.

o qual os sujeitos dotados de formação histórica se relacionam com o universo da cultura histórica.[38]

A formação histórica possibilita que os sujeitos humanos articulem suas próprias carências de orientação ao estoque de conhecimento disponibilizado pela ciência da história. Sua importância decorre de que as manifestações historiográficas da ciência, apesar de serem desenvolvidas exatamente de dentro de um contexto de orientação – e mediante a participação ativa de carências atuais que nelas se instalam em sua estrutura categorial –, acabam, por força dos imperativos metódicos a que se submetem, tendo seu potencial orientativo, em certo sentido, prejudicado. A pressão metódica por especialização, que recai sobre o pensamento histórico na etapa da pesquisa, tende a esfacelar a totalidade do mundo histórico, tal como dada, externamente, na cotidianidade da vida prática e, internamente, nos processos subjetivos de identificação e de formulação de intenções de agir. Contra esse "prejuízo" imposto ao pensamento histórico pela sua metodização é que atua a formação histórica dos destinatários das histórias. Ela permite que os conteúdos particulares das histórias especializadas sejam integrados plenamente em uma interpretação subjetiva da totalidade histórica, que abrange globalmente as circunstâncias e condições do agir atual e, por issso, melhora o desempenho da orientação.[39]

Formação histórica, para Rüsen, é o modo adequado de o pensamento histórico realizar a reconexão do saber especializado da ciência à vida prática.[40] Trata-se do conjunto de competências narrativas necessárias a uma elevação do sujeito destinatário das histórias para além da particularidade de seu conteúdo. Essa elevação ao geral que se opera mediante um sacrifício do particular é o que Hegel, tal como o interpreta Hans-Georg Gadamer, teria entendido ser o sentido profundo da idéia de *Bildung* (formação), que possui um significado fundamental para a tradição cultural alemã.[41] Ao ressaltar a importância da formação histórica para o aproveitamento dos potenciais racionais a que a constituição metódica do pensamento histórico em ciência faz germinar, Rüsen atualiza a tradição da *Bildung* ao contexto de orientação do mundo do final do século XX e do início do século XXI, deixando de lado o subjetivismo a que ela esteve vinculada em outras

[38] *Ibid*., p. 107-108.
[39] *Ibid*., p. 85.
[40] *Ibid*., p. 108.
[41] Hans-Georg Gadamer. *Verdade e Método*, p. 51.

épocas.[42] Antes de mais nada, essa atualização consiste em um deslocamento de sua posição de esteio de uma identidade nacional particular para a de pedra de construção de uma possibilidade de identificação mais abrangente, estruturada em torno da idéia empírico-normativa de humanidade como comunidade concreta e desejável de comunicação.[43] O reforço da noção comunitária de humanidade pela formação histórica é possível porque a formação, ao favorecer o aproveitamento do imenso progresso cognitivo da ciência da história por parte dos sujeitos sociais, gera um adensamento da cultura histórica. Cultura histórica é o campo em que a interpretação do mundo deve se situar, para que sirva à orientação histórica da vida prática.[44] Formação histórica é um processo de aprendizado essencial à dinâmica da cultura histórica. Na interação entre conhecimento histórico e subjetividade, mediada pelo substrato intelectual da formação histórica, dá-se a complementação do trabalho especializado da ciência por sua articulação subjetiva a contextos históricos gerais. Essa articulação permite uma racionalização da orientação da vida prática, cujo efeito abre oportunidades para mitigar a injustiça nas relações de poder sustentadas por argumentos históricos e para enriquecer a experiência estética comunicada mediante formas históricas.

Ao preparar o sujeito para uma inserção conseqüente na cultura histórica, a formação cria condições para que tanto decisões políticas, quanto opções estéticas sejam racionalizadas pela força cognitiva da ciência da história. Isso torna evidente que a conexão entre a ciência da história e a formação histórica dos sujeitos sociais não se dá na forma de uma compensação, mas na de uma complementação entre especialidade e totalidade, subjetividade e objetividade, vida e ciência. Rüsen emprega essa oposição entre compensação e complementação como pilar de sua definição do significado da formação histórica. Concebida meramente como uma compensação à metodização da ciência, a formação histórica se relacionaria com o empreendimento científico de forma externa e se colocaria em oposição a ele. Esse modelo de formação histórica é estruturado a partir da idéia de que há no pensamento histórico uma oposição irreconciliável entre método e sentido. Ele guarda relações com uma postura estreitamente objetivista, para a qual o

---

[42] Ver sobre essa problemática da relação do pensamento de Jörn Rüsen com a tradição da *Bildung* o texto de Pedro Pereira Caldas. "Bildung e narrativa: as teorias de Jörn Rüsen interpretadas à luz de Johann Gustav Droysen"; quanto à possibilidade de uma interpretação "comunitarista" (em oposição a uma "subjetivista") da noção de *Bildung*, ver Jessé Souza. "O caso da Alemanha". In: *A Modernização Seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro.
[43] *Razão Histórica*, p. 145-146.
[44] *Lebendige Geschichte*, p. 109.

conhecimento histórico científico genuíno é aquele em que não consta nenhum conteúdo político e que somente se serve de formas estéticas como meros instrumentos de transposição de resultados de pesquisa. Ao mesmo tempo, tal modelo também está relacionado a uma postura aparentemente oposta e igualmente estreita, sobre a qual paira um subjetivismo que nega validade à pesquisa conduzida de acordo com o ideal metódico tradicional da ciência da história.[45] Relacionada aos conteúdos cognitivos da ciência da história na forma de uma complementação, a formação histórica, no entanto, pode ser vista como apta a realizar uma reconexão adequada do conhecimento histórico à vida prática. Como complementação ao trabalho da ciência, a formação histórica permite que seja rompida a particularidade dos limites do conhecimento especializado e que, com isso, seja reaberta em sua plenitude a relação do conhecimento histórico com os sujeitos que dele precisam para se orientarem bem em meio ao fluxo do tempo.

Com sua aplicação da idéia de *Bildung* a certas operações da consciência histórica, Rüsen marca o fato de que a ciência da história só pode ser completamente reconectada à práxis, – para desempenhar as funções de orientação que se encontram implícitas no plano de seus fundamentos – quando é recebida pelo público de uma forma especial. Apesar de sua constituição metódica forçar um certo distanciamento estratégico do mundo da vida prática, a ciência da história é, em essência, parte desse mundo. Mais do que um mero objeto de pesquisa, esse mundo significa para ela a sua própria razão de ser. Disso decorre a importância da formação histórica, pois somente o trabalho complementador da formação do destinatário das histórias pode garantir a adequação da reaproximação entre história e vida. Sem ela, todo o trabalho dos historiadores é posto a perder no labirinto da especialização metódica.

[45] *Ibid*., p. 86; "Die Zukunft der Vergangenheit", p. 132.

CAPÍTULO 2

A problemática da validação na ciência da história

As carências de orientação conduzem o pensamento histórico científico na direção de uma elaboração cognitiva da experiência do passado, com a qual são disponibilizadas possibilidades de identificação mediante formação histórica à subjetividade humana. De acordo com Jörn Rüsen, na ciência da história, o percurso que leva da incorporação dessas carências ao desempenho das funções de orientação passa pela investigação de conteúdos empíricos do passado nas chamadas fontes e pela construção de representações (narrativas) fundamentadas em resultados investigativos. O presente capítulo aborda o primeiro desses passos. Seu tema é, portanto, a concepção de pesquisa histórica de Rüsen. A pesquisa histórica consiste em um conjunto de operações destinado a promover a validação do conhecimento a ser exposto pela historiografia. Narrativas históricas científicas, exatamente por se fundamentarem em pesquisa, podem se apresentar como portadoras de garantias de validade desenvolvidas em um grau que as demais modalidades de

pensamento histórico não podem atingir. A pesquisa histórica abrange dois dos componentes fundamentais da matriz disciplinar da ciência da história, as perspectivas orientadoras da experiência do passado e os métodos de pesquisa empírica. A seguir, esses dois componentes serão apresentados e discutidos, de modo a que seja possível formar uma boa compreensão das idéias de Rüsen referentes à problemática da validação na ciência da história.

2.1. Perspectivas orientadoras da experiência do passado

É interessante pensar no que Rüsen define por perspectivas orientadoras da experiência do passado como manifestações tipicamente históricas de estruturas gerais presentes em qualquer processo cognitivo. A formação dessas estruturas conceituais utilizadas na apreensão subjetiva do mundo está, conforme assinalou Jean Piaget, ligada diretamente à experiência do agir. Os fatos de as ações se repetirem e de a vivência dessas repetições poder ser aplicada a circunstâncias nunca antes experimentadas situam-se nas origens dos esquemas conceituais, aos quais os dados do mundo empírico são assimilados no processo do conhecimento.[1] Esquemas conceituais mediadores da assimilação da experiência se manifestam no pensamento crítico (da filosofia e das ciências em geral) como critérios com os quais a realidade – que se apresenta perante os sentidos como um conjunto infinito – pode ser tomada como um objeto finito de conhecimento. Tais critérios também determinam a eleição de ênfases, que direcionam o olhar para certos aspectos do objeto selecionado, fazendo com que outros aspectos sejam deixados de lado. Disso resulta que o pensamento crítico só consegue produzir conhecimento acerca de algo, quando elabora um recorte que destaca um objeto do conhecimento em meio ao conjunto infinito do qual ele originalmente é parte e quando, nesse destaque, concentra-se sobre certas propriedades do objeto e se excluem outras. Aquilo que guia o olhar nesses procedimentos é o que é designado pelo termo perspectiva (*Hinsicht*), empregado por Rüsen. Poder-se-ia dizer que em uma perspectiva está contida a referência em função do que a realidade

[1] Jean Piaget. "Psicogênese dos conhecimentos e seu significado epistemológico", p. 39. Piaget assinala que à assimilação cognitiva da realidade empírica a estruturas conceituais previamente formadas se segue uma acomodação dos conceitos à particularidade da experiência apreendida.

empírica é “cortada”, de modo a que determinados interesses cognitivos sejam atendidos. Qualquer sentença que se queira enunciar acerca do mundo empírico é dependente da participação em sua construção de uma perspectiva, que acomoda os dados empíricos em sua estrutura pré-existente, ao mesmo tempo que se deixa modificar nesse confronto, preparando, em meio a essa dialética, a direção lingüística do que se irá dizer. De modo geral, é possível distinguir duas classes bastante diferenciadas de perspectivas. Essa distinção está relacionada à já habitual distinção lógica entre ciências históricas e naturais.

Foram os filósofos neokantianos da chamada escola de Baden, como Wilhelm Windelband e Heinrich Rickert, que fixaram, no final do século XIX, as bases lógicas para a distinção entre ciências humanas e ciências naturais, a qual já vinha há algum tempo acompanhando a coexistência desses dois pólos de ordenação de tradições intelectuais. A distinção entre ciências naturais e históricas, tal como se apresenta nos raciocínios inspirados na tradição reflexiva de Windelband e Rickert, pode ser pode ser esquematizada se se pensar em dois diferentes tipos de interesses pelos quais o trabalho cognitivo é orientado. Correspondentemente a esses dois tipos de interesses, poder-se-ia definir em termos lógicos duas formas distintas de “cortar” aquilo que o mundo exterior oferece aos sentidos, ou seja, dois modos gerais de conformação de perspectivas. Quando se desejam abordar elementos recorrentes na realidade, enquadrando-os em generalizações que permitam base para previsões com margens de erro controláveis, procede-se do modo característico das ciências naturais, cortando o real verticalmente. Se, no entanto, o que interessa são as especificidades de cada acontecimento concreto, se se quer dar destaque aos elementos internos que o diferenciam de tudo o que já foi ou será o caso sobre a face da Terra, então se opera tal como muito freqüentemente fazem as ciências humanas ou históricas, demarcando a realidade de forma horizontal.

O corte típico das ciências naturais é vertical. Ele pode ser descrito como um procedimento que culmina em uma certa purificação do real. As ciências da natureza, grosso modo, interessam-se por um acontecimento concreto, à medida que ele pode ser enquadrado em um esquema abstrato e teórico de validade geral, isto é, à medida que é possível depurá-lo de sua contingência e explicitar os elementos que permitem identificá-lo como acontecimento de um determinado tipo. Se se imaginar um esquema simplificador que definisse o real como um conjunto infinito de planos sobrepostos, poder-se-ia pensar que o corte típico das ciências da natureza incide perpendicularmente sobre um ponto

mínimo de cada um deles, alcançando muitos outros planos anteriores e posteriores. O corte perpendicular, atingindo diversos planos exatamente no mesmo lugar, permite identificar vários planos em função do compartilhamento de um aspecto comum. Essa identificação ilustra a possibilidade de se formular uma generalização aplicável a vários planos da realidade no mesmo ponto. A dimensão estreita do ponto se relaciona à precisão das generalizações. Como se sabe, a precisão nomológica depende da exclusão do maior número possível de características do fenômeno coberto pela generalização. O conhecimento científico, no entanto, paga por essa precisão das generalizações o custo do enxugamento de seu conteúdo:[2] teorias nomológicas somente estão apropriadas para dar conta de aspectos muito particulares do mundo, aqueles cuja recorrência pode ser captada pela estrutura das generalizações de caráter quantificador. Elas dependem da eficácia de uma operação de purificação da realidade, com a qual, a partir de frações do real identificáveis em vários casos, constrói-se um modelo abstrato, dotado sempre de razoável grau de universalidade, mas inabilitado para a tarefa de fornecer fundamentos a representações que pretendem ser antes intensivas que extensivas.

Quando se trata, portanto, de abordar a realidade de forma intensiva, quando se quer obter dela uma espécie de "retrato" em que estejam representadas as peculiaridades de cada situação ou processo enfocado e não chapas de raios-X, "que eliminam tudo exceto o que muitos temas possuem em comum",[3] é necessário recorrer a uma outra modalidade de disposição das perspectivas diretoras do entendimento, a modalidade horizontal, que é característica das ciências humanas ou históricas. Nos termos que fundamentam o esquema lógico acima mencionado, poder-se-ia afirmar que o corte horizontal destaca um único plano da realidade e pretende subsidiar uma representação em que os contornos fundamentais dessa realidade estejam representados. O foco de qualquer intelectual que empregue a abordagem histórica pode ser direcionado a vários pontos do plano e sua tendência não é a de se concentrar em um ponto comum a vários planos, como no caso das abordagens típicas das ciências naturais, mas a de produzir manchas que se espalham pelas adjacências dos pontos. As ciências humanas abordam fenômenos – na maioria das vezes de natureza processual, ou seja, dos quais só se pode falar recorrendo a outros fenômenos de uma seqüência que, em tese, é infinita – manchando certos lugares de realidade. A

[2] Isaiah Berlin. "O conceito de história científica". In: *Estudos sobre a Humanidade*: uma antologia de ensaios, p. 75.
[3] *Ibid*., p. 81.

integração das manchas em um plano (que pode incluir também, incidentalmente, elementos de outros planos, como no caso da história comparativa, por exemplo) pode ser descrita como a operação fundamental a que Paul Ricoeur, retomando o conceito da *Poética* de Aristóteles, designou de tessitura da intriga. A montagem de uma intriga faz com que seja extraída "de uma simples sucessão uma configuração".[4] Quando a serviço das formas de conhecimento usuais das ciências humanas, ela articula as manchas a totalidades representacionais, capazes de tornar compreensíveis os campos empíricos por ela referidos.

Como uma leitura mais cautelosa pode dar a perceber, essa distinção entre os modos horizontal e vertical de formação de perspectivas possui uma validade meramente esquemática: as generalizações comuns às ciências naturais somente revelam seu valor à medida que sua utilidade explicativa ou preditiva se deixa medir no confronto com realidades concretas e o conhecimento voltado para o concreto e para o particular das ciências humanas só pode ser obtido com o auxílio de perspectivas e conceitos gerais que carregam em si uma certa universalidade transtemporal. Além disso, até mesmo o fundamento dessa distinção nas posições teóricas do neo-kantismo badense é amplamente questionável e criticável, uma vez que está relacionado à expectativa, que de modo algum veio a se confirmar, da constituição de uma sólida teoria geral do conhecimento científico. Para as finalidades estipuladas para este trabalho, contudo, talvez não seja inoportuno preservar a esquematicidade das distinções entre ciências humanas e naturais e entre perspectivas horizontais e verticais e prosseguir apresentando, a partir delas, a resolução oferecida pela teoria da história de Jörn Rüsen ao problema das perspectivas de interpretação no conhecimento histórico científico.

Conforme o que deixa claro esse esquema, os interesses gerais mais costumazes nas ciências da natureza direcionam a abordagem cognitiva a aspectos generalizáveis do mundo empírico, enquanto os interesses gerais que atuam na base das ciências históricas conduzem o olhar compreensivo para situações concretas e particulares. Essa diferença culmina nas distintas modalidades de formação de perspectivas há pouco mencionadas. Todavia, essa diferenciação somente resolve os problemas postos a uma teoria do conhecimento histórico de forma parcial e preliminar, uma vez que nem tudo aquilo que é

[4] Paul Ricoeur. *Tempo e Narrativa*. tomo 1, p. 103.

concreto e individual é, ao mesmo tempo, historicamente interessante.[5] É precisamente a partir dessa constatação e da conseqüente pergunta pelo especificamente histórico da história que Rüsen avança em direção a uma compreensão abrangente das operações de pesquisa a que a história, em sua constituição científica, está relacionada. Tal compreensão é tributária de um redirecionamento do problema da totalidade histórica, que transfere seu encaminhamento do campo das atribuições das tradicionais filosofias da história para o espaço do que Rüsen denominou de "antropologia teórico-histórica". A antropologia teórico-histórica tem por finalidade a explicitação das categorias mediante as quais as mudanças do mundo humano podem ser pensadas e interpretadas como especificamente históricas.[6] Na perspectiva de uma antropologia teórico-histórica, o sentido de totalidade histórica, que as filosofias da história elaboraram na forma de um conteúdo previamente determinado, a ser efetivado pela humanidade ao longo do seu decurso histórico, passa a ser identificado não mais *sobre* ou *ao lado* das histórias particulares, mas *dentro* de cada uma delas.[7] Isso significa que o todo histórico não é mais visto como a essência da estrutura profunda da mudança do mundo humano, a que cada história particular buscaria, com maior ou menor eficácia, apreender e reproduzir. Trata-se agora dos critérios que delimitam, para cada história, o espaço da experiência que é especificamente histórico e essa delimitação varia em função do significado que a experiência pode assumir perante tais critérios.

Aquilo que ampara fundamentalmente a diferença entre as antigas filosofias da história e a antropologia histórica de Rüsen, no que se refere à abordagem do problema da totalidade na história, é, portanto, a constatação de que os feitos irrepetíveis, que, na expressão popular, são considerados "dignos de entrar para a história" não estão, senão aparentemente, investidos de uma dignidade absoluta. Fatos históricos – aqueles que são considerados dignos de serem abordados em uma história – não consistem em um agrupamento de fatos que poderia ser contraposto ao conjunto dos fatos não históricos: fatos não *são* históricos, *tornam-se* históricos à medida que é possível estabelecer uma relação em que os traços da experiência humana a que eles dão acesso possuem

[5] Estevão de Rezende Martins. "O uso de categorias na ciência histórica", p. 10.
[6] *Rekonstrution der Vergangenheit*, p. 56-57. O termo "antropologia teórico-histórica" é empregado com a finalidade de explicitar a distinção entre seu alvo de referência e a disciplina empírica da antropologia. F. Ankersmit sugere que seria mais apropriado falar de uma antropologia "trans-histórica", por se tratar de um conjunto de estruturas conceituais aplicáveis à compreensão narrativa de todo e qualquer fenômeno histórico. Ver "Review essay on Jörn Rüsen's *Rekonstruktion der Vergangenheit*: Grundzüge einer Historik II", p. 91.
[7] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 54.

significação perante o quadro dos valores atuais de uma sociedade em uma certa época.[8] Essa relação de significação do passado para o presente se concretiza em um olhar especificamente histórico em direção ao passado, no qual já estão previamente processadas sínteses de experiência e significado capazes de atuar enquanto elementos de apreensão e ordenação da experiência. Essas sínteses de experiência do passado e significados atuais, condutoras do olhar histórico, são as perspectivas orientadoras da experiência do passado. São as perspectivas que definem sobre o que, no quadro infinito da experiência humana do passado, deve ser tomado como experiência histórica. Constituem, portanto, apesar de boa parte dos historiadores admitirem algo como o contrário disso, um elemento fundamental e permanente do trabalho cognitivo da história e não uma simples interferência indevida de uma subjetividade que insiste em se fazer acessória ao conhecimento histórico e que haveria de ser um dia completamente anulada pelos desenvolvimentos do método histórico. Rüsen aponta de forma certeira que os métodos de pesquisa, nos quais muitos historiadores baseiam de forma exclusiva a pretensão de racionalidade de suas realizações intelectuais, estão, em verdade, na dependência dos critérios que definem o que da experiência do passado é especificamente histórico. De acordo com ele, esse tipo de definição não constitui um problema de método, mas antes, de perspectivas para a interpretação da experiência do passado. Tais perspectivas, embora não estejam contidas nas fontes, presidem a escolha e a definição dos procedimentos metódicos através dos quais delas são extraídas informações.[9]

As perspectivas orientadoras são elementos formados pela articulação dos pressupostos teóricos do trabalho de reconstrução histórica do passado. A antropologia

---

[8] Um exemplo concreto ajuda a demonstrar essa variabilidade do significado histórico da experiência, que se quer aqui enfatizar com a afirmação de que os fatos não são históricos, mas tornam-se históricos: dois artistas húngaros resolveram apresentar na Bienal de Artes de Veneza em 2003 uma performance em que se produziu uma montagem envolvendo a representação do corpo de uma mulher semi-nua e o busto da rainha egípcia Nefertite, esposa do faraó Amenhotep, que se encontra guardado no Museu Egípcio de Berlim. A performance gerou inesperados protestos por parte da intelectualidade e da opinião pública egípcias. Na verdade, o que esses protestos ilustram é que o significado histórico da relíquia para os artistas húngaros e para o público que a elaboração do trabalho artístico teve em vista era bem diverso daquilo que muitos egípcios contemporâneos atribuem à estátua. Para esses últimos, não se trata de um mero resíduo de um passado longínquo, mas de uma marca de memória especialmente significativa. Sobretudo porque muitos pretendem enxergar na reforma religiosa empreendida por Amenhotep (que, posteriormente a isso, veio a se denominar Akhenaten), com a ativa participação de sua esposa Nefertite, uma experiência precursora da religiosidade monoteísta e abstrata do Egito islâmico de hoje. (Relato acerca dessa polêmica consta em um texto de Nicolau Sevcenko. "O visual da rainha". *Carta Capital*. 16 de julho de 2003, p. 53.)

[9] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 20-21. "O conhecimento histórico não é construído somente a partir das fontes; ao contrário, as informações das fontes são, primeiramente, trazidas à coerência de sentido de uma história com o auxílio de diretrizes de interpretação, que, enquanto tais, não estão situadas nas fontes" (trad. do autor).

histórica de Rüsen permite a definição de alguns tipos de pressupostos da atividade dos historiadores, associados ao sentido de totalidade das histórias. Não há dúvida de que deles os de maior relevância consistem nos sistemas de categorias, de cuja orientação a experiência recebe sua qualificação histórica, e em um grupo de entidades teóricas deles derivados, os conceitos históricos. Categorias são ferramentas universais do entendimento, que atuam na ordenação da realidade percebida pelos sentidos, determinando a cognição do mundo empírico. Quando tais ferramentas permitem a designação das conexões temporais em função do que uma realidade é tomada como histórica, pode-se tratá-las sob a rubrica de categorias históricas.[10] Categorias históricas como tendência, época, evolução, crise, progresso, mudança estrutural, entre outras, fazem com que o tempo seja perceptível enquanto fator de veiculação da subjetividade humana – enquanto tempo humano. Isso ocorre de modo que as informações aferidas das fontes possam ser abordadas enquanto testemunhos do potencial de transcendência de que todo agir está dotado, em relação às circunstâncias empíricas dadas aos agentes.[11] É sabido que, para viver com e no que é o caso, os homens têm de se projetar para além do que é o caso e que essa transcendência é a marca fundamental da intencionalidade humana.[12] Categorias históricas são as ferramentas mentais que permitem essa projeção histórica do pensamento para além das circunstâncias empíricas da vida. Com esse trabalho de projeção se mantém ativo o fluxo da existência de comunidades e individualidades humanas, pela elaboração de representações que dão a perceber trilhas de desenvolvimentos temporais de seu passado a seu futuro. Nessas representações, os processos temporais rememorados são fixados enquanto componentes de identidades históricas. A especificação de uma dimensão histórica no espaço infinito da experiência humana tem justamente esse sentido de proporcionar elementos pelos quais podem ser orientados com maior eficácia os processos de formação das intenções, que resultam nas ações e interações com que o mundo humano se constitui. Para tal especificação é necessário que o trabalho de interpretação da experiência do passado à luz dos significados do presente seja dirigido por categorias revestidas de caráter especificamente histórico.

O "sistema de coordenadas" categoriais, que define previamente para cada história o espaço da experiência que irá ser tomado como especificamente histórico, configura um

[10] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 81.
[11] *Ibid*., p. 57-58.
[12] *Razão Histórica*, p. 57.

campo de possibilidades de apreensão das informações das fontes. A rede formada do entrelaçamento dos universais históricos, no entanto, somente pode conduzir exitosamente a pesquisa adiante, quando ela se relaciona de uma certa maneira com a experiência do presente.[13] Uma boa imagem para descrever essa condição apresenta a efeitualidade, a vigorosidade de uma dessas redes teóricas como função da imersão de seus componentes no líquido da experiência do presente. O que na verdade quer Rüsen destacar com essa idéia é que as estruturas conceituais da história não têm o seu valor derivado exclusivamente da pertinência lógica de sua estruturação. Despregadas da experiência do presente, tais conceitos não são capazes de conduzir à formação de uma representação do passado com a marca das representações históricas. A conexão com as experiências do presente confere atualidade ao pensamento histórico e possibilita sua mobilização para o atendimento de carências de orientação. Conectado à experiência presente da passagem do tempo, o pensamento histórico encontra uma marca temporal real, a partir do que as dimensões temporais do passado e do futuro são definidas. Essa definição fundamentada pela inserção de um fator da experiência atual do tempo no circuito teórico dos universais é o que permite que tais universais se desdobrem em perspectivas orientadoras da experiência do passado, fios condutores do trabalho da pesquisa e da construção do discurso historiográfico. Perspectivas orientadoras são, portanto, pré-representações do passar do tempo, surgidas do preenchimento de um sistema de universais históricos por experiências generalizáveis do presente, para direcionar o processo de rememoração das mudanças temporais do passado. Na ciência da história, tais perspectivas são elaboradas na forma de teorias empiricamente concretizáveis e modificáveis pelos resultados da pesquisa histórica. Teorias históricas são, portanto, redes de conceitos fundamentais sistematicamente entrelaçados, que a historiografia, na história como ciência, procura tornar explícitas.

Tais redes categoriais, embora não sejam dedutíveis das fontes, são elementos fundamentais para que estas sejam selecionadas e criticadas e para que as informações delas extraídas possam ser aproveitadas em representações do passado características da ciência da história. As teorias históricas, em que consistem usualmente as perspectivas de interpretação na história como ciência, formam hipóteses ou contextos de perguntas, com os quais a realidade do passado, tal como inscrita nas fontes, pode ser cognitivamente

[13] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 63-64.

abordada. Perguntas e hipóteses são produzidas por uma espécie de desmonte analítico da realidade histórica em possibilidades objetivas, que, quando carregadas da experiência do presente, tornam-se capazes de direcionar a forma de olhar, criticar e interpretar historicamente as fontes.[14] O aspecto generalizante desses constructos teóricos, em torno dos quais se configura um contexto heurístico ao qual as informações das fontes devem responder, pode até lembrar, em certo grau, a função das teorias das ciências naturais, no sentido em que, por exemplo, uma teoria da modernização irá apresentar as experiências modernizadoras de cada lugar do mundo enquanto casos cobertos pela esfera de alcance de uma hipótese geral. Todavia isso não implica que o papel dos componentes teóricos no conhecimento histórico seja análogo ao papel das leis e hipóteses universais das ciências da natureza, pois, conforme o que esclarece Rüsen, teorias históricas não tratam meramente de casos, mas de casos especiais.[15] Teorias históricas não se pretendem a base de um conhecimento que esvazia a particularidade dos fenômenos por elas enfocados. Seu emprego, pelo contrário, está subordinado à eficácia em promover o desvelamento daquilo que marca a especificidade de frações de realidade cobertas por seu espectro geral. Isso o demonstram muito bem os trabalhos encaminhados sob o propósito de enxergar na experiência brasileira, com o auxílio de teorias da modernização e da modernidade, um caso especial do que se pode denominar de experiência ocidental moderna.[16] Ademais, o efeito cognitivo de tais teorias não culmina em uma superação da contingência em benefício da construção de esquemas deterministas, que explicariam os acontecimentos do passado. As perspectivas de interpretação teorizadas da ciência da história já predispõem as narrativas que estruturam para que dêem realce ao caráter contingente das ações, interações e situações humanas, pelas quais se interessa a história. Com essa disposição, fica assegurado que a orientação proporcionada pela interpretação histórica leva em conta o princípio de que os seres humanos estão investidos de liberdade para agir, ainda que, em certo sentido, seja uma tarefa do próprio pensamento histórico a indicação dos limites dessa faculdade.

O fato de as teorias na ciência histórica se vincularem à elucidação de casos particulares implica também que no trato com as fontes a universalidade das teorias deva ser particularizada, concretizada. A concretização das diretrizes teóricas da interpretação é

[14] *Ibid*., p. 69-70.
[15] *Ibid*., p. 68-69.
[16] Como, entre muitos outros, os de: Jessé Sousa. *A Modernização Seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro; e Luiz Sérgio Duarte da Silva. *A Construção de Brasília*: modernidade e periferia.

função dos conceitos históricos. Rüsen afirma que os conceitos que servem à ciência da história são conceitos especificamente históricos, quando por seu emprego ganham expressão aquelas qualidades da experiência do passado que permitem situá-la em uma conexão de significado e de sentido com o presente e com o futuro.[17] Isso quer dizer que conceitos especificamente históricos são aqueles que ajudam a revelar aspectos da experiência do passado à luz de sua significação para a formação do mundo atual e para as identidades que dele são partes. Em função de sua significação para o presente, tais aspectos se tornam significativos também para o futuro, uma vez que não se pode conceber o futuro senão a partir do presente. Rüsen diferencia conceitos, categorias e nomes próprios tipicamente históricos, apontando como tarefa dos conceitos a de mediar as determinações universais e particulares do conhecimento histórico. Categorias históricas, como já foi mencionado, dizem respeito aos elementos universais que definem o sentido de totalidade histórica, presente na narrativa de cada historiador. Nomes próprios, por outro lado, designam realidades do passado em sua existência singular. Conceitos históricos conectam categorias e nomes próprios, exercendo tarefas especificadoras com relação às primeiras e generalizadoras com relação aos segundos.[18] No exercício dessa função de concretização do conhecimento histórico, pela intermediação entre as categorias e nomes próprios, os conceitos históricos, uma vez formados e empregados de acordo com os padrões metódicos que caracterizam a ciência da história, podem ser pensados como elementos decisivos para a "cientificização" do pensamento histórico.[19]

O papel decisivo dos conceitos para a ciência da história torna relevante a compreensão do processo através do qual se formam essas estruturas de mediação entre a universalidade das categorias delimitadoras do campo histórico e a singularidade dos acontecimentos da vida humana. Para Rüsen, a formação dos conceitos históricos decorre de uma complexa síntese de objetividade e subjetividade. Ele rechaça tanto a tese objetivista que defende que os conceitos históricos surgem como produtos de uma mera derivação da linguagem das fontes, quanto a tese subjetivista atribuída a Max Weber, segundo a qual seriam os conceitos históricos construções teóricas elaboradas a partir de um distanciamento arbitrário e absoluto com relação às fontes. Aqui também se revela uma forte influência da reflexão metodológica de Max Weber, mesmo que a tônica dos

[17] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 80.
[18] *Ibid*., p. 80-81.
[19] *Ibid*., p. 80.

comentários de Rüsen quanto à concepção de tipo ideal de Weber seja dada pela crítica. Todavia, aqui também se pode notar que Rüsen elabora sua posição a partir de Max Weber e que mesmo a crítica a Weber é feita com o propósito de desfazer certas contradições em seu pensamento. O ponto de partida de Rüsen é, portanto, a premissa (weberiana) de que conceitos históricos (tipos-ideais) são construções teóricas empregadas no contato com as fontes, mas não fixadas por elas. De fato, não repousam nas informações das fontes enquanto tais as qualidades a que se atribui a historicidade das representações, a saber, aquelas que permitem que o passado seja interpretado em meio a um contexto que evidencia sua continuidade com o presente e com o futuro. Mas se trata de construções que não decorrem simplesmente do livre exercício da criatividade e que não podem ser rigidamente separadas dos conteúdos da experiência, a que têm por finalidade trazer à tona – ao contrário da direção para que, segundo Rüsen, aponta a teoria dos tipos-ideais de Max Weber.[20] Essa crítica de Rüsen às duas tendências de explicações sobre a formação dos conceitos históricos culmina em uma hipótese acerca da natureza de tais conceitos, que é a de que neles atua uma construtividade controlada. Expressa-se aqui o reconhecimento de que a ênfase no aspecto construtivo dos conceitos históricos é uma perspectiva plausível para a sua análise, mas que precisa ter seu subjetivismo corrigido. Construtividade controlada é uma boa forma de descrever a formação dessas entidades teóricas que, no limite, têm sua empregabilidade devida a sua própria capacidade em propiciar a extração daquilo que das fontes é historicamente essencial[21], o que só pode ser obtido quando um historiador e sua linguagem do presente entram em diálogo com a linguagem passada de que as fontes dão testemunho.

2.2. Métodos de pesquisa empírica

As determinações teóricas provenientes do campo das perspectivas orientadoras, de acordo com Rüsen, prelineiam a abordagem histórica da experiência do passado. Conforme

[20] Rüsen afirma ser subjetivista a posição de Max Weber, uma vez que sua concepção de tipo-ideal destacaria somente o caráter subjetivo do trabalho da interpretação, de tal modo que o que as fontes têm a dizer apareceria como um mero revestimento para os significados vigentes na práxis social atual. A crítica de Rüsen sugere que Weber teria extraído do fato de os conceitos serem construções não encontráveis nas fontes a idéia de que elas seriam estabelecidas através de uma atribuição subjetiva de sentido. *Ibid*., p. 85-86.
[21] *Ibid*., p. 86.

o que se acabou de mostrar, delas depende até mesmo a possibilidade de que existam representações em que o passado é rememorado e reconstruído de forma especificamente histórica. A relação do pensamento histórico com a experiência, todavia, embora seja pré-direcionada pelas categorias e conceitos históricos, somente se efetiva por intermédio dos métodos de pesquisa. É o contato, promovido metodicamente, entre a subjetividade conhecedora e o conteúdo empírico legado pelo passado nas fontes, que permite que surja conhecimento histórico científico, porque viabiliza a dialética da concretização das perspectivas subjetivas de interpretação e da historicização da experiência objetiva do passado. A transformação simultânea do status qualitativo das perspectivas, mediante sua concretização empírica, e do da experiência do passado, através de sua elaboração em conexões de sentido de caráter histórico, levada a efeito pelo pensamento histórico científico, ocorre em meio às operações da pesquisa histórica. Tanto a diversidade, como a unidade dessas operações são consideradas na expressão método histórico, que marca a coerência dos exemplares e regras diretores da pesquisa. A teoria da história de Jörn Rüsen retira a idéia de método histórico da visão tradicional dos historiadores profissionais daquilo que diferencia suas abordagens históricas da experiência do passado das demais abordagens encontráveis no meio social e tenta elaborá-la com o propósito de fazê-la assentar sobre novos fundamentos. Tais fundamentos permitem uma reavaliação do problema do método na ciência da história.

O resgate da idéia de método histórico, contudo, não remete as reflexões de Rüsen ao ambiente da discussão epistemológica da segunda metade do século XIX, quando se fixou em volta dessa categoria a síntese da especificidade das investigações praticadas pelos historiadores profissionais. Nesse conceito de método, legado por muitos dos historiadores e filósofos que lançaram as bases do que hoje se costuma chamar de compreensão positivista da ciência histórica, a metodologia aparece como o conjunto decisivo das estratégias de certificação dos enunciados contidos nas fontes. Para essa concepção, a tarefa primordial do historiador seria estabelecer a confiabilidade das informações obtidas. Uma vez realizada essa tarefa, acredita-se poder estar diante da estrutura profunda da realidade do passado, tal como ela de fato apareceu a seus contemporâneos. A capacidade de apreender os fatos de que é constituída tal realidade é, de acordo com essa concepção, derivada de uma competência quase técnica no procedimento da crítica das fontes. Método é, então, o conjunto instrumental que tornaria

possível extrair da subjetividade das fontes a objetividade dos fatos, uma qualidade diretamente correspondente à objetividade da realidade empírica do passado. Método, entendido nesses termos, é uma espécie de vetor da cientificidade do conhecimento histórico, capaz de elevar a cognição histórica objetivada ao patamar de prestígio das ciências naturais. A teoria da história de Rüsen, embora se mantenha aberta a certas influências dessa tradição de reflexão metodológica, pois também preserva a consideração da importância do conceito de método para a compreensão da ciência da história, não se enreda nos problemas trazidos pela predominância nela de uma concepção de método como via de acesso direto à realidade do passado. Ao contrário, ela o apresenta como a suma das operações, que permitem abordar e historicizar a experiência do passado. A abordagem e a historicização do passado possibilitadas pelos métodos, de acordo com Rüsen, não culminam em um conhecimento habilitado a reivindicar validade absoluta ou conclusiva. Pelo contrário, o conhecimento histórico metodicamente obtido depende essencialmente da relação entre conteúdos empíricos do passado, contidos nas fontes, e conteúdos de significado do presente. Para a elaboração de conhecimento histórico essa relação tem que ser estabelecida na forma especificamente histórica. Em tal necessidade se revela uma das dimensões do caráter relacional do conhecimento histórico e, por contraste, torna-se evidente que não se trata de um conhecimento dotado de validade absoluta.[22] Além disso, o modo de o conhecimento histórico se referir à experiência do passado está, na ciência da história, ajustado ao impulso para o progresso do conhecimento, o que torna seu conteúdo empírico sempre sujeito a aperfeiçoamentos, renovações e refutações e demonstra a impossibilidade de validações conclusivas.[23]

O conceito de método histórico desenvolvido por Rüsen pretende, na verdade, descrever compreensivamente os procedimentos que sustentam a unidade das diferentes estratégias de abordagem da experiência do passado, de que a prática historiográfica dá exemplo. Essa visão da unidade do método histórico em meio à diversidade das técnicas de pesquisa está amparada na idéia de que a própria pesquisa conforma uma etapa unitária e analiticamente diferenciável em qualquer processo de elaboração de conhecimento

---

[22] Quanto a isso, ver Estevão Martins. "O caráter relacional do conhecimento histórico", p. 23. "É por conseguinte inteligível que se possa chamar o conhecimento histórico de relativo. É ele relativo à complexidade fatorial do que investiga, à complexidade subjetiva dos registros que são suas fontes e dos respectivos autores, à complexidade subjetiva do investigador e de seu meio, à forma estilística de sua exposição."

[23] *Razão Histórica*, p. 103.

histórico científico. Para Rüsen, é possível falar da unidade do método, quando a construção do conhecimento histórico é decomposta em fases e quando a pesquisa é identificada como uma dessas fases. De acordo com ele, o conhecimento histórico é produzido em meio a um processo de que resultam histórias como respostas a perguntas históricas. Nesse processo, pode-se especificar três fases: uma primeira, em que ocorre a formulação da pergunta histórica, como uma transposição para o contexto do conhecimento histórico de carências por orientação provindas da vida prática atual; uma segunda, em que a pergunta histórica é direcionada às fontes e em que se recolhe delas as informações necessárias para a resposta; e uma terceira, em que as informações obtidas das fontes são formuladas em uma resposta propriamente dita à pergunta histórica, a qual por sua vez, por estar referida às carências por orientação, pode servir para orientar a vida prática humana. Dessas três fases, a que corresponde à da pesquisa histórica é a segunda.[24] Nela, as perspectivas orientadoras da experiência do passado são postas em contato com os conteúdos de experiência contidos nas fontes. Através desse contato, as informações das fontes são abertas, exploradas e, em seqüência, integradas em conexões interpretativas carregadas de experiência e preparadoras da representação narrativa. Método histórico, de acordo com Rüsen, é o conjunto das regras abstratas que presidem essa abertura, exploração e elaboração do material das fontes, desempenhadas na etapa da pesquisa histórica.

A processualidade atribuída ao conhecimento histórico como um todo também é uma das características que marcam internamente a pesquisa. De acordo com a distinção que apresenta Rüsen, é possível especificar no plano operativo-processual da pesquisa três momentos sucessivos e sistematicamente interligados, o da heurística, o da crítica e o da interpretação. A *heurística* é a operação metódica na qual as perspectivas orientadoras da experiência do passado são formatadas em perguntas e direcionadas à experiência. Tal formatação é necessária para prover de uma referência concreta os trabalhos de reunião, seleção e classificação das fontes.[25] A *crítica*, como segunda operação processual do método histórico, consiste, por seu turno, na investigação das manifestações empíricas "abertas" pela heurística e possibilita que delas se extraia uma tessitura de fatos do passado. A essa rede de fatos Rüsen denomina factualidade (*Tatsächlichkeit*). A factualidade metodicamente obtida das manifestações empíricas do passado está atribuída

[24] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 96.
[25] *Ibid*., p. 102-103.

do que, acompanhando uma formulação de Reinhart Koselleck, Rüsen conceitua metaforicamente como o "direito de veto" das fontes sobre a construção dos enunciados históricos.[26] A *interpretação*, ao final, é a operação que encerra a dimensão formal da pesquisa histórica, vinculando as informações asseguradas na crítica das fontes a conexões especificamente históricas, nas quais essas informações são organizadas. A interpretação produz, com essa organização das informações obtidas das fontes, constructos narrativos que servem de fios condutores do trabalho da representação histórica (que já não mais está sob a direção dos critérios diretores da pesquisa histórica). Em tais fios-condutores interpretativos, são sintetizadas as perspectivas heuristicamente projetadas sobre a experiência do passado na forma de perguntas históricas e os fatos do passado extraídos na crítica das fontes.[27]

É digno de destaque, nesse esquema que apresenta a diferenciação das três etapas da pesquisa histórica em seu plano operativo-processual, o papel atribuído ao que Rüsen designa de pergunta histórica. A determinação de quais das possíveis relações do pensamento histórico com a experiência do passado podem assumir significado histórico é, conforme já se apresentou, uma questão que se resolve não no plano dos métodos de pesquisa, mas no das perspectivas orientadoras.[28] Nessas decisões tomadas no âmbito da antropologia teórico-histórica já se delineia a abordagem metodológica a ser desenvolvida na pesquisa. Esse direcionamento das perspectivas e teorias orientadoras sobre os métodos de pesquisa concretiza-se através da heurística, o momento da pesquisa histórica em que as perspectivas orientadoras da experiência do passado são desdobradas em perguntas condutoras do trabalho com as fontes. A heurística é, portanto, uma operação fundamental da pesquisa, sobretudo porque na ciência da história – e nas ciências humanas, em geral – a abordagem cognitiva da realidade empírica se revela estruturada em torno de uma "lógica da pergunta".[29] A pergunta atua concretamente na condução da pesquisa, direcionando o olhar aos elementos passíveis de serem elaborados em conexões de sentido especificamente históricas. Com isso, tem-se uma referência capaz de "abrir" à compreensão histórica as porções de experiência contidas nas fontes e de levar o trabalho investigativo na direção de um resultado que possa se remeter aos interesses em razão dos quais foi iniciado.

---

[26] *Ibid*., p. 107-109.
[27] *Ibid*., p. 111-112.
[28] *Ibid*., p. 21; 99.
[29] Hans-Georg Gadamer. *Verdade e Método*, p. 544.

A relevância do papel da heurística na construção do conhecimento histórico científico é um dos sintomas da relevância da outra dimensão da pesquisa histórica isolada por Rüsen. Mostrou-se acima que heurística, crítica e interpretação conformam as operações formais do método histórico. A pesquisa histórica, no entanto, é constituída também pelas chamadas operações substantivas. A coerência entre tais operações é resultado das determinações teóricas que delimitam para cada investigação particular o plano da experiência especificamente histórica e que, portanto, decidem do quê trata a pergunta histórica, quê informações podem ser obtidas das fontes e quê conexão interpretativa perfaz o caráter histórico da experiência do passado.[30] As determinações teóricas da antropologia histórica conferem aos procedimentos formais da heurística, da crítica e da interpretação uma direção e um conteúdo capazes de conduzir o resultado final do pensamento histórico, a representação histórica, ao exercício das funções de orientação que a ele fornecem impulso. Essas determinações qualificam as operações formais, conectando-as às carências por orientação temporal do contexto de produção do conhecimento histórico. Com essa conexão, a prefiguração categorial do todo da história passa a conduzir o trabalho de articulação das informações obtidas das fontes a totalidades interpretativas coerentes e a remetê-lo na direção dos processos de construção e consolidação de identidades. Para tais efeitos é que concorrem as regulações metódicas substantivas da pesquisa histórica.

A multiplicidade das experiências do tempo torna necessária para sua abordagem a recorrência a procedimentos tipificadores. Uma das possíveis tipologias da experiência é a que diferencia as experiências do tempo em correspondência com a diferença entre tempo natural e tempo humano. Tempo natural diz respeito às experiências em que o tempo é vivenciado como obstáculo ao fluxo intencional da subjetividade humana. Tempo humano, por sua vez, refere-se às situações em que o agir transcende a circunstancialidade do mundo empírico e em que o tempo é experimentado como vetor da intencionalidade humana.[31] Para Rüsen, as diferenças entre tempo natural e tempo humano requerem da abordagem histórica distinções de procedimento. A regulação substantiva do método histórico é o que permite que esses diferentes procedimentos possam ser levados a uma síntese habilitada a dar expressão à temporalidade propriamente histórica.[32] As operações

[30] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 117.
[31] *Razão Histórica*, p. 59-60.
[32] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 100-102.

substantivas do método histórico são duas e estão ligadas a duas concepções de pesquisa aparentemente opostas, a hermenêutica e a analítica. A metódica de Rüsen demonstra como essas duas estratégias de abordagem da experiência humana do tempo se complementam mutuamente, podendo, com isso, reforçar o potencial de racionalidade da orientação histórico-científica.

A *hermenêutica* é a estratégia substantiva de reconstrução metódica do passado adequada às circunstâncias cognitivas em que se lida com o tipo de experiência da temporalidade associado à modalidade do tempo humano. Na hermenêutica, a pergunta histórica é dirigida às conexões de sentido constitutivas do universo empírico do passado, ou seja, a conjuntos de manifestações culturais que testemunham a intencionalidade dos homens do passado. Abordam-se assim as intenções e interpretações que estiveram na base do agir humano, para extrair delas a factualidade na qual se deram. É interessante salientar que Rüsen enfatiza o caráter lingüístico dessa factualidade extraída hermeneuticamente, caráter que decorre de que interpretações e intenções orientadoras da ação sempre são constituídas por intermédio da linguagem. Esse conteúdo intencional da experiência histórica reconstruído na crítica é avaliado em termos de sua plausibilidade explanatória (*explanatorische Plausibilität*) na operação da interpretação hermenêutica. A interpretação configurada à maneira hermenêutica historiciza as auto-compreensões dos atores e participantes das situações do passado enfocadas na história, através de sua elaboração em estruturas interpretativas coerentes, que organizam a factualidade hermenêutica e explicam a mudança histórica apresentando o contexto das intenções diante do que se definiram as ações e paixões influentes sobre as transformações do mundo humano.[33]

Por oposição à hermenêutica, a *analítica* pode ser definida como a concepção de pesquisa adaptada para abordar aquelas experiências nas quais o tempo, ao invés de ser vivenciado como vetor da subjetividade humana, é experimentado como limite definidor das possibilidades do agir. A analítica concerne, portanto, àquelas experiências em que o tempo aparece como tempo natural. Rüsen apresenta a hermenêutica como a concepção de pesquisa dirigida à compreensão das conexões de sentido da experiência humana. Em contraposição isso a concepção de pesquisa analítica pode ser definida como a que se interessa pela explicação das conexões de efeito dela depreensíveis. As operações analíticas da pesquisa histórica, portanto, dizem respeito às circunstâncias (*Umstände*) e

[33] *Ibid*., p. 119; 122-126.

condições (*Verhältnisse*), que, embora fixem os limites entre os quais a capacidade interpretativa da subjetividade humana se deve situar, são, por assim dizer, exteriores a ela. Na analítica, a pergunta conduz o olhar histórico às fontes de que se pode inferir a circunstancialidade e a condicionalidade do agir passado. As fontes são inquiridas não naquilo que elas dizem das ações a que se referem, mas para que sejam levadas a revelar algo sobre os fatores de determinação do agir, (relações de produção, relações de poder, estrutura social, estrutura política, "mentalidades") que indiretamente influenciaram as ações por elas referidas. Os elementos condicionantes do agir passado usualmente não estão expressos (e, na maioria das vezes em que são expressos, não o são com suficiente clareza) no que se pode perceber da consciência dos atores e participantes das situações enfocadas pelo pensamento histórico. Cabe à heurística analítica, portanto, a tarefa de trazer à tona informações que na crítica são metodicamente tratadas para configurar uma factualidade abstrata, não vivida pelos sujeitos humanos do passado, mas que, mesmo assim, é parte da experiência histórica deles. O modelo de factualidade analítica mais largamente utilizado na pesquisa histórica é que resulta do tratamento estatístico das informações das fontes. Na quantificação estatística, a duração experiencial do passado é tornada artificialmente isenta de conteúdo intencional e interpretativo, de modo que seja possível isolar as circunstâncias delimitadoras do campo de ação.[34] A factualidade analítica obtida mediante uma certa "desqualificação" das informações das fontes também tem que ser vinculada a conexões interpretativas nas quais a experiência do tempo é explicada por recurso ao potencial explanatório de regularidades ou generalizações históricas, convertidas em teorias explícitas de caráter mais ou menos análogo ao das teorias nomológicas.[35]

Nem a analítica, nem a hermenêutica, contudo, tomadas isoladamente, são modelos que definem com a precisão necessária o que está em jogo quando um historiador desenvolve a pesquisa que servirá de base para sua narrativa. Uma pesquisa histórica conduzida por um ponto de vista puramente hermenêutico vela o fato de que toda interpretação por ela abordada foi produzida dentro de um ambiente de condições que fixou os limites de possibilidade do agir. Uma abordagem estritamente analítica, por seu turno, naturaliza a experiência histórica ao tomá-la como mero resultado da determinação

[34] Rüsen aponta que o procedimento da crítica analítica não se limita ao procedimento da quantificação, mas não chega a abordar sistematicamente o problema de como isso se efetivaria em outros modelos de pesquisa.
[35] *Ibid*., p. 128-134.

dos condicionantes externos do agir, deixando de lado seu conteúdo cultural, seu caráter de experiência constituída por ações desempenhadas sob a orientação de elaborações interpretativas.[36] A alternativa a essa polaridade extremada entre métodos analíticos e hermenêuticos e à unilateralidade que acompanha os resultados do emprego de um em detrimento do outro se encontra na busca de suas conexões internas. A essa alternativa Rüsen denomina *dialética*. Não há, propriamente falando, um modelo dialético de pesquisa que se contraporia aos modelos analítico e hermenêutico. Rüsen emprega esse termo somente para marcar o fato de que na prática historiográfica é comum a combinação de estratégias provenientes tanto de um quanto do outro modelo. A dialética é, então, a operação substantiva do método histórico em que os enfoques analítico e hermenêutico são sintetizados, para que se torne possível perceber, no confronto entre as experiências do tempo natural e do tempo humano, experiências propriamente históricas.

A ligação dialética entre a analítica e a hermenêutica conduz a uma heurística em que o olhar histórico se volta simultaneamente para conexões de sentido e para conexões de efeito, enquanto lados diferentes de um mesmo decurso temporal histórico. Nessa modalidade da heurística, a pergunta histórica é encaminhada de tal modo que se tenha que respondê-la apresentando tanto a condicionalidade das intenções diretoras do agir, quanto a relação dessa condicionalidade com as subjetividades dos envolvidos nas situações históricas. Assim colocada, a pergunta promove a relativização das perspectivas históricas associadas às abordagens hermenêutica e analítica, permitindo que na crítica sejam conferidos, ao mesmo tempo, contornos objetivos à subjetividade das conexões de sentido compreensíveis na hermenêutica e contornos subjetivos à objetividade das conexões de efeito explicáveis analiticamente.[37] A factualidade dialeticamente obtida é, pois, uma factualidade multidimensional, em que as ações intencionais têm sua dimensão subjetiva interna acrescida da dimensão objetiva externa de seus condicionantes e os fatos abstratos analiticamente conhecidos recebem qualidades hermenêuticas que os tornam historicamente significativos em vista da experiência do passado a que se referem. A organização dessa factualidade na operação interpretativa encerra a dialética da pesquisa, amarrando os fatos em uma conexão de sentido histórico estruturada de forma a deixar aberta a relação mútua entre fatores objetivos e subjetivos na explicação histórica das mudanças do tempo. Essa conexão de sentido que surge da interpretação dialética trata da

[36] *Ibid*., p. 135-137.
[37] *Ibid*., p. 140-141.

estrutura de sentido do mundo humano no passado e possibilita que essa herança de sentido seja explorada para efeito de orientação da vida prática atual.[38]

O termo interpretação (*Interpretation*), empregado por Rüsen para designar a operação metódica com que se conclui, do ponto de vista formal, a etapa da pesquisa histórica já sinaliza que a síntese dialética entre hermenêutica e analítica é executada, no plano das operações substantivas, sob o primado da hermenêutica. O horizonte de auto-compreensão de que o agir humano extrai orientação e ao qual cumpre ao pensamento histórico alimentar de interpretações é um horizonte hermenêutico. Mesmo a analítica, no fundo, consiste em um modo de interpretar a realidade humana que, desde sempre, já está situado no interior desse horizonte hermenêutico de compreensão, de que depende vida prática atual.[39] A analítica, sem dúvida, amplia e aprofunda o conhecimento histórico, mas, de acordo com Rüsen, isso somente é possível à medida que ela vai se convertendo em um tipo especial de abordagem hermenêutica, em uma hermenêutica profunda (*Tiefenhermeneutik*), que revela novas dimensões de condicionalidade e determinabilidade do agir, ligadas à estrutura de sentido da vida atual, como, por exemplo, as que se expressam nos conceitos de cultura e cotidiano.[40] Só hermeneuticamente consegue o pensamento histórico falar às carências por orientação que impulsionam o trabalho da pesquisa histórica. Isso implica que a pesquisa histórica tenha sempre a estrutura de um diálogo, mediado pelos conteúdos empíricos das fontes, entre sujeitos humanos do passado e do presente.[41] É por causa de sua dialogicidade que a pesquisa se deve desdobrar em uma dialética, em uma arte de conduzir uma conversação com o passado que, essencialmente, consiste na arte de colocar perguntas ao que dele restou. No diálogo a que dá ocasião a pesquisa histórica, os sujeitos do presente, quando historiadores profissionais, perguntam para poder retomar para o contexto de seu mundo elaborações culturais do mundo do passado. Dirigem-se a testemunhos que fornecem pistas do conteúdo das auto-interpretações que os próprios sujeitos do passado fizeram de sua existência e, com isso, podem reconstruir o sistema de significados, em meio a que tais interpretações se deram.

---

[38] *Ibid*., p. 146.
[39] *Ibid*., p. 138-139.
[40] *Ibid*., p. 139.
[41] *Ibid*., p. 146-147. "A interpretação histórica, enquanto operação de pesquisa, tem que ter, ainda que apenas de forma potencial, a qualidade de um diálogo com os sujeitos do passado." (trad. do autor); quanto ao caráter dialético ou dialógico da hermenêutica, ver Hans-Georg Gadamer. *Verdade e Método* (II Parte, seção 2.3).

Essa reconstrução pode dar margem a uma compreensão do passado mais precisa, aprofundada e clarividente que a compreensão que os atores do passado tiveram. A razão dessa possibilidade está na fecundidade do cruzamento dialético das estratégias hermenêuticas e analíticas na pesquisa. Estratégias analíticas podem ser empregadas para aprofundar interpretações hermenêuticas, por exemplo, na forma da chamada crítica das ideologias. Ao delinear a condicionalidade dentro da qual se determinaram as possibilidades de agir no passado, a analítica relativiza o papel da subjetividade no desempenho das ações, trazendo à tona novas dimensões da experiência, como interesses que muitas vezes não só não foram expressos pela auto-interpretação dos participantes das situações enfocadas pelo olhar histórico, mas também podem ter sido deliberadamente disfarçados e distorcidos ou inconscientemente recalcados. Por outro lado, a hermenêutica reforça o conteúdo crítico das estratégias analíticas de pesquisa, ajudando-as a se desfazer do que Rüsen denomina "inocência positivista". Isso é conseguido quando a subjetividade depurada do conteúdo empírico abordado na analítica é relacionada de volta à conexão de efeito obtida. Nesse novo contato da experiência metodicamente tratada na analítica com a subjetividade abordada pela hermenêutica, a hermenêutica empresta à condicionalidade analítica atributos capazes de torná-la apta a ingressar no horizonte de interpretação e orientação da vida presente.[42]

[42] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 142.

CAPÍTULO 3

A problemática da representação na ciência da história

Validação do conhecimento mediante pesquisa e conexão do saber metodicamente tornado válido às carências de orientação são processos intelectuais que se entrecruzam na ciência da história. Se, por um lado, a cognição histórica se guia por determinações provenientes do contexto das demandas culturais atuais, por outro, toda e qualquer forma de orientação histórica depende de que a relação da narrativa na qual o conhecimento é apresentado com a experiência do passado seja uma relação válida. O capítulo 1 consistiu em um comentário ao encaminhamento teórico proposto por Rüsen à problemática do enraizamento da ciência da história na vida prática. Nele se tentou mostrar como, de acordo com Rüsen, a ciência da história se desenvolve a partir desse enraizamento, de modo a que seja garantido um certo patamar de qualidade aos meios racionais de orientação cultural por ela disponibilizados. No capítulo 2 foram apresentados e discutidos os elementos que, para Rüsen, colocam-se na base dessa garantia de qualidade, aqueles conformadores do momento da pesquisa histórica. A soma dos significados de pesquisa e orientação histórica, entretanto, não abarca a totalidade do que está em jogo no plano dos fundamentos do conhecimento histórico científico. Para que, de alguma maneira,

correspondam às expectativas de orientação que põem em ação a ciência da história, é preciso que resultados de pesquisa sejam articulados coerente e consistentemente em uma exposição histórica, que apresenta processos temporais significativos para a estrutura atual do mundo humano. Tal apresentação, embora seja fundamentada em pesquisa, não é a mera transposição de seus resultados tal e qual eles emergem da interpretação das fontes. Há, portanto, uma certa autonomia da representação historiográfica com relação à pesquisa histórica e tal circunstância ampara a diferenciação das formas de apresentação como um princípio fundamental do conhecimento histórico. O presente capítulo tem por tema a historiografia e objetiva sumariar as idéias de Rüsen quanto à problemática envolvida em sua relativa autonomia (e, também, em sua relativa dependência) face à pesquisa. Além disso, e em especial, nele se abordará uma das mais significativas contribuições da teoria da história de Rüsen relacionada a essa problemática, a saber, a tipologia da constituição de sentido por narrativas históricas.

3.1. Formas de apresentação

A base da concepção de historiografia exposta por Rüsen nos *Fundamentos de uma Teoria da História* é a constatação de que há uma importante diferença entre pesquisar na massa documental legada ao presente o que, no passado, foi o caso e apresentar um relato no qual as descobertas da pesquisa se articulam para formar uma história válida para efeito de orientação da vida atual. Na direção dos trabalhos de pesquisa e escrita históricas atuam pontos de vista bastante distintos entre si. Na pesquisa, a relação com a experiência do passado assume uma posição de primeiro plano. Na historiografia, por outro lado, o tom predominante é dado pela relação do conhecimento histórico com seu público destinatário.[1] Essa distinção deriva da percepção de que há, no plano dos fundamentos do conhecimento histórico científico, – ou seja, na sua matriz disciplinar – uma espécie de divisão do trabalho, que torna a pesquisa campo de atuação para princípios de natureza metódica e a historiografia o ambiente privilegiado dos princípios estéticos e retóricos.[2] Há, como decorrência dessa situação, uma diferença entre o contexto geral da orientação, a partir do qual emerge o trabalho da história e no qual se pretende que a historiografia repercuta, e o

[1] *Lebendige Geschichte*, p. 17.
[2] *Ibid.*, p. 19

contexto teórico da interpretação, surgido da abstração metódica do primeiro pela ação dos regulativos da pesquisa. Na expressão de Rüsen, a pesquisa coloca as demandas culturais por orientação entre parêntesis, ou, para aproveitar ainda uma outra metáfora, nela o historiador vira as costas para o seu presente a fim de concentrar seu olhar na direção do passado testemunhado pelas fontes. O desmanche desses parêntesis é o que executa, por seu turno, a historiografia. Nela o historiador se volta de novo ao presente e, com esse retorno, os resultados da pesquisa são transplantados a um ambiente discursivo diverso daquele em que se deu sua produção.[3] À historiografia não pode ser atribuído o mero interesse em responder à pergunta pelo que foi no passado o caso. Em certa medida, ela está sempre além desse interesse, porque seleciona resultados de pesquisa com base em sua relevância diante do estoque de significados do mundo atual e os conforma em um discurso capaz de interpelar as carências de sentido que impulsionam o realizar do pensamento histórico. O trabalho da historiografia é fazer com que o saber obtido na pesquisa se revista de sentido para os destinatários finais do conhecimento histórico, ou melhor, é tornar a factualidade do passado, obtida na pesquisa, viva para os processos de atribuição e reconhecimento de identidades no mundo da cultura. Segundo Rüsen, isso só é possível quando a experiência do passado forma parte de um discurso, que, por força de sua constituição narrativa, comunica a experiência por ele referida, articulando-a às dimensões temporais do presente e do futuro.

É quase desnecessária a afirmação de que todo e qualquer discurso pretende comunicar algo a alguém, mas é possível avançar a partir dela, perguntando o quê e com quem, em geral, pretende (-se) comunicar o discurso historiográfico da ciência. Uma resposta possível é a de que ele quer comunicar uma imagem do passado a um sujeito social, o qual de alguma maneira pode ser atingido por ela em seu presente. O diferencial da ciência da história, em relação às demais formas de pensamento histórico, na realização dessa tarefa consiste no reforço da pretensão comunicativa pelo procedimento da fundamentação da representação em um conjunto de práticas metódicas agrupadas na órbita da idéia de pesquisa histórica. Pregnância comunicativa é o conceito empregado por Rüsen para definir, na história como ciência, a natureza da relação (comunicativa) do conhecimento histórico com seu destinatário. Histórias portadoras de pregnância comunicativa são aquelas que apresentam uma interpretação da experiência do passado

[3] *Ibid.*, p. 35.

capaz de participar eficazmente da vida atual.[4] Aquilo que determina essa eficácia, essa vivacidade (*Lebendigkeit*) das narrativas históricas, é a qualidade da relação entre seus elementos cognitivos, provenientes mais diretamente das operações de pesquisa, e os diferentes planos da representação histórica. Isso quer dizer que, para Rüsen, a possibilidade de que a história seja encarada como portadora de pretensões simultâneas de racionalidade e "vivacidade" existe e repousa sobre o modo de operar a passagem da pesquisa à historiografia, ou melhor, de fundamentar a trama de um texto histórico em resultados de pesquisa. A densidade de sentido da comunicação a que serve o discurso historiográfico depende, portanto, de que os resultados de pesquisa participem, de algum modo, da configuração de um discurso, que traz ao presente uma história de cujo tema é o passado. Tal configuração ocorre, de acordo com a diferenciação de Rüsen, dentro de dois planos inventivos justapostos, o estético e o retórico.

O plano estético da historiografia abriga os elementos pré- e extra-cognitivos da constituição histórica de sentido, que estimulam o receptor do conhecimento a por em ação suas próprias forças criativas, propulsoras dos processos de constituição subjetiva de sentido.[5] Conteúdos cognitivos extraídos da pesquisa histórica precisam ser elaborados esteticamente, para que possam incidir sobre a disposição de agir dos destinatários do conhecimento histórico. Essa elaboração é uma operação poética, uma vez que culmina em um produto discursivo que não existe antes da cognição, sendo, por isso, nela "inventado". A fundamentação das histórias em pesquisas não implica, pois, que a historiografia consista meramente na soma ou aglutinação de resultados de investigações metodicamente conduzidas. Quanto a esse ponto, a posição de Rüsen está muito próxima à de autores, como, por exemplo, Hayden White, que enfatizam semelhanças importantes entre os horizontes inventivos da história e dos chamados romances de ficção.[6] O ponto a partir do qual Rüsen se distancia de White e da corrente narrativista, de que ele é expoente, é o que concerne aos limites ou às prerrogativas da criação estética no pensamento histórico.[7]

---

[4] *Ibid*., p. 25-26.
[5] *Ibid*., p. 27.
[6] Hayden White. *Trópicos do Discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura.
[7] Ver as contundentes críticas de Chris Lorenz a Hayden White e Frank Ankersmit, em: "Postmoderne Herausforderungen an die Gesellschaftsgeschichte?"; e "Can histories be true? Narrativism, positivism and the 'metaphorical turn'". Um dos interessantes argumentos apresentados por Lorenz é o de que o por ele denominado narrativismo metafórico, de White e Ankersmit, ao desconectar pesquisa e historiografia, apresenta uma imagem deficiente do trabalho dos historiadores. De acordo com Lorenz, uma das deficiências da concepção narrativista metafórica de historiografia repousa no fato de que ela não permite explicar porque os historiadores não se restringem meramente à constatação da diferença de suas narrativas, envolvendo-se

Pode-se dizer que com esse afastamento Rüsen acolhe – depurando-a, obviamente, de seu idealismo – a antiga e esquecida opinião de Wilhelm von Humboldt, que na sua clássica conferência acerca da tarefa do historiador chamou a atenção para o caráter construtivo da "exposição" (*Darstellung*) histórica dos acontecimentos, sublinhando, entretanto, também os limites dessa construtividade. Para W. von Humboldt, o historiador, assim como o poeta, cria uma representação do mundo, uma imitação da natureza, recorrendo para tanto à fantasia ou, àquilo que, nos termos do debate contemporâneo, poder-se-ia designar de ficcionalidade. Isso, no entanto, não implica que o modo de construir narrativas históricas seja análogo ao modo de construir narrativas de ficção, porque na história a fantasia se submete à intenção essencial da referência a fenômenos, manifestações, características, tidos como reais ou realmente ocorridos no passado.[8]

Os limites do recurso à ficcionalização para a configuração do discurso historiográfico na história como ciência estão, para Rüsen, fixados por uma circunstância que se faz presente no trabalho de qualquer historiador profissional, a saber, a da conexão entre pesquisa e historiografia. Com isso ele quer enfatizar que se a historiografia "inventa" um passado ao representá-lo na forma discursiva de uma narrativa,[9] ela não pode "inventar" *qualquer* passado.[10] O historiador profissional extrai da pesquisa das fontes elementos balisadores de uma história que pretende reconstruir o passado e que, dentro de suas condições discursivas, o reconstrói com maior ou menor sucesso, dependendo para isso tanto do seu talento inventivo de seu autor, quanto de sua competência metódica para realizar o diálogo com as fontes. A dimensão estética do pensamento histórico está, por força da circunstância acima mencionada, articulada a fundamentos cognitivos, sendo a força dessa articulação um dos índices de cientificidade do pensamento histórico.

---

constantemente em debates, nos quais histórias são contraditadas com base no argumento de sua impertinência empírica. Esse fosso entre as idéias de White e Ankersmit e a prática dos historiadores profissionais colocaria sob suspeição a validade de grande parte da argumentação narrativista.

[8] Wilhelm von Humboldt. "Sobre a tarefa do historiador", p. 80. "Pois se a exposição feita pelo historiador só atinge a verdade do acontecimento se houver complementação e articulação do que à observação imediata se mostra incompleto e fragmentado, tal conquista só é possível ao historiador, caso ele, como o poeta, use a fantasia. Fica porém afastado o risco da total supressão das diferenças entre as duas áreas quando se vê que o historiador subordina a fantasia à experiência e à investigação da realidade. Subordinada a fantasia não age livremente, razão pela qual é melhor denomina-la 'faculdade de intuição' e 'dom de estabelecer conexões'." (trad. Pedro Pereira Caldas).

[9] Deixa-se de lado aqui a questão de se são possíveis representações históricas do passado de caráter não narrativo. Deve-se indicar, contudo, que na ciência da história é comum que formas narrativas sejam combinadas a outras formas de articulação discursiva.

[10] *Lebendige Geschichte*, p. 29-30.

Se o plano estético da representação histórica é aquele no qual é gerada a "cumplicidade" possibilitadora da comunicação entre autor e receptor do conhecimento histórico – pois é nele que tal conhecimento é formatado de maneira a promover, nos receptores, o movimento das suas forças próprias de constituição subjetiva de sentido – é, todavia, no plano retórico que essa "cumplicidade" é aproveitada para a elaboração de um discurso capaz de penetrar o universo lingüístico da recepção.[11] O caráter retórico da historiografia, para Rüsen, é expressão do fato de que na apresentação histórica da experiência do passado ocorre um ajustamento de linguagem, que consolida a intenção comunicativa e a possibilidade da comunicação. Esse ajustamento consiste no emprego pelo historiador de diretrizes de pensamento usuais no universo lingüístico dos destinatários visados.[12] A tradição retórica designa de *topoi* tais diretrizes e a elas atribui a função primordial de exercer sobre a audiência efeitos de persuasão. A retórica da historiografia é o plano da construção discursiva em que uma intenção de efeito sobre o receptor pode ganhar sua elaboração adequada.[13] Com isso uma história se infiltra nas instâncias subjetivas de deliberação quanto ao agir, podendo conseqüentemente influenciar seus destinatários na condução de suas vidas e alterar, pelo agir por ela influenciado, a ordem do mundo humano.

Tal influência mediada pelo ajustamento retórico da linguagem historiográfica é, quando legitimamente executada, um processo de orientação histórica. Sua legitimidade, no entanto, não é obtida sem que haja a articulação das formas retóricas a conteúdos cognitivos, que, na ciência da história, estão, conforme o que já se deixou assentado, estreitamente vinculados à atividade da pesquisa. Acrescida desse contorno, a concepção de retórica da historiografia de Rüsen se afasta de abordagens muito comuns entre os defensores do chamado narrativismo pós-moderno, construídas a partir da premissa de que o caráter retórico da história estaria associado à pretensão de convencimento mediante um

---

[11] Estevão de Rezende Martins. "Consciência histórica, práxis e cultura: a propósito da teoria da história de Jörn Rüsen", p. 67.

[12] O modo de realização do referido ajustamento depende sempre da competência de recepção do público visado. No caso de uma história dirigida a um público especializado, como são, por exemplo, teses de doutorado em história ou de artigos publicados em periódicos especializados, a elaboração retórica do discurso historiográfico toma uma direção bastante distinta da que deve ser seguida quando se endereça o conhecimento histórico a grupos comunitários mais amplos e menos especializados, como, p. e., o dos leitores de um jornal ou o dos alunos de uma classe escolar de história.

[13] *Lebendige Geschichte*, p. 31-32.

apelo meramente formal, desvinculado da experiência.[14] Ao relacionar, em sua visão de historiografia, retórica e conteúdos empíricos, Rüsen subordina o poder de convencimento das formas retóricas – e naturalmente a capacidade de a argumentação histórica constituir e consolidar identidades – à orientação dos resultados de pesquisa. O plano retórico da representação está, portanto, também articulado à dimensão cognitiva do pensamento histórico, fazendo parte do espaço de influência da racionalidade histórica, que se alarga à medida que avança a cientificização.

A historiografia, de acordo com Rüsen, resulta da articulação de procedimentos de criação diferenciáveis nos planos estético e retórico. Para essa articulação concorre sempre, tanto em um plano, como no outro, a mediação de elementos cognitivos. Na ciência da história, como se viu, isso se dá pela conexão essencial da historiografia à pesquisa, o que consiste em uma importante limitação ao livre jogo da criatividade no pensamento histórico.[15] Ocorre que, a despeito dessa limitação, são também perceptíveis, nos processos de construção do discurso historiográfico, traços de uma relativa autonomia em relação à pesquisa. Trata-se de uma autonomia de caráter formal, cujo significado é bastante diverso daquele que a ela atribuem os partidários da tese, segundo a qual totalidades narrativas seriam manifestações completamente desligadas em seu sentido dos elementos particulares (registros de resultados de pesquisa) que as formam. A idéia de que há uma relativa autonomia nos processos de formação do discurso historiográfico não implica nessa desconexão e pretende, tão somente, fornecer subsídios para que a historiografia possa ser considerada também como uma etapa fundamental (assim como a pesquisa e a recepção dos textos) na elaboração do pensamento histórico. Tal autonomia está relacionada ao fato de que a constituição histórica de sentido, qualquer que seja sua direção efetiva, realiza-se sempre de acordo com um padrão de formas, das quais depende, até mesmo, a possibilidade de se qualificar adequadamente um discurso como histórico. Independentemente de seu conteúdo, histórias são sempre elaborações cognitivas da experiência do tempo que se realizam através de três operações: a da lembrança de experiências do passado, a da articulação da experiência lembrada a representações do

[14] Para uma crítica à concepção não referencial de retórica em que se baseia parte da argumentação de muitos dos pensadores chamados pós-modernos, ver: Carlo Ginzburg. *Relações de força*: história, retórica, prova.

[15] *Lebendige Geschichte*, p. 37-38. Não se pode inferir desse enunciado que não haja limitações a invenção no caso das demais formas de discurso narrativo. Paul Ricoeur lembra que na literatura isso se dá através da tradição dos gêneros literários e dos conjuntos de textos considerados canônicos, os quais fixam as regras dentro das quais a inovação é possível. (*Tempo e Narrativa*, p. 108-109) Na historiografia científica, diga-se de passagem, atuam também esses fatores limitadores.

fluxo temporal reveladoras da continuidade entre passado, presente e futuro e a da repercussão dessas representações na constituição das identidades dos seus receptores.[16] Lembrança do passado, elaboração de representações da continuidade temporal e constituição de identidades são procedimentos de cuja articulação resultam discursos historiográficos. A tipologia da historiografia concebida por Rüsen tematiza os modos de realização dessa articulação e suas conseqüências para o desempenho orientativo do pensamento histórico. Ela considera a existência de quatro tipos-padrão de constituição histórica de sentido, associados, por sua vez, à existência e à inter-relação em toda manifestação historiográfica de quatro princípios ou pontos de vista fundamentais para a orientação histórica: os da afirmação, regularidade, negação e transformação. O direcionamento da constituição histórica de sentido por esses pontos de vista, ligados antes à forma das histórias, que a seu conteúdo, é manifestação da referida autonomia da historiografia em relação à pesquisa. A questão fundamental que surge ao se considerar tal autonomia, à maneira proposta por Rüsen, é a de como ela se concilia com o fato de que, na ciência da história, histórias são escritas com base em pesquisa. Elaborada em suas implicações internas, a questão pode também ser colocada no seguinte enunciado: como pode a historiografia, mesmo quando fundamentada nos procedimentos críticos da pesquisa, – que em certo sentido a distanciam do mundo da vida – manter-se ligada à tarefa vital da constituição de sentido, que a define em sua autonomia?

Antes da exposição da resposta de Rüsen a essa pergunta é, todavia, necessário examinar em pormenor cada um dos quatro princípios da constituição histórica de sentido e as formas historiográficas que surgem de seu desdobramento na configuração do discurso da história. Como tais formas não são exclusivas da ciência da história, considera-se a seguir o pensamento histórico em geral. Somente depois de uma definição geral dos modos de constituição narrativa de sentido pelo pensamento histórico é que se torna possível avaliar o efeito sobre elas de sua conexão científica aos resultados de pesquisa.

O princípio da afirmação é uma pressuposição elementar de todo pensamento e orientação históricas e também de toda e qualquer manifestação cultural. Ele se relaciona ao fato de que o agir prático, tematizado nas histórias, é, desde sempre, conduzido levando em conta orientações temporais. Essas orientações temporais presentes em qualquer contexto da vida prática não são outra coisa senão o que se pode chamar de tradição.

[16] *Lebendige Geschichte*, p. 40; *Razão Histórica*, p. 62-66.

Tradições conformam ambientes simbólicos, dentro dos quais frutificam os "acordos" possibilitadores da vida cultural e da comunicação. Um dos mais importantes desses "acordos" é a própria linguagem. A orientação histórica tem por condição necessária o reconhecimento de que o agir dos homens do passado se processou mediante a orientação de tradições, que deram a eles condição de se afirmar perante as experiências do tempo. A *narrativa tradicional* consiste em uma forma da constituição histórica de sentido e em um *topos* da argumentação histórica em que a mudança temporal é, por recurso à rememoração das origens das condições atuais da vida, interpretada com a representação de uma duração que se perpetua no tempo. O modo de construção de identidades associado à constituição tradicional de sentido estimula a imitação de diretrizes de comportamento, que asseguram a persistência de formas de vida já dadas. Em sua forma tradicional, a orientação histórica provê as subjetividades humanas de um conjunto de conteúdos, a partir dos quais se pode afirmar sua pertença a comunidades já instituídas e, com isso, alimentar sua auto-afirmação, fato basilar de toda possibilidade de identificação.[17]

Tradições, no entanto, não se prestam a servir de modelo para a representação histórica de todas as experiências temporais e não bastam para a realização da tarefa orientadora requerida do pensamento histórico. Essas insuficiências alimentam os demais modos da constituição histórica de sentido. Um deles é o que se dá à sombra do princípio da regularidade. A ação desse princípio permite que o potencial de orientação de diferentes tradições seja expandido, através de um procedimento de abstração, de que surgem "regras" gerais da experiência histórica, aplicáveis a diversas situações particulares da vida prática. O modo da constituição histórica de sentido relacionado diretamente ao princípio da regularidade é o da *narrativa exemplar*. Na narrativa exemplar, a lembrança da experiência do passado é conduzida de maneira a endossar a formulação de regras práticas da experiência, portadoras de validade geral e supra-temporal. A narrativa exemplar rememora "eventos" do passado, demonstrando com isso a validade geral dos princípios normativos a ela subjacentes. Ao sublimar a experiência concreta em modelos de ação aplicáveis a diferentes contextos de decisão, a história exemplar torna abstrata a continuidade do tempo e, com isso, orienta os processos de formação de identidades no sentido do desenvolvimento de uma capacidade de aplicação de regras da experiência. O resultado do fomento dessa competência é uma superação dos estreitos limites da

[17] *Lebendige Geschichte*, p. 40-41; 43-45.

orientação tradicional pelo alargamento do campo de experiência suscetível de ser atingido na realização do pensamento histórico.[18]

O princípio da negação, por sua vez, é aquele que assegura que na orientação histórica haja espaço para que o sujeito do conhecimento expresse sua diferença ou sua oposição em relação a outros sujeitos abrangidos pelos horizontes de experiência e de significados das histórias. Provém da ação dele a possibilidade de delimitação interpretativa de um sujeito, por meio do destaque daquilo que o diferencia dos demais. A *narrativa crítica* concretiza essa possibilidade de identificação através do emprego sistemático da negação. Ela promove o enfraquecimento de diretrizes de pensamento ativas no meio cultural e, com isso, abre espaço para novas formas de orientação do agir. Para tanto, ela utiliza o recurso da lembrança de (contra-) experiências capazes de abalar as diretrizes predominantes de pensamento histórico e, em conseqüência, as relações sociais por elas sustentadas ou legitimadas. Na narrativa histórica crítica, possui um papel fundamental a elaboração histórica de experiências passíveis de serem mobilizadas para o desvelamento de contradições nos modos vigentes da representação do passado. Isso conduz a uma maneira de lidar com a continuidade do tempo marcada pela ruptura com e pelo distanciamento das representações usuais do fluxo temporal. Ao induzir ao distanciamento das formas tradicionais de elaboração histórica do passado, a narrativa crítica proporciona novas possibilidades de identificação, construídas pela negação e rejeição de papéis sociais consolidados tradicionalmente. Com isso, ela também amplia e reforça o alcance da orientação histórica.[19]

O último dos princípios elencados por Rüsen como essenciais à construção do discurso historiográfico é o da transformação. Tal princípio é a base de constituições narrativas de sentido e de formas tópicas da argumentação histórica que ele define como *genéticas*. Sua presença na historiografia possibilita que a própria mudança temporal seja incorporada enquanto base de um ponto de vista apto para a orientação cultural da vida. Todos os outros princípios da constituição histórica de sentido conduzem a uma elaboração cognitiva da diferença temporal, que, ou a mantém a distância, por recurso à força da tradição, ou a torna abstrata, através de sua inserção no contexto geral de uma regra da experiência histórica, ou, por último, tenta suprimi-la através da negação da validade de orientações temporais culturalmente predominantes. Pela ação do princípio da

[18] *Ibid*., p. 41; 46-48.
[19] *Ibid*., p. 42; 50-52.

transformação, a experiência da mudança é elaborada positivamente enquanto fator de uma unidade dinâmica e abrangente do tempo. A lembrança do passado que subsidia a elaboração de narrativas genéticas incide sobre aquelas experiências capazes de tornar manifestas as diferenças temporais entre o passado e o presente e que, concomitantemente, podem também consolidar, no horizonte de recepção dos destinatários do pensamento histórico, a possibilidade de perceber o futuro como uma instância temporal em aberto. Tais experiências são articuladas a determinados encaixes categoriais – como as noções de desenvolvimento, progresso, evolução, entre outras de sentido análogo –, que as tornam elementos da representação de uma dinâmica de duração. Não se trata aqui de durações concebidas na forma de essências resistentes ao movimento do tempo, como é caso freqüente nas manifestações enquadráveis sob o tipo tradicional – embora o próprio Rüsen destaque que o emprego costumaz de categorias aparentemente genéticas, como a de progresso, por exemplo, seja muitas vezes realizado nos moldes da constituição tradicional de sentido. Narrativas de tipo genético revelam a historicidade da ordem atual do mundo, reconstruindo momentos dos processos que a fizeram emergir. Surgido das transformações do passado, o mundo humano, tal como apresentado na narrativas genéticas, pode ser percebido como suscetível de ser transformado pela ação humana bem informada quanto a sua própria historicidade. Rüsen se refere a essa ordem de possibilidades transformadoras, recorrendo à idéia de formação histórica, já discutida anteriormente. São múltiplas as implicações de uma tal temporalização das modalidades subjetivas de percepção do mundo humano para a constituição e consolidação de identidades culturais. Uma delas relaciona-se a que a incorporação produtiva da mudança, – e, portanto, da diferença temporal – enquanto fator fundamental da identificação, amplia as possibilidades de representar as diferenças vivenciadas cotidianamente no mundo da vida de maneiras que são ou acabam se tornando familiares ao universo daqueles que são atingidos pelo efeito das histórias, o que pode facilitar a construção de consensos sociais e interculturais. Outra implicação importante da constituição genética de sentido consiste no fato de que a temporalização radical dos modos de representação histórica do passado conduz a uma fluidificação positiva das identidades dos sujeitos envoltos pelo espectro de identificação das histórias. Com ela surge a possibilidade de uma identificação em que a própria auto-concepção do ser dos sujeitos, ao se abrir para um ponto de vista orientado pela experiência da mudança e da diferença, perde boa parte de sua rigidez. Essa abertura, proporcionada pela formação

histórica dos sujeitos, impulsiona-os a se verem como realização de um desenvolvimento em curso, cujo rumo não está completamente determinado de antemão.[20] A subjetividade passa então a poder ser interpretada não mais como uma essência fixa e imune à ação do tempo, mas como um incessante tornar-se algo outro. A orientação histórica, quando promove o reconhecimento dessa constante mutabilidade da condição humana, talvez realize ao máximo o potencial de racionalidade que caracteriza o pensamento histórico.[21]

Os quatro tipos de constituição de sentido, apresentados por Rüsen em sua tipologia da historiografia, podem ser identificados em qualquer representação histórica. Eles estão envolvidos em uma dialética da implicação mútua e da transcendência: cada um dos tipos implica todos os outros e é impossível que um discurso historiográfico não contenha – em graus e direções concretas obviamente variáveis – manifestações subsumíveis a cada um dos quatro tipos. Além disso, atua na formação do discurso historiográfico uma lógica da transcendência, pela qual o modo tradicional de constituir sentido tende a se converter em exemplar e o exemplar, em genético, o que ocorre por causa da fermentação exercida sobre eles pela constituição crítica de sentido.[22] Toda e qualquer manifestação historiográfica pode ser descrita, em suas determinações fundamentais, por referência a esses quatro modos de constituição histórica de sentido e se tentará fornecer um exemplo prático da mobilização desses tipos para a análise de um texto historiográfico científico em uma seção do capítulo seguinte. Importante é, por ora, ressaltar as modificações fundamentais na dinâmica da constituição histórica de sentido, que ocorrem quando essa dinâmica se realiza nos moldes usuais da ciência da história. Com tal destaque, retoma-se a questão de como é possível uma relativa autonomia na dimensão da historiografia, mesmo quando ela se forma mediada pela fundamentação em resultados de pesquisa. Como tal autonomia é expressão daquilo que promove a religação do conhecimento especializado à vida prática, pode-se dizer que o problema é o de como, no pensamento histórico científico, compatibilizam-se método e sentido.

Na ciência da história, a configuração do discurso historiográfico se dá de maneira a permitir que nele se manifestem as garantias de validade, pelas quais a ciência se justifica. Rüsen lembra que essas garantias de validade, características do pensamento histórico em sua versão científica, estão relacionadas a três processos diferentes (já

[20] *Ibid.*, p. 42; 52-55.
[21] Tamanho desempenho orientativo não parece possível fora dos quadros de produção do conhecimento histórico característicos da história como ciência.
[22] *Ibid.*, p. 57-58.

abordados no cap. 1): o aprofundamento do conteúdo empírico das histórias, a ampliação de suas perspectivas ou pontos de vista ordenadores da interpretação e a consolidação das identidades dos destinatários.[23] Quando o pensamento histórico é exercitado nos moldes da ciência, tais processos imprimem certos direcionamentos especiais à constituição histórica de sentido. Em cada um dos quatro tipos acima destacados, são notáveis as seguintes transformações:

a) No caso da constituição tradicional de sentido, em primeiro lugar, o discurso historiográfico modulado cientificamente passa a realizar uma tarefa especial, a da crítica da tradição. Ele interpela tradições, voltando para elas o potencial cognitivo da pesquisa e, com isso, refuta, reforma e amplia seu conteúdo empírico e suas possibilidades de orientação. O discurso histórico cientificamente construído promove a quebra da inquestionabilidade das orientações tradicionais, favorecendo uma liberação dos sujeitos por ele abrangidos da pressão imposta pelas tradições. Rüsen acentua que a crítica científica da tradição não implica, contudo, uma mera negação das tradições. Trata-se, antes disso, de um desempenho cultural através do que elas podem ser reformadas, ajustadas e, assim, melhor e mais conscientemente cultivadas.[24]

b) Quanto à constituição exemplar de sentido, o discurso da ciência realiza a crítica da supra-temporalidade (*Überzeitlichkeit*) das regras da experiência histórica, ilustradas pelo campo de referência das narrativas exemplares. Tais regras são por ele temporalizadas, perdendo assim parte de sua generalidade. A relativização da validade das regras exemplares adiciona reflexividade aos julgamentos de que resulta, para os sujeitos, a convicção da adequação entre regra e exemplo, o que reforça o potencial de sentido desse modo de formação do discurso historiográfico.[25]

c) A constituição crítica de sentido, por sua vez, quando realizada nos moldes da ciência da história, amplia a sua tendência a operar como catalisadora da

[23] *Ibid*., p. 61-62.
[24] *Ibid*., p. 62-64.
[25] *Ibid*., p. 64-65.

dinâmica da transcendência, em que estão imersas as demais formas e *topoi* do discurso histórico. Ela atua dentro dos outros modos da constituição histórica de sentido, reforçando sua força argumentativa e aproximando as formas tradicionais das exemplares (sobretudo através da extensão do conteúdo empírico das histórias) e as formas exemplares, das genéticas (através da temporalização das regras da experiência). O desempenho da constituição crítica de sentido na ciência da história também se dá na forma de uma crítica da crítica. Isso significa que a própria disposição crítica passa a incorporar o ponto de vista de que a posição, opinião ou representação criticada pode não estar inteiramente desprovida de razão. Isso, porém, não implica uma perda da capacidade de rejeitar ou objetar aspectos da ordem atual do mundo considerados negativos desde uma perspectiva determindada. O que se dá com a crítica na historiografia científica é somente em uma exclusão prévia do campo da orientação histórica dos argumentos montados de acordo com uma retórica da violência e da má-vontade ao reconhecimento da diferença.[26]

d) Por último, a constituição genética de sentido recebe como efeito da cientificização da historiografia a incumbência de se realizar em meio à crítica da linearidade e da unilateralidade das representações históricas do tempo. A cientificização impede que a realidade do mundo humano seja apresentada desde o ponto de vista de sua constância, neutralizando, pela via da historicização radical, qualquer tipo de naturalização de qualidades culturais constitutivas da vida prática. Com isso, são liberadas possibilidades para que a orientação histórica promova nos seus destinatários a capacidade de reconhecimento da diferença, porque a forma de fixação de identidades correlata à cientificização das histórias genéticas incorpora a alteridade temporal do próprio sujeito (que foi, no passado, também um outro). Tal incorporação resulta de uma formação histórica dos sujeitos, que os qualifica a atuar com propriedade em meio à dinâmica multi-cultural do reconhecimento mútuo.[27]

[26] *Ibid*., p. 66.
[27] *Ibid*., p. 66-67.

Essas transformações nas formas de constituição de sentido, impulsionadas pela cientificização do pensamento histórico e alimentadas todas elas pela disposição crítica, são indicadoras de modificações profundas nos sistemas de orientação cultural das sociedades ocidentais modernas. As modificações nos modos de orientação podem ser enquadradas em interpretações genéticas do processo de desenvolvimento do mundo contemporâneo, realizadas sob a luz do conceito de racionalização. No caso específico da ciência da história, a racionalização se manifesta na emergência da possibilidade de cientificização das maneiras de lidar cognitivamente com o passado. O pensamento histórico racionalizado em ciência, conforme o que já se apontou ser a opinião de Rüsen, incorpora como sua atribuição essencial as críticas da tradição, da generalidade das regras exemplares da experiência e da naturalização das interpretações genéticas dos processos temporais. A pergunta que emerge da percepção desse desempenho crítico da ciência da história é como o seu discurso historiográfico, construído sob a orientação de uma racionalidade metódica estranha à cotidianidade da vida prática, pode realizar uma função análoga à das formas pré- ou não críticas de atribuição de sentido, à qual é chamado todo pensamento histórico.

A resposta de Rüsen tem por um de seus pontos centrais o de que a ciência da história é suscetível de ser posta à serviço da orientação cultural da vida, porque ela própria pode ser vista como um "equivalente da tradição".[28] A idéia de uma equivalência entre pensamento histórico científico e tradição se fundamenta no fato de que também no discurso da ciência da história são notáveis traços da unidade de forma e conteúdo, que sustenta o potencial de sentido de toda tradição. Como Rüsen lembra muito bem, em frase lapidar, na tradição, "sentido é coisa e coisa já é sentido".[29] Nela se dá uma unidade prévia entre objeto e sua expressão, que assegura sua capacidade de disponibilizar com sucesso sentido ao agir. Tal unidade também encontra meios de manifestação no pensamento histórico científico e em sua representação historiográfica. Ela se manifesta nos próprios conteúdos de experiência rememorados nas histórias. A cientificização preserva essa qualidade da experiência lembrada, fazendo com que o potencial de sentido próprio da experiência possa, de alguma forma, ser "emprestado" ao discurso que a representa. Isso somente é possível porque a ciência da história e a regulação metódica por ela realizada

[28] *Ibid*., p. 70.
[29] *Ibid*., p. 69. "(...) die infragestehende Einheit von Form und Inhalt in der Tradition ursprünglich gegeben ist. Sinn ist hier schon Sache und Sache ist bereits Sinn."

possuem um caráter meramente formal: são formas pelas quais se expressam ao presente conteúdos significativos do passado.[30]

A contradição entre método e sentido é, portanto, apenas aparente. Rüsen a desfaz ao sugerir que, muito embora seja o modo científico de construção de argumentos estranho aos modos mais comuns na experiência cotidiana, o argumento científico não passa de uma forma para atingir e traduzir o conteúdo de sentido da experiência.[31] A ciência é somente uma armação formal para a constituição histórica de sentido.[32] Rüsen descreve essa relação entre a ciência da história e os conteúdos de sentido, a que ela serve de canal de expressão, apresentando-a como resultado de um "grampeamento" da ciência ao conteúdo factual do passado.[33] A racionalidade metódica, que diferencia a ciência da história no quadro geral do pensamento histórico, deve ser elaborada nos próprios conteúdos da experiência, para que o sentido por ela reconstruído do passado não perca a densidade que possibilita seu vigor orientativo.[34] Ela tem que se tornar parte de uma história, o que por definição já quer dizer que ela deve se integrar a uma estrutura narrativa, a que a ligação direta com o mundo faz viva. Mas essa subordinação da racionalidade metódica à tarefa da constituição de sentido não significa que a representação histórica resgate no passado um potencial de sentido esquecido e simplesmente o reproduza para uso do presente. Pelo contrário, nas reconstruções do passado disponibilizadas pela ciência da história esse potencial é reelaborado, reformulado, redimensionado. O critério mais importante e mais geral a dirigir essa realização da ciência da história é, para Rüsen, o que remete a constituição de sentido à idéia de humanidade, como uma comunidade ao mesmo tempo experimentada e desejada.[35] Com isso, o discurso historiográfico da ciência da história preserva a

---

[30] *Ibid*., p. 68.

[31] É perceptível, amiúde, a idéia de que a racionalidade metódica atua no pensamento histórico como uma espécie de exterminadora do sentido. Essa percepção assume um grau considerável de evidência, quando se evocam algumas abordagens tradicionais das relações entre história e memória, em que cada uma dessas maneiras de lidar com a experiência do passado é posta em pólos antagônicos de um combate entre método e sentido. Memória, nessas abordagens, estaria intimamente ligada à condução da vida atual; compor-se-ia de conjuntos de conteúdos "quentes" cuja eficácia vital seria neutralizada pela frieza dos procedimentos metódicos de controle da experiência. Com esse resfriamento a história colaboraria para alargar o fosso que a separa da vida prática, convertendo-se em um saber incapacitado para exercer influencia sobre o presente. Rüsen contesta esse modo de conceber o problema: para ele, entre história e memória não há uma oposição radical, mas, sim, fortes linhas de continuidade, uma vez que o controle crítico da experiência pelos métodos não inviabiliza as funções orientativas da história. ("Geschichte als Sinnproblem". In: *Zerbrechende Zeit*, p. 14).

[32] *Lebendige Geschichte*, p. 67.

[33] *Ibid*., p. 69.

[34] *Ibid*., p. 69.

[35] *Ibid*., p. 72-73.

vivacidade das tradições, superando ao mesmo tempo seus particularismos habituais, por recurso à universalidade de um critério de significado relacionável, a princípio, a qualquer forma de construção identitária.

CAPÍTULO 4

A teoria da história de Jörn Rüsen à prova de *Do Império à República*

Se uma teoria da história pode ser convenientemente tomada como uma resposta à pergunta pelo que fazem os historiadores, quando fazem história, então boa estratégia para "testar" sua validade pode ser a de confrontá-la à historiografia. Na historiografia se dá a elaboração do pensamento histórico na forma de um texto, que articula narrativamente experiências lembradas do passado a experiências vividas no presente e permite a comunicação e difusão do conhecimento histórico. Ela é o registro do que os historiadores fazem e, por isso, pode e deve ser considerada pela teoria da história como campo empírico a ser esclarecido. A teoria da história de Jörn Rüsen, descrita, exposta e debatida nos três capítulos anteriores, pretende abranger sistematicamente os fundamentos em jogo no desempenho científico do pensamento histórico. Tal pretensão pode ser reforçada pela demonstração da validade heurística da perspectiva teórica e de conceitos importantes de Rüsen para a compreensão de textos historiográficos. Isso é o que será buscado a seguir com a interpretação de *Do Império à República*, texto do historiador brasileiro Sergio Buarque de Holanda. Com ela se almeja oferecer um exemplo de como se podem

mobilizar idéias fundamentais à teoria da história de Rüsen para aprofundar o conhecimento acerca da práxis profissional que a historiografia documenta.[1]

No texto escolhido para compor o "teste", *Do Império à República*, encontra-se uma reconstrução de traços significativos da experiência histórica brasileira da segunda metade do século XIX, elaborada nos moldes da tradição da ciência da história. Duas características desse texto podem ser apresentadas para justificar o qualificativo "científico": o fato de ter sido precedido por uma meticulosa pesquisa de fontes, conduzida em conformidade com o ideal metódico canônico da ciência da história e o de ter sido escrito a partir de uma fundamentação bem sucedida nessa pesquisa. Enquanto manifestação exemplar da historiografia científica, *Do Império à República* pode ser pertinentemente abordado pelo quadro conceitual fornecido pela matriz disciplinar de Rüsen e figurar validamente como termo do "teste" a ela proposto.

De antemão é importante ressaltar que a palavra "teste" vem sendo aqui acompanhada de aspas, como uma forma de marcar que não se tem em mira aquilo a que ela evoca, quando empregada para caracterizar a observação através da qual se avalia a eficácia e a precisão de teorias no âmbito das chamadas ciências naturais. Os critérios para a avaliação da validade de uma teoria da história em seu confronto com a historiografia não são tão precisos, quanto o uso metafórico do termo "teste" pode sugerir. A relação cognitiva estabelecida pela teoria da história com a prática profissional dos historiadores, quase sempre, pouco ou nada tem a ver com a mera confirmação ou refutação de teorias nas ou pelas manifestações empíricas da historiografia. Qualquer tentativa de "aplicar" conceitos de teoria da história ao exame do pensamento histórico pode dar a perceber as dificuldades dessa descida do plano abstrato e geral da teoria ao outro, mais concreto e particular. Pode-se dizer que em meio ao caminho vertical que leva da teoria da história à ciência da história abre-se, como expressão de tais dificuldades, um abismo dificilmente transponível. Sua quase intransponibilidade é correspondente à complexidade da reflexão da teoria da história. Esta, no entanto, quando convenientemente desenvolvida, sempre tem condição de proporcionar saber válido e relevante acerca da prática dos historiadores.

A seguinte análise de *Do Império à República*, à luz da teoria da história de Jörn Rüsen, por meio da qual se executa o referido "teste", pretende lançar sobre esse texto um

[1] O próprio Rüsen tem empenhado semelhante propósito em textos em que realiza o que se poderia chamar de análise historiográfica. Ver p. e.: "Goldhagens Irrtümer". In: *Zerbrechende Zeit*: über den Sinn der Geschichte; "Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke".

olhar compreensivo. Isso significa que ela tenciona, antes de tudo, observar o princípio hermenêutico segundo o qual o texto deve ser ouvido naquilo que tem a dizer. Seu embasamento na perspectiva teórica de Rüsen permite que ela disponha de um suporte heurístico para a formulação de perguntas capazes de atingir os conteúdos do texto de Sergio Buarque de Holanda. Tal questionamento se encontra implícito no itinerário reflexivo que se procura percorrer e que se inicia com o destaque de perspectivas orientadoras da experiência do passado presentes em *Do Império à República* e da dinâmica da modelagem dos dados empíricos, por elas presidida. Em segundo lugar, aborda-se a problemática da constituição histórica de sentido no texto, recorrendo-se, para tanto, à tipologia da narrativa histórica, apresentada no capítulo 3. Por último se trata da conexão do texto ao que se pode designar de seu contexto de orientação, isto é, ao conjunto das demandas por significado histórico que o influenciaram e foram por ele visadas. Como se pode perceber, não é abordada aqui uma parte do conjunto dos fundamentos da ciência da história associados ao conceito de matriz disciplinar. Isso se deve ao fato de que alguns dos componentes da matriz só muito dificilmente são rastreáveis a partir do gênero de objetos empíricos de que pretendem tratar estas considerações, a saber, aquele que corresponde às realizações da historiografia. É esse o caso dos métodos de pesquisa, para cuja abordagem conseqüente se precisaria reconstruir as etapas da pesquisa em que se baseou a narrativa de Sergio Buarque de Holanda, o que é uma tarefa muito complicada, porque o texto nem contém informações sobre sua própria gênese, nem traz discussões metodológicas sistemáticas. Além disso, a discussão quanto aos métodos, por concernir à adequabilidade do enquadramento interpretativo da experiência, exigiria, para ser suficientemente conduzida, um conhecimento substantivo com relação ao passado imperial brasileiro de que não se dispõe aqui. De todo modo, não seria impossível tratar do problema metodológico implicado no texto de Sergio Buarque e a opção por não o fazer se deve somente às dificuldades que tal problematização encerraria. Inviável seria, por sua vez, relacionar a seguinte análise de *Do Império à República* à problemática da formação histórica, anteriormente discutida como modo de desempenho das funções orientativas do pensamento histórico na ciência da história. Não seria muito produtivo abordar o tema da formação histórica a partir de um texto histórico, porque ela não concerne à produção de histórias, mas à sua recepção e à qualidade do estoque de categorias mobilizáveis pelo público para a compreensão dos produtos historiográfico-científicos. Essas duas ressalvas

justificam a opção por ter em conta somente aqueles componentes da matriz disciplinar mais diretamente discerníveis na ou associáveis à historiografia, ou seja, perspectivas orientadoras, formas de apresentação e carências de orientação.

4.1. Palavras iniciais

O texto que introduz a famosa coleção *História Geral da Civilização Brasileira* traz um lamento de seu primeiro organizador, por ter sido forçado a sobrecarregar o volume inicial com contribuições de sua própria lavra. Sergio Buarque de Holanda, que aceitara nos anos 1950 o convite para dirigir esse esforço pioneiro de produção de uma obra coletiva sobre a história do Brasil, ao mesmo tempo em que se desculpava pelo "inconveniente", prometia corrigí-lo já no volume que se seguiria e afirmava o desejo de que as partes restantes fossem elaboradas tomando por modelo o segundo e não o primeiro volume da coleção.[2] Algum tempo depois, ele mesmo viria a contrariar essas intenções com a publicação de *Do Império à República*, livro que encerra a parte referente ao período monárquico e também a sua participação à frente da organização do trabalho. Enfocando os dois decênios finais do Segundo Reinado, esse 7º volume da coleção foi de tal modo carregado de contribuições do organizador, que acabou por completar-se sem a participação autoral de mais ninguém. Não foi, contudo, sem um bom motivo que Sergio Buarque resolvera rasgar aquela antiga carta de intenções. Na verdade, seu projeto inicial era o de apresentar apenas um capítulo curto acerca fim do Império, que seria inserido no volume 6, ao lado de artigos de diversos outros historiadores. Da pesquisa de fontes, preparatória à elaboração do que seria um mero capítulo, resultou, porém, um adensamento do interesse pelo tema, o que criou bases para um trabalho de maior fôlego. Quando comunicou ao editor que pretendia reiniciar seu capítulo, porque o texto que havia começado lhe parecia somente admitir uma conclusão adequada na forma de um livro de proporções maiores, recebeu dele o convite para que transformasse o livro em parte da série.[3] Assim, em 1972, passou a estar disponível aos leitores brasileiros uma consistente

[2] "Introdução Geral". In: Holanda, Sergio Buarque (org.). *Do descobrimento à expansão territorial* (*História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, vol. 1), p. 7.

[3] As informações acerca do projeto de escrever apenas um capítulo que seria publicado no 6º volume da coleção, bem como acerca do "convite" mencionado podem ser encontradas na entrevista que concedeu

interpretação histórica concernente aos motivos e causas que conduziram à bancarrota o regime implantado com a Independência e deram ocasião ao surgimento da República.

Sergio Buarque de Holanda é um dos mais importantes nomes da ciência da história brasileira do século XX. Nasceu em São Paulo, em 1902, e mudou-se ainda jovem para o Rio de Janeiro, onde se tornaria um dos agentes de divulgação do movimento cultural a que embalara a famosa Semana de Arte Moderna de 1922. Graduado em Direito, atuou somente de modo ocasional na profissão para que obteve habilitação acadêmica, tendo-a, durante os anos de juventude, trocado pelo jornalismo, que combinava à crítica literária. Posteriormente, trabalhou, de 1936 a 1939, como professor na logo extinta Universidade do Distrito Federal e em repartições públicas federais ligadas à área cultural. Mudou-se de volta para São Paulo em 1955, para assumir a direção do Museu Paulista e em 1957 se tornou professor da Universidade de São Paulo, aposentado-se em 1969, em solidariedade aos colegas aposentados compulsoriamente pelo AI-5. Teve experiências e contatos intelectuais significativos em países como Alemanha, Itália, Estados Unidos, França e Chile, entre outros. Seu primeiro livro foi *Raízes do Brasil*, publicado originalmente em 1936, a que se seguiram *Monções* (1945), *Caminhos e Fronteiras* (1957), *Visão do Paraíso* (1958), o póstumo *O Extremo Oeste* (1986), além de diversos artigos e ensaios, alguns dos quais reunidos em *Tentativas de Mitologia* (1979) e *Livro dos Prefácios* (1996).

Do Império à República foi seu último trabalho de grande fôlego. Sergio Buarque de Holanda pretendia reescrevê-lo por completo e parece ter trabalhado em tal projeto até as vésperas de seu falecimento, ocorrido em abril de 1982.[4] O texto de 1972 permanece, entretanto, a única versão publicada. Dividido em cinco partes, chamadas na edição de livros, avalisa muito do que se tem comumente afirmado acerca das qualidades gerais da

---

Sergio Buarque ao historiador Richard Graham, realizada em maio de 1981 e republicada pela revista *Ciência e Cultura* de setembro de 1982.

[4] Sergio Buarque trabalhava na reelaboração de *Do Império à República* desde, pelo menos, 1976. É o que informa o texto que introduz sua entrevista à revista *Veja* de 28 de janeiro de 1976, informação confirmada também em reportagem da revista *Isto É*, de 15 de junho de 1977. Em maio de 1981, Sergio Buarque ainda trabalhava na mesma empreitada, conforme o que declarou na entrevista a Richard Graham. Que ele trabalhou no texto até bem pouco antes de seu falecimento pode ser inferido do depoimento de um genro do historiador, que declarou se lembrar de que Sergio Buarque havia estado trabalhando uns 20 dias antes de sua morte em alguns livros. (O testemunho apareceu em *O Estado de São Paulo*, 25 de abril de 1982, p. 38). A nova versão de *Do Império à República*, conforme o que intentava seu autor, viria divida em dois volumes, sendo que o primeiro seria intitulado "O pássaro e a sombra" e o segundo, "A fronda pretoriana", títulos que já tinham sido empregados na edição original. Sergio Buarque afirmou em maio de 1981 que já teria cerca de 450 páginas datilografadas do que seria o novo trabalho. Não foi possível descobrir a destinação que elas tiveram, já que não constam do acervo do Arquivo Central da Universidade de Campinas, para onde foi boa parte do arquivo do autor. Comentários sobre o plano geral da obra se encontram na entrevista a Richard Graham acima mencionada.

obra de seu autor. Nele se combinam habilidade e rigor no manejo das fontes, um notável talento literário para a articulação narrativa dos dados empíricos e um claro e sistemático propósito de atuar na vida social de seu tempo, através do desempenho de uma orientação histórica marcada fortemente pela crítica a aspectos centrais do desenvolvimento cultural brasileiro e pela sugestão da importância da abertura de alternativas de futuro, que trouxessem efetivas alterações de curso a essa dinâmica de desenvolvimento. O livro parece não ter encontrado a popularidade que seria de se esperar para um trabalho de seu vulto e de seu autor e isso talvez se deva ao fato de se encontrar pulverizado dentro da coleção de que faz parte, o que contribui pouco para divulgá-lo enquanto texto de um autor.[5] No entanto, embora não tenha atingido a repercussão de, por exemplo, *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, alguns comentadores importantes já assinalaram sua importância, tanto no que se refere à sua posição no quadro geral da obra de Sergio Buarque de Holanda, quanto para a compreensão da transformação histórica de que visa a dar conta.[6]

4.2. Arquitetura categorial

Um dos pontos de vista mais esclarecedores que se deixa desenvolver a partir da teoria da história de Jörn Rüsen é a idéia de que o que faz de uma história uma história é um certo modo de perceber e interpretar a mudança temporal em um determinado sujeito histórico.[7] O sujeito de uma história pode consistir em fenômenos materiais e ideais os mais diversos, como um indivíduo, uma instituição, um grupo humano, um conceito, uma forma de organização econômica, etc. Em *Do Império à República*, o sujeito histórico – o substrato sobre o qual age a mudança interpretada – é o regime imperial brasileiro. Abordar mudanças implica demarcar no fluxo do tempo pontos de partida e de chegada entre os quais elas se dão e *Do Império à República*, de modo algum, deixa de cumprir os requisitos dessa condição *sine qua non* do conhecimento histórico. A mudança abordada

[5] Sobre a recepção de *Do Império à República*, ver: Francisco Iglésias. "Evocação de Sérgio Buarque de Holanda", p. 122-128.
[6] Ver: Maria Odila L. da Siva Dias. "Sérgio Buarque de Holanda, historiador", p. 44-53; Francisco Iglésias. "Sérgio Buarque de Holanda, historiador", p. 37; Raymundo Faoro. "Mestre Sérgio" (*Folha de São Paulo*. São Paulo, 23 de junho de 2002).
[7] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 43; 126.

por Sergio Buarque de Holanda é aquela que conduziu o Império à sua inexistência. Seu ponto de chegada já há muito tempo vem sendo mantido pela memória política brasileira como um momento de inflexão: novembro de 1889, quando, depois do levante militar que tomou o poder, o imperador D. Pedro II se viu forçado a deixar o país pela República que se instalava. O de partida, Sergio Buarque toma emprestado de interpretações que estiveram contidas no discurso de alguns contemporâneos da Monarquia, as quais marcaram em 1868 o início do fim.

As transformações políticas de 1868 a 1889, as mudanças que conduziram o Império à República, são interpretadas em seu livro através da concretização narrativa de uma estrutura subsumível ao que Rüsen define enquanto perspectivas orientadoras da experiência do passado. É possível localizar um significativo exemplo de tais perspectivas no conjunto de encaixes categoriais ordenado pela idéia de crise, que fornece o pressuposto teórico fundamental de *Do Império à República*. Nessa perspectiva está contida uma espécie de "imagem geral" do passado, que encaminha a interpretação das fontes e a construção da representação sob a percepção de que o historicamente essencial, no período temporal abordado pelo texto, configura o quadro de uma crise, em meio à qual se corroeram as bases de poder do regime monárquico brasileiro.

Categorias históricas estão presentes em todas as histórias no âmbito das perspectivas orientadoras da experiência do passado. Segundo Jörn Rüsen, elas designam as coerências temporais gerais que tornam certas realidades do passado reconhecíveis enquanto realidades históricas.[8] O pressuposto dessa definição é o de que não há uma realidade histórica fixa, definitiva e absoluta, à qual uma história deveria corresponder. A experiência do passado não é intrinsecamente histórica, mesmo que muitas vezes comporte um significado histórico visado pelo seu agente. Conforme já se mostrou ser a opinião de Rüsen (cap. 2), ela não *é* histórica, mas *se torna* histórica, quando relacionada à historicidade que caracteriza a experiência do presente. O fato de o "histórico" ser definido por essa relação entre passado e presente torna conseqüente o reconhecimento da importância do papel das categorias no conhecimento histórico. Em meio aos procedimentos de construção de uma história, categorias são reunidas para formar redes conceituais que incidem sobre o campo aberto da experiência do tempo, circunscrevendo nele o espaço da experiência histórica. A categoria de crise, tal como aplicada à

[8] *Ibid.*, p. 81.

interpretação histórica em *Do Império à República*, fornece as bases de uma dessas delimitações que permitem tomar uma realidade do passado por especificamente histórica. Ela consiste em uma estrutura cognitiva presente sempre que a experiência é percebida e compreendida historicamente enquanto uma experiência em que algo – um sujeito histórico – foi (ou está sendo) posto em cheque. O sujeito histórico em crise experimenta a própria dissolução ou a ameaça dela. No texto de Sergio Buarque de Holanda, crise é a categoria que empresta uma qualificação especial à transição do regime imperial para o republicano, permitindo que essa passagem seja interpretada como uma mudança histórica. Com outras palavras, poder-se-ia dizer que ela permite qualificar as transformações experimentadas no cenário político brasileiro de 1868 a 1889, de tal modo que a mudança pode então ser interpretada historicamente como a experiência da dissolução de um regime.

Do Império à República enfoca os 20 anos finais do Império a partir da atribuição de uma função interpretativa de suma importância, a de marco zero da crise do regime, a um evento histórico particular: a queda, em meados de 1868, do ministério chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos (pela terceira vez na presidência do então chamado Conselho de Ministros). A substituição do liberal Zacarias de Góes pelo Visconde de Itaboraí, um dos chefes mais importantes da ala ortodoxa do Partido Conservador, seguida da dissolução da Câmara, é apresentada como um quase golpe de Estado, e por mais de uma vez essa constatação vem acompanhada do comentário – proferido em tom de profecia retrospectiva – de que os efeitos de tal ação política se revelariam, a médio prazo, grandemente maléficos à conservação das instituições imperiais.[9] Fixado o ponto de partida da interpretação, passa-se à reconstrução de uma infinidade de experiências políticas, que marcaram a existência do regime até sua dissolução em 1889. Sergio Buarque de Holanda se concentra especificamente nas composições e decomposições ministeriais, nas dissoluções de Câmaras, em polêmicas parlamentares, em episódios ligados à Guerra do Paraguai e à política externa pós-guerra para a região do Prata, nas transformações estruturais no Exército, no desenvolvimento do movimento republicano, entre outros temas. Para explicar o que tomava como tendo sido a crise que indiciavam em seus significados profundos todas essas (e muitas outras) experiências, ele recorre também, e não raras vezes, à extrapolação dos marcos temporais delimitados como fronteiras do

[9] *Do Império à República*, p. 7-8; 105.

tema principal da narrativa, evocando a factualidade de outras épocas, para mostrar sua conexão, de caráter ora genético, ora exemplar, às realidades enfocadas, e, às vezes mesmo ao contexto de orientação de que parte a abordagem. O mais importante, no entanto, é que tanto tais "digressões", quanto as referências à factualidade compreendida mais diretamente no campo empírico selecionado sempre atuam reforçando, na complexa sucessão dos acontecimentos lembrados, o sentido de crise, a idéia de que as instituições imperiais edificadas ao longo do século XIX estiveram, a partir de 1868, sob condições e conjunturas que favoreceram sua fragilização.

A participação da categoria de crise na percepção da experiência política brasileira dos anos finais do Império e na constituição narrativa de sentido que, em *Do Império à República*, dela decorre poderia ser exemplificada em diversas passagens do texto. Um exemplo relevante pode ser encontrado no capítulo 1 do livro III, intitulado "A marcha da idéia de emancipação", que trata do período de gestação do que ficou conhecida por Lei do Ventre Livre, entrada em vigor no segundo semestre de 1871 para emancipar os filhos de escravas depois dela nascidos. O ministério no poder era então chefiado pelo conservador moderado Visconde do Rio Branco, mas no Parlamento, apesar da esmagadora maioria conservadora, iniciou-se uma forte oposição aos propósitos emancipadores do governo. A polêmica acabou levando o conservador ministro presidente do Conselho a pedir a dissolução de uma Câmara unanimemente conservadora, no que foi atendido pelo imperador. O governo de Rio Branco pôde, em razão da anuência imperial à dissolução, perdurar ainda por muito tempo, até 1875 (foi, da Monarquia, o mais duradouro dos ministérios), mas, para Sergio Buarque de Holanda, essa persistência somente pode iludir quanto às reais condições que regulavam a força ou fraqueza política do regime, pois trouxe por resultado a fragmentação (na prática) de um dos partidos que o sustentava. Uma vez que enfraqueceu a unidade conservadora, a persistência do gabinete Rio Branco seria sintoma grave da crise institucional deflagrada em 1868. Ao retomar, páginas adiante, o mesmo episódio, Sergio Buarque comenta que:

> "Um dos efeitos da acre contenda travada em 1871 sobre o projeto emancipador de Rio Branco tinha sido notoriamente o enfraquecimento, que

não cessará de aumentar até o advento da República, da linha divisória entre os partidos".[10]

Sergio Buarque de Holanda percebe o dado, empiricamente obtido, da fragmentação do Partido Conservador – decorrente do conflito entre a sua velha guarda e uma facção que, no poder, passou a realizar um programa reformista, anteriormente caro aos liberais – como um dos índices da crise que tematiza no livro e que tem por pressuposto fundamental na rede de categorias históricas diretoras de sua interpretação. No comentário acima destacado, a experiência da cisão conservadora é situada no horizonte da crise por uma referência temporal, inserida precisamente na menção de que as idiossincrasias partidárias somente se reduziriam "até o advento da República". Em tal referência é pressuposta a idéia de que havia uma crise em curso. Que a idéia dessa crise atua centralmente no plano das perspectivas orientadoras da pesquisa e da reconstrução narrativa do passado é o que revela também uma metáfora empregada uma única vez em todo o texto, mas que, nem por isso, deixa de ser importante para a compreensão da estrutura da interpretação que ele apresenta. Sergio Buarque, dando prolongamento a seu comentário acerca dos significados e efeitos do ministério Rio Branco fala em um "plano inclinado para o regime", a ter se iniciado "visivelmente" depois de 1868.[11] Essa imagem geométrica confere visualidade ao sentido atribuído por ele às transformações históricas que interpreta.

Com base nesses exemplos, pode-se ter uma noção de como a categoria de crise atua na direção do trabalho interpretativo em *Do Império à República* e nele funciona como fio condutor da apresentação narrativa do passado. Com ela se constitui, para o contexto de orientação visado pelo autor, sentido sobre a experiência política imperial. O sentido constituído traduz para o presente a experiência da derrocada do regime político que fundou o Estado brasileiro. Em sua narrativa, Sergio Buarque de Holanda compreende a crise como um movimento de dissolução dos pilares de sustentação do Império. A idéia de crise sintetiza a percepção de que teria havido um processo de corrosão dos suportes culturais que tornavam possível o acordo entre Estado, elite política e sociedade, sobre o qual se equilibrava o regime. Ela permite que reconstruções de acontecimentos políticos, diplomáticos e militares sejam articuladas para fornecer o tecido de uma história da cultura

[10] *Ibid.*, p. 245.
[11] *Ibid.*, p. 247.

política do período enfocado. Pode-se ter reforçada essa impressão de que *Do Império à República* consiste em uma história da cultura política do Império pela leitura atenta da alguns capítulos do livro, como o que trata da história das críticas ao comportamento político do monarca ("O poder pessoal", cap. 1, liv. III), o que analisa a influência do positivismo sobre a contestação ao regime ("Da maçonaria ao positivismo", cap. 2, liv. V) e o que apresenta o desenvolvimento da "mentalidade" dos militares brasileiros ao longo do século XIX ("A fronda pretoriana", cap. 3, liv. V). O golpe de Estado que instaurou a República em novembro de 1889 é, por força da natureza dessa estrutura categorial, tão somente o elo final de uma cadeia de acontecimentos geradores de efeitos sobre a maneira com que os atores do passado perceberam, interpretaram e vivenciaram a realidade política do país no último terço do século XIX. De tais efeitos teria resultado um "vazio de poder" – condição de possibilidade da ruptura institucional – [12], que, de acordo com Sergio Buarque, decorreu de um desgaste que se foi alimentando pela própria incapacidade do Império em renovar-se e em renovar as condições geradoras dos suportes culturais que conferiam consistência à sua rede de poder.

Em *Do Império à República*, essa incapacidade é atribuída a características internas do regime, que são apresentados sob a coordenação teórica do conceito de poder pessoal do imperador. Com ele, o autor estrutura uma caracterização geral do sistema político monárquico, em que atribui à forma de participação de D. Pedro II no jogo político um peso decisivo na acentuação de suas contradições internas. O conceito histórico de poder pessoal do imperador sintetiza uma percepção das circunstâncias que regulavam a prática política nas mais altas instâncias de poder da Monarquia. Ele interpreta as grandes decisões dos governos como resultado em última instância da vontade do imperante, e com isso o coloca no posto de ator político principal, reservando aos demais atores individuais ou institucionais uma condição secundária, subalterna, quando não meramente figurativa no cenário político. Um bom exemplo da participação do conceito de poder pessoal do imperador em *Do Império à República* é a exposição irônica da "docilidade" que teria

[12] *Ibid*., p. 348-349; "Relativamente à parte que à ebulição militar dos fins da monarquia se deve atribuir no advento da República, é talvez mais fácil exagerá-la do que dar-lhe justas proporções. Certamente não se deveu apenas a essa ebulição a derrocada e queda do Império. A verdade é que, enquanto o poder monárquico aparentou consistência externa, capaz de dar-lhe respeitabilidade, as forças armadas se prestaram continuamente a servir de instrumento à ordem civil dominante, ainda quando os políticos, e mesmo as instituições, estivessem expostos ocasionalmente a críticas isoladas de oficiais militares, principalmente oficiais do exército. A situação irá agravar-se no momento em que a construção política, independentemente dessas críticas, dá mostras de fragilidade. E é a partir desse momento, quando se cria um vazio de poder, que o sabre irá finalmente impor-se como o poder mais forte e, de fato, como o único e decisivo poder."

marcado o comportamento de Zacarias de Góes em sua relação com o imperador, nas ocasiões em que esteve à frente do Conselho de Ministros. A tese de Sergio Buarque quanto à docilidade de Zacarias é ilustrada pela lembrança de diversos episódios, como o da inserção por duas vezes consecutivas nas falas do trono de 1867 e 1868 de referências ao propósito ministerial em fazer aprovar um projeto de emancipação de escravos. A prova de que o empenho governamental no projeto emancipador se devia a uma boa vontade exagerada em agradar o imperador, desejoso de avanços abolicionistas, é costurada pela menção a um episódio posterior, em que é lembrado o voto de Zacarias contrário ao mesmo projeto pelo qual anteriormente se empenhara, e que seria sancionado como a Lei do Ventre Livre, em 1871. A explicação de Sergio Buarque de Holanda para tamanha mudança de opinião apresenta um desejo pessoal do monarca como elemento de determinação de uma decisão política e testemunha a centralidade do conceito de poder pessoal do imperador na estrutura da interpretação histórica em *Do Império à República*.[13]

No Brasil do século XIX, o arranjo que possibilitou a estruturação do Estado teria concentrado poder decisório nas mãos do detentor do Poder Moderador – o quarto poder que figurava na Constituição do Império enquanto "chave de toda a organização política" do regime. Como maneira de expressar a percepção dessa hipertrofia dos poderes imperiais, difundiu-se, sobretudo nos últimos 20 anos da Monarquia, a expressão "poder pessoal", que Sergio Buarque de Holanda incorpora a seu próprio discurso.[14] Com tal incorporação ele se coloca na embocadura de uma tradição de crítica ao regime imperial e, em particular, ao papel nele assumido pelo imperador, que emerge já nas primeiras décadas do governo de D. Pedro II e se prolonga, mesmo depois de feita a República, nos textos de muitos dos que irão defendê-la dos ataques dos apologistas do regime decaído.[15]

---

[13] *Ibid*. "O Conselheiro Zacarias timbraria em aderir aos desejos, mesmo os desejos inexpressos de D. Pedro, com notável docilidade, e dizia-se que sua inteligência aguda dos homens o levava a antever e acompanhar as mais secretas inclinações da Coroa" (p. 52); "Tendo precipitado o assunto durante a guerra, julgará precipitado o projeto apresentado depois em 1871, durante a paz, porque exigia no seu entender, estudo mais demorado e votará então contra a lei chamada do Ventre-Livre, depois de ter combatido a proposta acirradamente, e artigo por artigo" (p. 96).

[14] Outra expressão, bastante corrente à época, para designar esse mesmo estado de coisas era "imperialismo", para cuja fixação muito contribuiu Tito Franco de Almeida com sua biografia do Conselheiro Furtado, publicada em 1867. (*Ibid*., p. 63-66). O termo imperialismo, tomado nessa acepção, nada tem a ver com seu uso contemporâneo.

[15] Dentre os expoentes dessa tradição, podem ser citados Sales Torres Homem, Tito Franco de Almeida, Teófilo Ottoni e Tavares Bastos, que publicaram textos atacando o poder pessoal de D. Pedro II ainda sob a Monarquia. Na década de 1920, essa crítica é atualizada por historiadores como Vicente Licínio Cardoso e Gilberto Amado. Uma boa análise da historiografia sobre o período imperial se encontra em Stanley Stein. "A historiografia do Brasil, 1808-1889".

O argumento fundamental dos defensores da tese de que o Segundo Reinado se caracterizou fundamentalmente pelo governo pessoal de D. Pedro II é o de que, em última análise, a instância de determinação do governo era a vontade pessoal do imperante. Nessas caracterizações do regime imperial, quase sempre, admite-se que não se dispunha durante o século XIX de um sistema eleitoral capaz de assegurar a liberdade de voto e a lisura dos pleitos e que, por causa disso, entregar a escolha dos governos aos resultados das votações equivaleria a crer na veracidade de uma mera ficção eleitoral.[16] Mas, ao mesmo tempo, condena-se a solução adotada pela prática política do regime como uma outra forma de falsificar a representação, pelo procedimento, muito bem captado por Sergio Buarque, na metáfora da transformação do imperador no "corpo eleitoral de que o país não dispunha".[17] De fato, a praxe do regime foi o imperador escolher um nome, que assumia a presidência do Conselho de Ministros e ficava com a tarefa de formar um gabinete de auxiliares. Quando ocorreu que um novo ministério encontrasse uma câmara desfavorável, foi usual o recurso à dissolução da casa temporária, o que dava ocasião a novas eleições, nas quais os ministérios empenhavam a máquina governamental, para que obtivessem situações parlamentares confortáveis. É digno de nota que não foi rara a formação de câmaras praticamente unânimes, à busca do que se empregava amiúde uma série de recursos pouco lícitos, que podiam chegar à fraude e à violência deliberadas. O uso de tais recursos era viabilizado pela nomeação de presidentes de província leais aos governos, que costumavam ter por atribuição mais importante exatamente a de conseguir o maior êxito eleitoral possível ao ministério, e que não costumavam permanecer nas províncias, passado o período eleitoral. A governabilidade era assegurada, em parte, portanto, mediante procedimentos que alimentavam distorções na representação nacional. O argumento histórico centrado na idéia de um governo pessoal de D. Pedro II apresenta o recurso ao arbítrio imperial como meio condenável de manutenção da centralização política obtida no período pós-emancipação e de gerenciamento das disputas por poder entre as facções

[16] Quanto a esse ponto, é possível que concordem todos os analistas do período imperial. De fato, todas as reformas eleitorais do Império – desde a Lei dos Círculos (que em 1855 introduziu o voto distrital), passando pela sua reforma em 1860 (que redividiu os distritos eleitorais, para que em cada um deles fossem eleitos 3 deputados), pela Lei do Terço, de 1875 (que pôs fim ao sistema distrital e que, pela introdução de um procedimento de votação em que cada eleitor ou votante escolhia um número de candidatos correspondente a 2/3 do total de candidatos, pretendia dar melhores condições de representação às minorias), até a Lei Saraiva, de 1881 (que reintroduziu o voto distrital, trouxe a eleição direta e aumentou as exigências de comprovação de renda, tendo resultado numa drástica redução do percentual de participação política) – não conseguiram atingir o objetivo de prover o país de um sistema eleitoral confiável. As informações sobre a legislação eleitoral do Império foram colhidas de Walter Costa Porto. *Dicionário do Voto*, p. 217-225.

[17] *Do Império à República*. p. 73.

sociais politicamente relevantes. A partir dessa condenação, não raras vezes se passa a atribuir ao "poder pessoal" a responsabilidade ou a culpa pela não obtenção de meios que possibilitassem condições para uma efetiva representação política. Já na avaliação de um dos primeiros críticos do "poder pessoal", o panfletário Timandro (Sales Torres Homem) – depois, por ironia do destino, ministro e senador do Império – expressa-se um ponto de vista mais tarde repetido e reforçado, o de que essa concentração de poder nas mãos do imperador fez com que todo o sistema político ficasse submetido aos "intermináveis vaivens do capricho individual", tendo com isso sua racionalidade enfraquecida.[18] É nítida a presença desse mesmo ponto de vista na afirmação de Sergio Buarque de Holanda, de que os efeitos sobre o regime da intervenção sistemática do "poder pessoal" não teriam permitido nada além de um parlamentarismo de fachada, preservado para que não recaísse sobre o imperador a acusação de arbitrariedade.[19]

Sergio Buarque de Holanda articula essa análise estrutural do sistema político monárquico, ordenada pela idéia de poder pessoal do imperador, à interpretação genética de seu desmantelamento, conduzida a partir do conceito de crise do regime.[20] Aparece aqui uma certa dubiedade na percepção do fenômeno do poder pessoal, que tanto é apontado como aquilo que garantiu a sustentação do regime, quanto como causa de sua corrosão. Não há nisso, entretanto, nenhuma contradição. Sergio Buarque sugere que, nos bons

---

[18] Francisco de Sales Torres Homem. "O Libelo do Povo", p. 108.

[19] *Do Império à República*, p. 72. Uma interpretação menos focada no fenômeno do poder pessoal e, também por isso, fundamental para a compreensão da experiência do passado monárquico brasileiro é a apresentada por José Murilo Carvalho em *A Construção da Ordem* e em *Teatro de Sombras*. Este autor caracteriza o sistema político monárquico de uma maneira que, em alguns pontos importantes, diverge frontalmente da forma como o compreendeu Sergio Buarque de Holanda. Para ele, as distorções do regime não se deveram primordialmente à ação do Poder Moderador, mas às deficiências do sistema eleitoral, que impediam que se tomassem os resultados dos pleitos como representativos das inclinações da opinião pública (p. 404). Ele aponta que, inicialmente, no período posterior à emancipação política e que dura até a pacificação das tensões da Regência, a liberdade do Moderador para nomear e demitir ministros e para desfazer câmaras foi aquilo que emprestou viabilidade ao regime. Só que essa mesma estabilidade, uma vez tornada rotina, teria passado a alimentar a impressão de que tal poder era incompatível com um parlamentarismo efetivo (p. 371). Essa interpretação até se aproxima em alguns pontos da de Sergio Buarque de Holanda. Entretanto, o que este autor parece não ter percebido, ou melhor, o que parece frontalmente incompatível com a perspectiva de interpretação que orienta a construção narrativa de seu texto sobre o fim do Império, é a arguta idéia de J. M. Carvalho de que a ação do Moderador, na verdade, aparava as grandes dificuldades de manutenção e funcionamento do regime. Com ele, os conflitos políticos e sociais teriam tido, ao menos, uma instância de arbitragem relativamente estável, que impedia que a incompatibilidade das diferenças de opinião e interesse culminassem com o enraizamento de uma facção no poder central e que atraia sua resolução para a órbita de circunscrição dos mecanismos de regulação legal (p. 406).

[20] A seguinte passagem exemplifica essa articulação conceitual com impressionante limpidez: "É também no ocaso do Império que vão aparecer mais nitidamente as contradições de um sistema pretensamente parlamentarista, mas onde a decisão última cabia ao chefe de Estado, que em algumas oportunidades a tomou de forma ostensiva". *Do Império à República*, p. 66.

tempos do Império, teria sido possível que o poder pessoal disfarçasse a corrosão que a sua própria força alimentava. Nos seus anos finais, porém, quando o regime já perdera boa parte de suas condições de sustentação, o mesmo poder já não mais seria exercido com força suficiente para que sua existência fosse ocultada.[21] Ao mesmo tempo, essa existência ter-se-ia tornado cada vez menos tolerável em função de transformações estruturais na sociedade brasileira, as quais, sobretudo nos principais centros urbanos, conseguiram romper muito do velho tradicionalismo, que fornecera boa parte dos suportes culturais da monarquia.[22] Além disso, Sergio Buarque lembra que, de meados dos anos 80 em diante, a enfermidade do imperador o foi afastando cada vez mais da vida política nacional, o que inseriu mais uma dificuldade – esta de natureza física – à manutenção do seu padrão anterior de atuação política.[23] A crise da Monarquia aparece, para ele, como uma crise nas condições de exercício do poder pessoal. É uma crise que é, antes de mais nada, uma crise interna das instituições imperiais. Fatores externos, como a prolongada depressão econômica (que durou desde meados dos anos 1870 ao final dos 1880), o fortalecimento do ideário republicano, a chamada questão religiosa, a grande seca nordestina de 1877-79 e o barulho das insatisfações do Exército teriam-na agravado. Mas o fundamental da crise teria sido a desarticulação interna da rede de poder sobre a qual se assentava o regime.

À "arquitetura" parcial das categorias e conceitos conformadores da perspectiva diretora da interpretação do passado em *Do Império à República* – que foi acima explicitada e discutida – poder-se-ia somar uma espécie de visão "genealógica", que esclarecesse a história dos conceitos nela implicados. Tal intuito extrapola o escopo do presente trabalho, mas mesmo assim não deixa de ser interessante indicar, ao menos, um ponto de inflexão fundamental nessa genealogia. Ao interpretar os anos finais do regime imperial brasileiro como o tempo de uma crise que terminaria por destruí-lo, Sergio Buarque de Holanda mobiliza ferramentas de um acervo categorial já conhecido por ter servido de base à crítica política de outros regimes monárquicos. Trata-se das estruturas de percepção e interpretação que estiveram na base da crítica ao "antigo regime" na época do Iluminismo, justamente quando se consolidou o hábito lingüístico de importar para o léxico político o conceito médico de crise. Crise, no emprego vocabular que a tradição médica dela fazia desde a Antiguidade, era a designação do estágio decisivo da doença, do

[21] *Ibid.*, p. 349.
[22] *Ibid.*, p. 283.
[23] *Ibid.*, p. 353-354.

estágio em que se decide o que ainda não estava decidido.[24] Como já fosse costume no século XVIII o de falar do Estado através da metáfora orgânica que o apresentava como o grande "corpo político", era quase natural que se empregasse crise para especificar um momento da doença desse corpo. É o que faz, de forma pioneira, Jean-Jacques Rousseau ao associar o que enxergava como a degenerescência do Estado à perda ou ausência de sua autoridade, ou seja, à anarquia.[25] Essa associação metafórica entre falência do "corpo político" e perda da autoridade do Estado é parte importante do esquema categorial implícito na interpretação dos anos finais da monarquia brasileira, apresentada por Sergio Buarque de Holanda em *Do Império à República*. Também aqui a crise se manifesta enquanto crise da autoridade estatal: resulta dos crescentes embaraços ao exercício de um poder de natureza pessoal, através do qual se teriam conseguido manter de pé as instituições políticas no Brasil do século XIX.

4.3. Modos típicos da constituição histórica de sentido

Como se pode inferir da precedente análise da estrutura categorial de *Do Império à República*, perspectivas orientadoras da experiência do passado possuem uma natureza dúplice no processo da cognição histórica. Pertencem ao quadro das ferramentas subjetivas empregadas na interpretação da experiência, mas também são, ao mesmo tempo, parte dessa mesma experiência. Pergunte-se se a crise do regime imperial, tematizada por Sergio Buarque de Holanda, consiste em um fato empiricamente constatável nas fontes ou se se trata somente de uma forma que media conceitualmente a constatação e pode-se ter um exemplo concreto dessa ambivalência das perspectivas. Isso porque não se pode afirmar categoricamente nem que tal crise surja como resultado de uma espécie de superdeterminação teórica da relação com a experiência, em que os "fatos" simplesmente se deixariam elaborar pelos significados atuais, como uma espécie de matéria-prima modelável a quaisquer das formas que a interpretação histórica queira lhes dar, nem que ela seja uma mera projeção da experiência para efeito de comunicação, que a espelharia tal e qual efetivamente foi. Tal questão é, na verdade, enganosa, porque pressupõe critérios de objetividade a que o pensamento histórico não pode atender. Também não é objetivo deste

[24]Reinhart Koselleck. *Crítica e Crise*: uma contribuição à patogênese do mundo burguês, p. 203 (n. 155).
[25] *Ibid*., p. 145.

trabalho a consideração dessa problemática, mas a remissão a ela pode servir para ressaltar o significado de um ponto central à perspectiva teórica de Rüsen, que se deixa sintetizar pela idéia de que no pensamento histórico – e na ciência da história – trata-se fundamentalmente da constituição de sentido sobre a experiência do tempo.[26] Sentido é a expressão da unidade de forma e conteúdo,[27] que torna inerte o questionamento dual quanto à objetividade ou subjetividade das perspectivas. A categoria de sentido permite revelar e examinar a conexão do pensamento histórico ao contexto das demandas por orientação cultural de grupos sociais ou indivíduos. Tal conexão é concretamente realizada através da fusão de experiências do passado, significados do presente e expectativas de futuro em narrativas históricas. Constituição histórica de sentido, conseqüentemente, refere-se à percepção, interpretação e representação do passar do tempo como fluxo do passado ao futuro, através da concretização empírica e narrativa de perspectivas orientadoras, nas quais se dá previamente uma unidade de forma e conteúdo.

Conforme o exposto no capítulo 3, Rüsen define quatro tipos fundamentais de constituição histórica de sentido, tradicional, exemplar, crítica e genética e afirma que todo discurso historiográfico é formado de combinações variáveis, de que fazem parte manifestações concretas de cada um desses tipos. Em *Do Império à República* é possível visualizar a presença de elementos narrativos enquadráveis sob essa tipologia. Eles podem ser encontrados tanto no desenvolvimento da interpretação geral da crise, que fornece o eixo de articulação central da narrativa, quanto em passagens particulares do texto, como, por exemplo, as em que se narram episódios ligados à história de outros sujeitos históricos, avalia-se o significado de determinadas experiências e comparam-se traços da realidade brasileira do fim do século XIX com a de outros países e de outras épocas.

O modo narrativo predominante em *Do Império à República* é o genético. Embora não seja possível associar teoricamente o atributo da cientificidade das histórias a nenhum dos modos particulares de constituição de sentido[28], é evidente a coincidência histórica entre a afirmação da narrativa genética e o desenvolvimento do padrão metódico característico da ciência da história, uma vez que ambos os processos ocorreram no século XIX, no contexto da formação e consolidação da tradição historicista de pensamento

[26] *Razão Histórica*, p. 59; "Die vier Typen des historischen Erzählens", p. 520.
[27] *Lebendige Geschichte*, p. 68-70.
[28] "Die vier Typen des historischen Erzählens", p. 594-596.

histórico.[29] A relativa hegemonia da narrativa genética, desde a afirmação do historicismo até os dias atuais, não é, portanto, um requisito imposto pela cientificização do pensamento histórico, mas, sim, a expressão de um ajustamento ao contexto geral de orientação do agir em meio à experiência moderna. Narrativas genéticas são, por assim dizer, as mais adequadas à elaboração da experiência temporal nas circunstâncias da modernidade. Elas se definem por encaminhar a elaboração cognitiva da experiência do tempo na direção da incorporação da própria mudança como condição de possibilidade de toda identificação e ao fazerem isso se habilitam a servir de orientação em um mundo em que a mudança temporal é uma experiência tão central, que se pode dizer, acompanhando a famosa expressão do *Manifesto Comunista* de 1848, que nele "tudo que é sólido desmancha no ar".[30] Elas podem orientar dessa maneira o agir e o sofrer no tempo presente, porque interpretam as experiências significativas (para o presente) do passado como processos de mudança, evitando, assim, o destaque de uma duração histórica fixa e imune ao fluxo do tempo (como é o caso na narrativa tradicional) e a sublimação da experiência da variabilidade temporal em regras gerais e abstratas do agir, válidas indistintamente para diversas situações históricas (como acontece com a narrativa exemplar).[31] Ao modo genético da constituição histórica de sentido importa, antes, reconstruir narrativamente processos de mudança temporal, que podem ser entendidos (implicita ou explicitamente) como gêneses do arranjos de circunstâncias culturais e materiais, em meio a que se dá a vida atual.

É fundamentalmente isso o que é reconstruído por Sergio Buarque de Holanda em *Do Império à República*. O tema central do livro é precisamente uma transformação histórica, aquela pela qual um sujeito histórico, o regime imperial brasileiro, conduziu-se na direção de seu próprio esgotamento. Dela decorreram inovações no espaço de experiência ocupado por tal sujeito, as quais testemunham a existência de diferença temporal entre os instantes inicial e final da mudança narrativamente enfocada. O sentido de diferença temporal, que se constitui em meio à abordagem e apresentação genética da

---

[29] Quanto à problemática envolvida pelo termo historicismo (*Historismus*) e à tradição a que ele se refere, ver: Estevão Martins. "Historicismo: tese, legado, fragilidade"; Georg Iggers. "Historicism: the history and the meaning of the term"; Frank Ankersmit. "Historicism: an attempt at synthesis".

[30] Karl Marx; Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*; Marshall Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade.

[31] Conforme o que já foi assinalado, a narrativa crítica não consiste em um modo positivo de constituição histórica de sentido, estando sempre na dependência dos outros três modos, contra os quais lança a sua força negativadora.

experiência do passado monárquico pela narrativa, possui uma característica especial, associada ao fato de que o sujeito de referência, no qual atua a transformação, foi, ao final, levado à inexistência. Isso, contudo, não significa que na representação do passado pelo texto não haja elementos pelos quais se afirme um certo modo de duração *na* mudança (e não para além ou aquém dela). A duração que a narrativa faz perceptível em meio à mudança do Império à República relaciona-se à persistência de uma organização institucional, o Estado, e de um conjunto concreto de símbolos, o que dá referência à nacionalidade brasileira. Não se trata de durações atemporais, tais como as que emergem do sentido das narrativas tradicionais, embora seja patente que elas somente são possíveis pela articulação entre *topoi* genéticos e tradicionais. Em *Do Império à República*, a persistência da forma estatal e dos valores nacionais em meio à mudança temporal não é apresentada como determinação de uma tradição, em que estariam para todo o sempre condensados os caracteres originais e definitivos da cultura brasileira. A duração percebida, interpretada e apresentada no texto é, ao contrário, uma duração dinâmica. A percepção da experiência política brasileira do final do século XIX, e, sobretudo, dos fenômeno do Estado e da nação, como durações dinâmicas é possibilitada e levada a concorrer para uma interpretação histórica dessa experiência, pelo trabalho teórico de uma categoria genética, a de crise. Como já foi mostrado, é ela que ordena a interpretação das transformações que levaram ao fim do Império e à reestruturação do Estado brasileiro através da adoção da forma republicana de governo. Tal interpretação se articula e é apresentada em uma narrativa genética em que mudanças experimentadas no âmbito da cultura política brasileira são mobilizadas para efeito de orientação da vida no contexto de produção e recepção do texto.

Se, no entanto, pode-se falar facilmente em uma predominância do modo genético de constituição histórica de sentido em *Do Império à República*, é razoável supor que também a relação tipologicamente discernível entre os demais modos narrativos seja marcada pela assimetria de importância em relação à totalidade narrativa. Sendo assim, torna-se plausível sugerir que, no texto, o segundo mais importante modo de constituição histórica de sentido é o crítico. Conforme o exposto no capítulo 3, a constituição crítica de sentido relaciona-se a uma elaboração cognitiva da experiência do passado, cujo efeito (ou pretensão de efeito) é o enfraquecimento de diretrizes de interpretação usuais no pensamento histórico. As experiências rememoradas nas narrativas críticas são, por assim

dizer, contra-experiências e sua evocação é capaz de revelar contradições e inconsistências nos modos habituais de representação do passado. No texto de Sergio Buarque de Holanda, a atitude crítica incide sobre diretrizes de pensamento constitutivas da experiência do passado por ele lembradas, que estiveram na base da legitimação de ações e práticas políticas condenadas pelo autor, com base no horizonte de significados e normas que impulsionaram seu trabalho intelectual e seu engajamento político.[32] Um exemplo particularmente interessante para a abordagem das manifestações tipologicamente enquadráveis sob o modo narrativo crítico em *Do Império à República* é o capítulo 1 do livro IV, intitulado "Liberais contra liberais". Nele Sergio Buarque concentra detidamente o foco da apresentação narrativa sobre os debates parlamentares, que, no primeiro semestre de 1879, acompanharam o envio à Câmara de uma proposta do governo (então chefiado pelo liberal João Cansanção de Sinimbu) de reforma do sistema eleitoral. A proposta ministerial previa a adoção de eleições diretas e ampliações na restrição à participação eleitoral e é a que, em 1881, após algumas modificações, resultaria na Lei Saraiva. Na primeira parte do capítulo são rememorados discursos de parlamentares, que se posicionaram especificamente quanto à intenção do governo de fazer aprovar a reforma através de revisão constitucional e de, para tanto, fixar à eventual constituinte a prerrogativa de que somente seria cabido a ela aceitar ou rejeitar em bloco o projeto a ser remetido pela legislatura ordinária, ficando-lhe vedado o direito de aprovar alterações parciais. Sergio Buarque de Holanda rememora pontos de vista que estiveram presentes nas argumentações que sustentaram as posições de defensores e opositores do projeto em longas citações e paráfrases. Nelas salta aos olhos seu julgamento negativo dos argumentos dos que pretendiam, valendo-se da estratégia da formação uma constituinte cerceada em suas atribuições legislativas, assegurar que a introdução do voto direto seria acompanhada de uma drástica redução da participação eleitoral, por ajustes no censo, pelo incremento no controle de sua certificação e pela exclusão dos analfabetos. Sergio Buarque identifica o conjunto de normas e valores políticos para ele significativos aos argumentos da crítica contemporânea de tal projeto, e, em especial, aos do deputado José Bonifácio, [33] – a quem cita longamente no referido capítulo – que considerava a eventual aprovação da reforma uma "acintosa" exclusão das massas da vida política. Do outro lado, a mais consistente

[32] Seria possível indicar também a presença de *topoi* críticos em outros contextos narrativos de *Do Império à República*, como, p. e., nos diversos comentários teóricos acerca da conveniência do emprego de certos conceitos e da pertinência de certas matrizes teóricas para a interpretação do passado brasileiro.
[33] Trata-se aqui do sobrinho do primeiro José Bonifácio, que era conhecido pelo epíteto de "o Moço".

defesa dos propósitos governistas na ocasião é apresentada como tendo sido a do deputado Rui Barbosa, que afirmou ser necessária ao equilíbrio do sistema eleitoral a introdução, ao lado das restrições pecuniárias à participação política, do que chamou de "censo literário". A idéia de exclusão dos analfabetos, que essa fórmula pretendia legitimar, é criticada por Sergio Buarque de Holanda na seguinte passagem:

> "Para responder a tais argumentos, poderiam os da oposição alegar, por exemplo, que o saber ler e escrever como condição decisiva do discernimento para bem votar, é quando muito proposição duvidosa como o demonstrava o fato de estar sendo objeto de tamanha discussão. Certo, entretanto, era que as exclusões do projeto eliminariam uma porção assombrosamente grande do eleitorado, e que muitas das alegadas incapacidades vinham sendo debatidas e contestadas. No caso específico dos analfabetos admitia-se ainda que fossem excluídos onde, como no Connecticut, não chegavam a 1% da população. Seria democrático, porém excluí-los onde, e era o caso do Brasil, chegavam a 80%?[34]

Essas palavras dão expressão à crítica de Sergio Buarque de Holanda às diretrizes de interpretação histórica na base da argumentação a favor do projeto de reforma eleitoral de 1879, as quais teria Rui Barbosa mobilizado e sintetizado em seu discurso. Em tal condenação, o autor reconhece parte dos próprios valores nos que estiveram na base das críticas contemporâneas ao projeto. Com isso, a crítica presente em *Do Império à República* ganha o sentido de uma ferramenta capaz de se contrapor aos possíveis efeitos atuais das heranças das diretrizes interpretativas criticadas, o que é possível através de sua inserção no corpo de uma interpretação predominantemente genética. É isso o que torna manifesto o comentário de que "muitas das críticas então feitas à criação de um sufrágio de

[34] *Do Império à República*, p. 221. Na seqüência desse trecho, há uma outra passagem em que se reafirma a mesma crítica: "A grande importância que assumem os debates de 1879 em torno da reforma eleitoral não se acha tanto no fato de que o projeto do governo tendesse a formação de uma elite social que deveria sobrepor-se à massa do povo e representá-la, sem procuração, nas decisões políticas que a todos deveriam afetar. (...) O que se combatia na proposta oficial era o intento, nada dissimulado, dos seus autores, de consagrar a existência dessa camada de privilegiados, legalizando, por assim dizer, a situação que importava corrigir" [p. 222].

elite ainda não perderam atualidade nos dias de hoje".[35] Tal comentário também pode revelar a íntima conexão existente no texto entre *topoi* críticos e exemplares.

Na verdade, essa crítica de Sergio Buarque aos argumentos legitimadores da drástica redução do eleitorado, que ao final acabou sendo efetuada pela Lei Saraiva, é dependente de *topoi* exemplares, que auxiliam na definição quanto a que tipo de experiências do passado contraria o horizonte das normas para ele válidas. Toda (ou quase toda) participação de elementos narrativos exemplares em *Do Império à República* está, como nesse caso, atrelada e subordinada a funções críticas.[36] Isso quer dizer que, no texto, quase toda experiência mobilizada pela lembrança histórica como exemplo ganha o significado efetivo de um contra-exemplo, de um modelo de agir condenável a ser evitado. E mesmo quando não são em si mesmos negativos, os exemplos históricos evocados por Sergio Buarque de Holanda tendem a expressar algum tipo de negatividade, uma vez são relacionados a experiências históricas da época imperial para evidenciar, por contraste, sua vulnerabilidade à crítica. Já foi mostrado que os *topoi* exemplares têm por critério fundamental a pressuposição de regras abstratas do agir, aplicáveis a diferentes contextos de experiência e que eles executam orientação histórica através do "treinamento" da sensibilidade para a aplicação dessas regras à experiência do viver no tempo.[37] É a presença de tais pressupostos, articulada à crítica ao fato de que, durante o tempo em que reinou D. Pedro II, não se dispunha de mecanismos democráticos para a escolha dos detentores do poder político, o que se pode depreender do trecho a seguir:

---

[35] *Ibid*., p. 227.

[36] É possível perceber claramente a articulação entre modos narrativos críticos e exemplares em diversas manifestações concretas do pensamento histórico. Saindo-se do campo específico da ciência da história, podem-se encontrar casos dessa conexão em diversas outras formas de manifestação de consciência histórica sobre a experiência do tempo. Na música popular brasileira, por exemplo, são conhecidas canções cujo efeito de sentido histórico se ancora fundamentalmente nesse procedimento da fusão de crítica e exemplaridade. A canção *Mulheres de Atenas* (Chico Buarque e Augusto Boal, 1976) é uma crítica social que se apresenta entremeada da recomendação irônica para que se mire no exemplo (idealizado) de submissão das mulheres atenienses a seus maridos: "Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas:/ Secam por seus maridos, orgulho e raça de Atenas". A despeito da idealização da experiência histórica na construção do exemplo, na canção se constitui um sentido histórico crítico com relação ao padrão vigente de comportamento feminino no Brasil dos anos 1970. Outro caso interessante é o da canção *Tanto mar* (Chico Buarque, 1978), que saúda a Revolução dos Cravos (que pôs fim ao regime político autoritário implantado nos anos 20, em sua maior parte chefiado por Antônio de Oliveira Salazar). Nela está contida a seguinte seqüência de versos: "Sei que há léguas a nos separar / Tanto mar, tanto mar / Sei também como é preciso, pá / Navegar, navegar / Canta primavera, pá / Cá estou carente / Manda novamente algum cheirinho de alecrim." Aqui, a experiência da derrubada de um regime não democrático em Portugal é evocada como exemplo ao público brasileiro, que vivia também sob um regime de força. Nessas circunstâncias, a sugestão do exemplo a ser seguido valia como uma crítica articulada mediante argumentação histórica.

[37] A formulação original de Rüsen é de que na narrativa exemplar se dá orientação histórica através de um exercício ou aprimoramento da faculdade de julgar ou discernimento (*Urteilskraft*). Ver *Lebendige Geschichte*, p. 47.

> "Os malefícios de qualquer governo fundado no consentimento ativo e efetivo dos governados, dificilmente porão em grave risco a estabilidade do regime, uma vez que não se oferece um alvo definido para os que contestem a situação, na grande massa dos que participam, através dos sufrágios, do processo político. Outro tanto não ocorre quando a causa dos maus governos e dos abusos de poder é identificável num personagem de carne e osso, que tudo comanda e tudo pode".[38]

Nessa passagem, a narrativa reforça uma apresentação genética do desenvolvimento das críticas ao "poder pessoal" do imperador, ao longo da segunda metade do século XIX, entremeada da crítica das diretrizes de pensamento sustentadoras de regimes não democráticos, recorrendo à tipificação abstrata das diferenças entre regimes políticos democráticos e não democráticos, com relação a suas capacidades tendenciais de sustentação.[39] De tal tipificação geral emerge a mensagem de que a pulverização da responsabilidade política é algo a ser realizado, quando se pretende tornar estável um regime. Mensagens como essa são recursos de orientação histórica, que, da experiência do passado, permitem que se extraiam "ensinamentos" gerais (exemplos) a serem levados em conta pelo agir presente. Elas dão expressão à concepção de história associada ao lema *historia magistra vitae*, que sintetiza o modo de constituição de sentido que predominou no pensamento histórico ocidental até a sua modernização entre os séculos XVIII e XIX.

Trata-se também de casos de emprego da narrativa exemplar os trechos de *Do Império à República* em que a representação da figura pública e privada de D. Pedro II se detém em demonstrar impropriedades de personalidade e inaptidões para o exercício do poder. Rüsen destacou que a narrativa exemplar, por vezes, associa-se à demonstração da virtude ou prudência (*Klugheit*) de personagens históricos, com a qual são sugeridos modelos de agir ao presente.[40] Na narrativa de Sergio Buarque de Holanda, a idéia

---

[38] *Do Império à República*, p. 73.

[39] Observe-se um dos desdobramentos narrativos da passagem acima citada: "Nada impedia que, com o correr do tempo, viesse a recair nele o peso dos ressentimentos e frustrações a que daria lugar o funcionamento do sistema. Melhor não seria se a responsabilidade de tal situação, em vez de descansar nos ombros de um homem só, capaz de errar como qualquer mortal, vulnerável a censuras como qualquer mortal, se diluísse sobre um conglomerado amorfo de vontades inumeráveis e anônimas, protegidas pelo próprio número e pelo próprio anonimato?" (*Ibid*., p. 74).

[40] "Die vier Typen des historischen Erzählens", p. 549.

exemplar de virtude é diversas vezes mobilizada para a composição de caracterizações do segundo imperador brasileiro. Ele é, no texto, e sobretudo no capítulo 2 do livro I, uma espécie de anti-herói, cujos atributos físicos e intelectuais estariam muito aquém dos requisitos necessários a um bom homem de Estado. Essa imagem (contra-) exemplar do imperador aparece claramente no trecho abaixo:

> "Se de um lado [D. Pedro II] era incansável no trabalho e no movimento, de outro dominava-o a idéia meio fatalista de que tudo haveria de vir naturalmente a seu tempo, convindo fugir sempre de precipitações perigosas. Ao esforço ativo contrapunha-se a perplexidade ante as possíveis conseqüências de um salto no escuro. O resultado era que o insopitável afã de mobilidade se perdia em si mesmo, numa dança de São Guido. E como acabava sendo ele próprio, mesmo negando que o fosse, juiz inapelável da boa oportunidade para agir, tudo se ia paralisando ou esperando o momento em que uma espera maior poderia ser catastrófica."[41]

Remetidas ao contexto geral da narrativa, a mencionada regra geral de que regimes não democráticos tendem a ser pouco estáveis e a apresentação do imperador como um contra-modelo de bom dirigente político ilustram como, no texto, a constituição exemplar de sentido se relaciona à crítica. Em *Do Império à República*, o sentido exemplarmente constituído é apropriado pela crítica, passando a reforçar a negação da experiência do passado lembrada e de seus efeitos sobre o presente. A elaboração da crítica a partir do horizonte de generalidade de exemplos (trans-) históricos do politicamente bom e ruim e

[41] *Do Império à República*, p. 19. Veja-se, a seguir, outros exemplos interessantes do mesmo caso: "E como não sentir que aquela voz aflautada, como de falsete, parecia calhar mal num rei, filho de reis, nascido para mandar? E que aquelas pernas finas demais destoavam do físico avantajado? Era nas ocasiões mais solenes que esses contrastes se tornavam particularmente visíveis, quando Sua Majestade, empunhando o cetro, se apresentava em indumentária de gala: calças muito justas, sapatos de seda branca, manto feito com papos de tucano, alta e pesada coroa, que circundava toda a cabeça, a infalível 'cabeça de caju' dos caricaturistas, e encobria a saliência pronunciada da fronte" (p. 17); "E querendo mostrar-se sempre a par de tudo, querendo tudo prevenir, tudo saber ('já sei, já sei'), essa absorvente vigilância se desencontrava, não raro, com providências já tomadas ou antecipadas, acabando por entorpecê-las" (p. 19); "Queria ver suprimidos os abusos no sistema eleitoral, mas recuava ante a necessidade de uma decisão drástica. Empenhava-se pela extinção do trabalho escravo, mas achava que toda prudência era pouca nessa matéria. Gostaria que o Brasil tivesse em boa ordem as finanças e a moeda bem sólida, ainda quando esse desejo pudesse perturbar a promoção do progresso material, da educação popular, da imigração, que também desejava. Ora, a meticulosa prudência deixa de ser virtude no momento em que passa a ser estorvo: lastro demais e pouca vela" (p. 20).

do politicamente certo e errado pode então resultar em uma orientação histórica consistente, que sugere aos receptores do texto a necessidade de superação, pelo agir presente, de traços negativos persistentes na experiência histórica brasileira e de abertura, através desse movimento, de novas oportunidades de futuro.

Também se podem isolar e analisar manifestações do modo tradicional de constituição histórica de sentido no texto de Sergio Buarque de Holanda. Narrativas históricas tradicionais se relacionam a uma maneira de afirmação da identidade por meio da tematização das origens das ordens de significado vigentes em sua conformação. Tais origens são, nas histórias tradicionais, apresentadas como "lugares" extraordinários de experiência, situados antes ou depois do tempo e, em todo caso, fora da circunscrição da temporalidade ordinária. Ao fixar nas "origens" a fonte de sentido da vida atual, os *topoi* tradicionais do discurso historiográfico se fazem acompanhar de um olhar à experiência do passado, de que emerge uma interpretação histórica que convida ou coage (orienta) o agir a renovar ou restaurar caracteres originais apresentados como desgastados ou perdidos em meio à experiência presente.[42] Em *Do Império à República*, são perceptíveis referências discursivas a origens, constituídas sob a predominância de formas tradicionais, em uma idéia que se relaciona à delimitação do campo da experiência histórica pela narrativa. Poder-se-ia designá-la de idéia de Brasil.[43] Idéias como essa sempre são pressupostas pelas histórias concebidas e escritas desde uma perspectiva nacional e não necessariamente se situam em oposição a uma outra idéia mais geral, implícita nos pensamentos e discursos históricos, a de humanidade.[44] Humanidade é o mais geral dos critérios de sentido empregáveis na formação de identidades pelo pensamento histórico. Na ciência da história, diga-se de passagem, esse critério ganha a atribuição de uma idéia regulativa capaz de vetar representações que estimulem a formação de identidades na direção da afirmação de

---

[42] "Die vier Typen des historischen Erzählens", p. 545.

[43] Uma boa história da formação de parte daquilo a que essa idéia evoca, isto é, dos conteúdos da tradição política nacional brasileira, consta do livro de Noé Freire Sandes. *A invenção da Nação*: entre a Monarquia e a República.

[44] A idéia de humanidade é fundamental para o pensamento histórico, porque, afinal de contas, ele diz respeito essencialmente à experiência humana. Embora se refira em especial às atribuições da ciência da história, é generalizável a todo o escopo do pensamento histórico a interessante definição de Marc Bloch, em seu texto clássico sobre o ofício do historiador: "Há muito, com efeito, que os nossos grandes precursores, um Michelet, um Fustel de Coulanges, nos tinham ensinado a reconhecer: o objeto da história é por natureza o homem. (...) Por detrás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas, por detrás dos documentos escritos aparentemente mais distanciadas dos que as elaboraram, são exatamente os homens que a história pretende apreender. Quem não o conseguir será, quando muito e na melhor das hipóteses, um servente da erudição. O bom historiador, esse, assemelha-se ao monstro da lenda. Onde fareja carne humana é que está a sua caça". (*Introdução à História*, p. 88, trad. Maria Manoel, Rui Grácio e Vítor Romaneiro).

certos sujeitos pela rejeição total ou parcial da humanidade de outros. A participação fundamental da idéia de humanidade na elaboração do discurso histórico científico, de acordo com Rüsen, provém do fato de que nele se elaboram cognitivamente experiências do passado em meio a um contexto interpretativo propício a estimular a compatibilidade entre o critério regulativo da humanidade e outras idéias geradoras de identidades mais particulares, como as que se ligam, por exemplo, a nação, região ou grupo social.[45]

Em *Do Império à República*, humanidade e nacionalidade brasileira são idéias compatíveis. A disposição para a afirmação dessa nacionalidade atua em todas as representações do passado, que delimitam categorialmente um corte na experiência humana, a partir do qual se forma o conjunto da experiência brasileira. O texto de Sergio Buarque compartilha dessa disposição e pode ser encarado como uma história da formação da nação brasileira, com foco no agente estimulador da nacionalidade, o Estado, em uma determinada época, a segunda metade do século XIX. Nele, a idéia de Brasil introduz na constituição histórica de sentido a referência a uma origem, capaz de estabilizar a percepção do tempo coletivamente vivido e a viver por um grupo humano, como um desdobramento do passado ao futuro. Ela possui um caráter tradicional, porque concerne a uma duração situada antes do tempo e que resiste a ele, podendo, por isso, atingir igualmente as três dimensões temporais. Brasil é, então, uma duração unificadora da percepção do passar do tempo como processo, porque aparece no discurso de Sergio Buarque referido a passado, presente e futuro. Essa característica é, aliás, comum a qualquer representação histórica que pretenda apresentar o passado como o passado brasileiro. Quando tal característica ganha predominância sobre a totalidade narrativa, no entanto, é comum que venham a lume histórias do Brasil designáveis de mitos históricos.[46] Isso, conforme o que já se demonstrou, não é o caso em *Do Império à República*, porque aqui as durações atemporais tradicionalmente destacadas são absorvidas ao contexto de uma interpretação genética que as temporaliza, isto é, que as retira de um ambiente anterior ou posterior ao tempo, para situá-las no horizonte da temporalidade. Concretamente, esse

[45] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 60; *Razão Histórica*, p. 143-147.

[46] Gangolf Hübinger apresenta uma boa definição para o que se quer expressar aqui com "mitos históricos". Segundo ele, trata-se de construções discursivas que servem à sacralização ou demonização de lugares de memória, que inventam tradições como interpretações de origem ou fim e que avaliam épocas enquanto caminhos de salvação ou perdição (enquanto caminhos certos ou errados). Com isso, ainda de acordo com Hübinger, os mitos históricos se opõem ao caráter hipotético da ciência moderna e oferecem identificações de acentuado teor religioso. ("Geschichtsmythen in 'völkischer Bewegung' und 'konservativer Revolution': nationalistiche Wirkungen historischer Sinnbildung", p. 95).

trabalho de dinamização dos elementos narrativos tradicionais é realizado através de sua articulação a categorias genéticas, situadas no núcleo da narrativa, como a categoria de crise. A idéia de Brasil, incorporada ao sujeito central da narrativa, o regime imperial *brasileiro*, aparece, então, conectada à representação de uma mudança temporal, a crise que culminou na República. Com isso, preserva-se parte de seu conteúdo de sentido tradicional, mesmo que, agora, ele somente possa servir à orientação histórica através da temporalização imposta pela hegemonia dos *topoi* genéticos.

4.4. Contexto de orientação

Em *Do Império à República* predominam, portanto, os modos genético e crítico de constituição histórica de sentido. Os modos exemplar e tradicional aparecem subordinados aos dois anteriores, o primeiro ao modo crítico e o segundo ao genético. Todos esses tipos, identificados em conjunturas narrativas concretas do texto de Sergio Buarque de Holanda, concorrem em sua conexão sistemática para a formação do discurso historiográfico. Contudo, os modos, tipologicamente diferenciáveis, da constituição histórica de sentido somente fazem efetivamente sentido, quando integrados em uma totalidade narrativa capaz de interpelar as carências de orientação difusas em meio aos contextos histórico-sociais da vida no tempo. A unidade e a tensão de tais carências em uma determinada circunstância espaço-temporal é abrigada pelo conceito de contexto de orientação. *Do Império à República* pode ser interpretado como manifestação historiográfica produzida a partir de um certo contexto de orientação e como uma resposta a demandas de sentido dele afluentes. É isso o que se demonstrará a seguir.

Ao estabelecer sintonia com as carências de orientação do ambiente de recepção de seu texto, Sergio Buarque de Holanda está longe de fazer degenerar em ideologia a pretensão de verdade, típica da tradição da ciência da história, que sustenta. Ao contrário do que se tende a pensar, quando se reflete sobre a ciência da história a partir da auto-concepção profissional até hoje mais difundida entre os historiadores, uma história não pretende só e simplesmente enunciar o que e como foi, no passado, o caso. Embora seja condição fundamental de todo pensamento histórico digno desse nome a de comportar semelhante pretensão, não consiste a história, tanto a do historiador profissional, quanto a

realizada nas esferas da cultura histórica não diretamente atingidas pela especialização metódica da ciência, em uma reconstrução do passado desvinculada da experiência efetiva da vida, em meio a que essa reconstrução se faz. A pretensão de verdade do pensamento histórico, fixada muito bem no aforisma metódico segundo o qual cabe ao historiador mostrar os fatos do passado tal e qual eles efetivamente ocorreram, somente se pode levantar sobre o chão da relação entre experiências do passado e carências de orientação do presente. É dessa relação que aparece o critério que decide quanto àqueles que, dentre os feitos do passado, são suscetíveis a serem trazidos ao ambiente de uma história.

O significado histórico da experiência lembrada do passado depende, por isso, do contexto de orientação do presente. A mobilização do passado pela lembrança histórica propicia que sejam iluminados efeitos do passado presentes na vida atual e estimula uma ampliação da consciência subjetiva da historicidade, pela qual o agir e o sofrer humanos se deixam orientar. O passado presente no mundo atual, conforme o que já se assinalou, é, a princípio, tradição. A história é o procedimento intelectual com que se toma ciência dessa presença e se pode comunicá-la.[47] A história narrada por Sergio Buarque de Holanda em *Do Império à República* não é uma "explicação" pura e simples das mudanças que puseram fim ao regime monárquico brasileiro. Se é que faz sentido falar em explicação histórica, ela nunca diz respeito meramente à exposição dos acontecimentos. A explicação de Sergio Buarque para o que *foi* o fim do Império funde à exposição da coerência genética do desenvolvimento de uma série de fatos constitutivos da experiência histórica brasileira na época monárquica a compreensão de tal desenvolvimento e das experiências nele encerradas enquanto fatores significativos para a formação do mundo em que viviam autor e receptores do texto. Essa significação é sintoma da atualidade de uma tradição, que é tematizada pelo texto em sua dinâmica temporal. Trata-se de uma tradição política, de um padrão de orientação da ação política, consolidada na segunda metade do século XIX, depois de formada ao longo da primeira metade do mesmo século, a partir dos suportes culturais herdados dos anos coloniais, e que ainda fazia sentir os efeitos de sua existência sobre o comportamento político vigente entre os atores sociais contemporâneos de Sergio Buarque de Holanda. O exame histórico das transformações no jogo do poder no Brasil do Segundo Reinado, contido em *Do Império à República*, explicita a existência dessa tradição e dá a perceber sua atualidade no Brasil da época em que o texto veio à lume.

---

[47] *Razão Histórica*, p. 73-77.

A atitude que mais fortemente marca as conseqüências práticas da interpretação genética de tal tradição é a da crítica. Ao criticar traços centrais da experiência política imperial, Sergio Buarque de Holanda nega a tradição política brasileira e, com isso, nega também seus desdobramentos atuais. Vários trechos da narrativa deixam claro (mas nunca completamente explícito) o significado dessa segunda negação e, quanto a isso, um exemplo interessante é o capítulo 3 do livro V, intitulado "A Fronda Pretoriana", que trata das transformações sociais e culturais por que passou o Exército brasileiro ao longo do século XIX e das decorrências de tais alterações para as relações dessa corporação com o regime imperial. Em um segmento desse capítulo, ao destacar a constância na escolha de civis para as pastas ministeriais militares como um dos fatores do aumento da animosidade do Exército em relação ao governo imperial, Sergio Buarque afirma que a situação em que o titular do ministério não era um "especialista" nas matérias sob sua alçada, de forma alguma havia sido exclusividade do setor militar do governo, tendo ocorrido, e por diversas vezes, com outros ministérios, sobretudo os da fazenda e agricultura.[48] Isso, de acordo com ele, forneceria boas razões para que não se tomasse a ausência de um representante da corporação à testa do ministério como uma ofensa grave, boas razões, as quais, sobretudo nos anos 1880, quando vozes militares passaram a canalizar parte das insatisfações da classe para essa questão, não foram levadas em conta. Ao interpretar (e criticar) os motivos dessa desconsideração, Sergio Buarque se ampara em uma regra da experiência histórica, cujo escopo transcende as circunstâncias do passado brasileiro a que se refere de modo mais explícito, e que calha perfeitamente à crítica de conjunturas temporais muito mais próximas do autor. Às boas razões em questão fizeram os militares vistas grossas:

> "Primeiro, porque os componentes de uma classe, à qual se entregam armas para a defesa das instituições, estão facilmente sujeitos à tentação de usá-las para subverter as mesmas instituições, quando lhes parecer estas incômodas ou nocivas à sua nação ou à sua profissão, e a profissão se confunde muitas vezes com a nação para aqueles que a exercem. Depois, porque numa briga entre políticos e soldados, são praticamente nulas as possibilidades de se saírem bem os primeiros. Os políticos podem esquecer isso, mas os soldados bem sabem como a vontade de alguns pode ter muito mais valia do que a autoridade de

[48] *Do Império à República*, p. 334-335.

outros, de acordo com o princípio irrefutável de que o homem armado sempre tem razão."[49]

É plausível afirmar que essas palavras possuem uma ressonância de sentido que extrapola a dimensão da experiência lembrada do passado imperial e invade a circunscrição temporal do presente vivido por Sergio Buarque e por seu público à época da elaboração e publicação do texto. Não é demais lembrar o ano de sua primeira edição, 1972. Nessa época, controlavam o Estado brasileiro as Forças Armadas, que em 1964 tinham aplicado um golpe de Estado para depor o presidente João Goulart, democraticamente eleito, e que em 1968 reforçaram o caráter autoritário do regime implantado, com a edição do Ato Institucional n. 5. O posicionamento de Sergio Buarque de Holanda com relação ao ordenamento político que passou a ter vigência com o regime militar foi de crítica e oposição, como o demonstram diversas entrevistas e declarações à imprensa, sobretudo do final dos anos 1970 e, até mesmo, seu pedido de aposentadoria da Universidade de São Paulo em 1969, sabidamente uma forma de protesto contra a aposentadoria compulsória de colegas. Em um depoimento de 1977, por exemplo, a propósito do cancelamento pelo governo da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), afirmou que se poderia esperar tudo, "depois que o absolutismo foi restaurado no Brasil".[50] O contexto de orientação dentro do qual e para o qual *Do Império à República* foi elaborado é aquele que inspirou a atitude de oposição ao regime militar, de que dá mostra declarações como essa. Na citação apresentada há pouco, que se referia à permanente "tentação" dos militares à tomada do poder, é perceptível essa mesma atitude, mesmo que ela não se manifeste de maneira tão explícita quanto na

[49] Ibid., p. 335.

[50] Depoimento registrado pela *Folha de São Paulo* de 19 de junho de 1977. Outros trechos de declarações públicas de Sergio Buarque de Holanda ao final dos anos 1970 são também interessantes para a compreensão do sentido da crítica em *Do Império à República*. Em entrevista a Jary Cardoso, publicada na *Folha de São Paulo*, de 30 de maio de 1978, ele inicia com as seguintes palavras uma resposta à questão sobre que país seria o Brasil: "É um país que pode se dar ao luxo, em pleno século XX, de restaurar o absolutismo, as capitanias, a inquisicao e o banimento político de cidadãos. Antes dessa revolução, que se diz Redentora, houve outra Redentora que não baniu ninguém. Ela mesma foi banida, chamava-se Princesa Isabel"; Em outra entrevista, esta a Bernardo Bera, publicada pelo jornal Última Hora de 20 de maio de 1978, ele assim caracteriza os sistemas político e eleitoral instaurados pelos militares: "O eleitorado hoje é uma minoria, é um grupo formado pelo presidente. Até quando, eu não sei (...) Parece uma brincadeira o governo inventar: estes vão ser oposição, aqueles vão ser situação! Essa oposição existe, mas nunca vai tomar o poder, vai ter que se conformar em ser oposição. E isso é uma coisa única no mundo! O presidente Geisel diz que mesmo no Império havia dois partidos. Não! Mesmo naquela época, o Partido Liberal nasceu de um anterior, não foi imposto! (...) Uma vez que o povo não vota, não há democracia".

declaração de 1977. A diferença é que *Do Império à República*, por razões que se vinculam – para além dos requisitos metódicos da ciência da história e de sua incompatibilidade com uma retórica por demais radical – ao inchaço do aparato repressor do Estado brasileiro entre 1968 e 1974, disfarça a crítica ao regime militar, como uma maneira de torná-la possível, de fazê-la penetrável a um espaço público sobre o qual era exercido forte controle estatal. Trata-se, sem dúvida, em muitas passagens do texto, de críticas referidas às circunstâncias então vivenciadas no Brasil, mas essas críticas nunca são totalmente explicitadas enquanto tais, figurando, em geral, no interior de regras da experiência histórica, como a mencionada acima. A já abordada ancoragem da constituição crítica de sentido em *topoi* exemplares é uma estratégia narrativa fundamental em *Do Império à República* e pode-se dizer que consistiu em um mecanismo eficaz, empregado por Sergio Buarque para "driblar" a censura estatal.[51] Com isso se corrobora a opinião de Maria Odila Dias, para quem *Do Império à República* foi "a forma que deu o autor à sua resistência contra a ditadura militar".[52]

A crítica política ao regime militar, implícita na reconstrução historiográfica do passado, é uma resposta ao contexto de orientação em meio a que a narrativa foi composta. Ela surge como desdobramento de um ponto de vista político fundamental, que também atua na crítica a diretrizes de interpretação constitutivas da experiência do passado monárquico. Tal ponto de vista é o que defende a democracia como princípio de organização da vida política e já se mostrou como ele participa da constituição crítica de sentido pela narrativa, ao se tratar dos juízos de Sergio Buarque acerca da legislação eleitoral do Império, de suas modificações e dos argumentos empregados em sua defesa. Essa utopia da democratização das relações políticas no Brasil se revela constante em toda a obra do autor, e, sobretudo nos textos em que ele aborda historicamente aspectos políticos da experiência brasileira. Um bom indício da participação dessa aspiração em *Do Império à República* aparece em uma passagem em que Sergio Buarque procura explicar o fato de a prática do nepotismo, tão duramente criticada na época imperial, ter remanescido ainda mais forte sob a Primeira República. Nesse contexto, afirma ele que:

---

[51] Um estudo interessante relacionado a estratégias de resistência à censura durante o regime militar empregadas por alguns meios de imprensa é o de Maria Aparecida de Aquino. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência. *O Estado de São Paulo* e *Movimento*.

[52] Maria Odila Leite da Silva Dias. "Sergio Buarque na USP".

> "No exercício do poder, nada sugere que [os militares] sejam levados a buscar caminhos novos para a ampla participação popular. A acusação de favoritismo ou nepotismo ou, como se dizia, de filhotismo que tanto pesou sobre as oligarquias civis, pesará ainda mais sobre alguns governos de militares, como o de Deodoro e, principalmente, de seu sobrinho, o marechal Hermes da Fonseca. (...) Não se poderia esperar coisa diversa onde não se criaram condições para a participação da massa do povo na vida política".[53]

A crítica à persistência do nepotismo na Primeira República apresenta esse fenômeno como resultante da ausência de preocupações democratizantes pelas forças políticas que atuaram a favor da ruptura institucional de 1889. Para Sergio Buarque, somente a efetiva participação popular na política poderia anular definitivamente os efeitos perversos dos valores da tradição política brasileira, legados pela colonização portuguesa, fixados pelo Império e, em boa medida, preservados pela República – a despeito de profundas transformações sociais que já desde a segunda metade do século XIX afirma ele terem estado em curso. O desejo e a expectativa de construção da democracia no Brasil estão, portanto, no fundamento da crítica à orientação predominantemente não democrática das convicções políticas dos atores sociais da época imperial. Essa posição política em favor da democracia fica, a propósito, bastante clara no último capítulo de *Raízes do Brasil* (1936), intitulado "Nossa Revolução".[54] Nele Sergio Buarque de Holanda demarca sua posição política, afastando-a do liberalismo oligárquico tradicional – alvo preferencial da crítica em *Do Império à República* – do comunismo revolucionário e dos então ascendentes fascismos. Apesar dos mais de 30 anos que separam as datas de publicação de *Raízes do Brasil* e do texto sobre o fim do Império, há de um a outro a continuidade desse pressuposto político. A convicção democrática e o desejo da construção da democracia levaram Sergio Buarque a condenar já no texto de 1936[55] a persistência da tradição política consolidada pelo Império, mesmo depois de esgotados seus suportes na estrutura social em

---

[53] *Do Império à República*, p. 348.

[54] Antonio Candido. "A visão política de Sérgio Buarque de Holanda". In: Antonio Candido (org.). *Sérgio Buarque e o Brasil*.

[55] Não se pode aqui assegurar que o trecho em questão consta, de fato, da primeira edição ou se aparece somente a partir da segunda, publicada em 1948 trazendo substanciais alterações no texto original. Seria necessário para tanto um estudo comparativo das duas versões do texto.

renovação desde a metade do século XIX, e de findo o seu prazo de existência política.[56] Em 1972, em *Do Império à República*, uma semelhante perspectiva de interpretação da experiência imperial é montada sob a influência dos mesmos pressupostos políticos e concretizada empiricamente para estruturar uma narrativa, que funde críticas a um ordenamento político não democrático do passado, o da época monárquica, à sua substituição (encabeçada pelos militares de 15 de novembro de 1889) por um regime que também pouco fez pela democracia e aos desdobramentos então atuais da tradição política brasileira, associados à tomada e controle do Estado pelos militares, em uma temporalmente complexa e abrangente unidade de sentido, válida para a orientação subjetiva dos receptores por ela visados.

Essa manifestação em *Do Império à República* de uma perspectiva de interpretação semelhante à de *Raízes do Brasil* é um dado interessante, se enquadrada no contexto da própria trajetória intelectual de Sergio Buarque de Holanda. É sabido que, depois de *Raízes do Brasil*, o autor passou a centrar suas investigações históricas em temas com as bandeiras e monções na expansão territorial brasileira a Oeste (*Monções*, 1945; *Caminhos e Fronteiras*, 1957) e os motivos edênicos presentes no imaginário da conquista da América (V*isão do Paraíso*, 1959) e que nelas a postura crítica diante da tradição herdada do período colonial é mitigada pela valorização (geneticamente fixada) de alguns de seus aspectos positivos e produtivos.[57] O posterior retorno a uma temática propriamente política e a uma perspectiva de crítica da tradição ibérica em *Do Império à República* instaura uma certa continuidade interpretativa com o primeiro e mais famoso de seus textos e uma descontinuidade com os textos em que a categoria de fronteira é empregada na estruturação

---

[56] *Raízes do Brasil*, p. 176-177: "O trágico da situação está justamente em que o quadro formado pela monarquia ainda guarda seu prestígio, tendo perdido sua razão de ser, e trata de manter-se como pode, não sem grande artifício. O Estado brasileiro preserva como relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro. (...) A imagem do nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial".

[57] Esses comentários gerais acerca da obra de Sergio Buarque foram inspirados pelo livro de Robert Wegner (*A conquista do Oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda). Wegner enfoca, em especial, os desdobramentos cognitivos do emprego do conceito de fronteira nos textos publicados entre as décadas de 40 e 50 acerca da expansão do território brasileiro pelo Oeste e os interpreta como elementos equacionadores da tensão interpretativa entre as idéias de tradição e de modernidade, que estaria mal resolvida em *Raízes do Brasil*. A questão de fundo, que acompanha a todo o tempo o desenvolvimento de seu argumento e que se revela de um modo mais explícito no capítulo final, é a da relação entre tradição e modernidade no Brasil. Wegner enxerga na parte da obra de Sergio Buarque que trata dos temas das bandeiras e das monções uma arquitetura interpretativa aberta e conveniente à percepção da complexa dinâmica entre o tradicional e o moderno, constituinte marcante da experiência brasileira.

central da interpretação histórica, sobretudo os escritos durante os anos 1940 e 1950.[58] Isso talvez possa ser compreendido como decorrência de uma adequação de seu pensamento histórico às fortes demandas provenientes do contexto de orientação dos chamados "anos de chumbo" do regime militar no Brasil do século XX. Em tal adequação, não estaria Sergio Buarque a trair o ideal metódico da ciência da história, com a ajuda do qual todo historiador profissional reivindica validade para suas reconstruções do passado. Tal ideal, pelo contrário, estaria sendo dignificado, ao ser levado a concorrer para o melhor exercício das funções de orientação a que ele cumpre servir. Da existência e do significado dessas funções, de acordo com Jörn Rüsen tão importantes para a realização do pensamento histórico em sua versão científica, tinha o próprio Sergio Buarque de Holanda boa consciência. Em uma entrevista concedida nos anos 1970, ele assim a manifestou:

> "Eu diria, junto com Benedetto Croce, que toda história é história contemporânea. Ou seja, nós sempre privilegiamos um aspecto em função de nossa realidade (...) Nós contamos a história a partir da vivência cotidiana de nossos problemas, de nossa realidade. Os historiadores sempre foram e sempre serão presa fácil de seu tempo".[59]

---

[58] Um momento significativo dessa transição na obra de Sergio Buarque de Holanda é o artigo "A herança colonial: sua desagregação, escrito para o vol. 2 do Tomo II da coleção *História Geral da Civilização Brasileira*. Aqui são apresentadas e discutidas as conexões entre o passado colonial e a tradição política formada pelo Império. Ele destaca um movimento de "desagregação" da herança colonial no momento imediatamente posterior à emancipação política brasileira, quando se afirmou o centralismo como princípio organizador do Estado, tendo sido sobrepujado o localismo político sedimentado ao longo do período colonial, que estaria muito mais afinado a um regime de caráter federal. Em vista disso, a contenção das tendências politicamente dispersivas operada pela centralização imperial não podia deixar de ser tomada como uma "vitória" sobre a pressão das raízes coloniais (p. 20-26). Apesar dessa "vitória", o posterior reinado de D. Pedro II não teria sido palco de outras transformações significativas nas tradições coloniais. Nele, ou melhor, através dele se teriam acomodado as rupturas que sucederam à emancipação política aos costumes e tradições coloniais remanescentes, em uma composição cujo resultado teria sido o de um "apaziguamento" das transformações por meio de sua adaptação aos valores mais fortes da tradição colonial (p. 38-39).

[59] Entrevista a João Marcos Coelho, publicada na *Veja* de 28 de janeiro de 1976. Um outro reconhecimento da importância da função orientadora do conhecimento histórico por Sergio Buarque consta de uma conferência aparentemente não publicada pelo autor, que foi proferida na década de 60 a convite dos alunos do Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay. O manuscrito contendo 17 páginas datilografadas se encontra no Arquivo Central da Universidade de Campinas e assim se encerra: "O que nos compete a nós, estudiosos e estudantes de História é, antes de tudo procurar viver o nosso tempo, sentir as suas pulsações, pressentir, se possível, os seus rumos e, se preciso, nos acumpliciarmos com suas aspirações, ainda que nos exponham ao risco de passarmos por inconformistas, demolidores, talvez sediciosos".

Em *Do Império à República*, ao narrar a crise que pôs fim à Monarquia brasileira, ao cabo da qual se instaurou a forma republicana de governo, Sergio Buarque de Holanda narra também uma história da formação de parte de seu mundo. Muitos dos valores e hábitos políticos nele vivos guardavam uma forte conexão histórica com a experiência política lembrada do Império, como que a esperar pelo historiador que enfim pudesse sobre eles jogar luz. Sergio Buarque conseguiu satisfazer, em parte, essa "expectativa" da tradição política brasileira e somente o fez porque conseguiu que agisse sobre ela, em meio ao feixe de luz da historiografia, o fermento diluidor da crítica. Ao longo dessa tentativa simultânea de iluminação e diluição do passado, – em grande parte exitosa – mesmo quando e onde menos o poderia perceber, esteve, como lembrou estarem sempre os historiadores, sob a custódia infalível de seu próprio tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Razão e garantias de validade na ciência da história

A argumentação precedente montou um quadro geral de idéias, com o qual é possível compreender parte do que está em jogo na prática profissional dos historiadores acadêmicos. Foi esse o sentido do destaque e discussão da teoria da história de Jörn Rüsen e da análise de *Do Império à República*, em que se empregaram as considerações teóricas de Rüsen para a compreensão daquilo que é por ela mesma apresentada como seu objeto fundamental, a ciência da história. Pretende-se que tal argumentação tenha, em alguma medida, demonstrado a pertinência e reforçado a validade dos esforços de compreensão do pensamento histórico usualmente despedidos no campo da teoria da história, e, em particular, do trabalho de elaboração de uma teoria sistemática da história, a que se dedicou Rüsen nos anos 1980. Como uma maneira de complementar a efetivação de tal propósito, é interessante que estas considerações finais sejam dedicadas a um tema bastante recorrente no conjunto de textos de Rüsen em que a presente dissertação procurou se concentrar, o das garantias de validade no pensamento histórico científico. A abordagem desse tema permite que se compreenda melhor a concepção de razão pressuposta por

Rüsen na elaboração de sua teoria da história, enquanto elemento participante das operações em que se realiza o trabalho cognitivo da ciência da história.

Garantias de validade são aquilo sobre o que se sustenta a crença na verdade de narrativas históricas. Elas não são uma exclusividade da ciência da história, pois qualquer narrativa de caráter histórico pretende que em seu conteúdo esteja enunciada a verdade acerca das circunscrições factuais a que faz referência. Essa "não-exclusividade" coloca um problema à tradição intelectual a que se filiam os historiadores profissionais, o referente a se há ou não uma especificidade nas pretensões de verdade sustentadas por suas narrativas. Pode-se abordar esse problema com base em uma idéia derivada da teoria da história de Rüsen, a de que na ciência da história a obediência a um cânone de formas de argumentação imprime na historiografia algo com que se pode marcar sua diferença com relação a outros modos do pensamento histórico. Trata-se de uma diferenciação de grau, pela qual a ciência da história é levada a modular em um formato especificamente "científico" pretensões de verdade, que, não obstante essa diferença, são de mesmo tipo das do que, à falta de um termo mais apropriado, pode-se chamar de pensamento histórico genérico. Tal diferenciação decisiva para a ciência da história pode ser abordada enquanto resultado do que Rüsen definiu como metodização do pensamento histórico. De modo a preparar condições para avaliar o significado dessa metodização, definidora de um dos critérios de que se pode lançar mão para a identificação de narrativas históricas científicas, talvez seja útil mencionar duas anedotas retiradas coincidentemente do ambiente literário de língua espanhola e transformá-las em pontos de referência da reflexão. Essas anedotas não dizem respeito diretamente à problemática da ciência da história, mas podem ser mobilizadas para iluminar alguns aspectos, em dada medida, também caros a ela, porque relacionados à crença na validade de representações da realidade empírica.

A primeira delas foi registrada pelo escritor argentino Jorge Luis Borges, que conta que, certa vez, não pôde agarrar a oportunidade de realizar um dos maiores deboches de todos os tempos. Nessa ocasião, uma entrevista em Madri, ele teria tencionado responder afirmativamente a um jornalista que lhe questionara quanto à real existência de um Aleph – o ponto do espaço que sua imaginação definiu como o lugar que contém todos os outros lugares. Os planos do escritor, não se puderam concretizar, porque, logo em seguida à destrambelhada pergunta, um amigo seu interveio ridicularizando a gafe do entrevistador. É interessante notar, todavia, que ela foi justificada pelo jornalista com a afirmação de que

o ter lido no conto o nome da rua que abrigaria a suposta maravilha produzira nele uma espécie de impressão de verdade.[1]

Argumentação dotada de um fundamento semelhante já se conhecia na réplica do mais conhecido herói espanhol, D. Quixote, à incitação do cônego de Toledo para que deixasse de acreditar na realidade dos feitos relatados nas novelas de cavalaria que tanto admirava. O relutante fidalgo da Mancha, a despeito da insistência do religioso, supôs não ter porquê abandonar a crença na veracidade das narrativas das façanhas que inspiraram seu ingresso nas fileiras da cavalaria andante. Para ele, o fato de em tais narrativas constarem informações quanto ao nome do pai, da mãe, dos parentes e à idade dos cavaleiros delas personagens consistia em uma razão mais do que suficiente para crer que elas relatavam acontecimentos que verdadeiramente tinham se passado.

Duas percepções retratadas nesses "causos", a, aparentemente factual, do jornalista perante o conto de Borges e a, sabidamente fictícia, de D. Quixote perante as novelas de cavalaria, tornam evidente que algo nas concepções de realidade dos personagens que as vivenciaram não se coaduna com as imagens do mundo real compartilhadas intersubjetivamente com maior freqüência entre os seres humanos. Concepções de realidade são representações que, apesar de não poderem ser julgadas em função de sua maior ou menor correspondência à verdadeira natureza das coisas[2], podem ser mais ou menos racionais, isto é, mais ou menos sustentáveis em relação a critérios de razoabilidade fixados ao longo da trajetória temporal da cultura humana.

Todavia, mesmo quando tais concepções dão margem a percepções menos racionais e, portanto, mais absurdas, como é o caso dos relatos acima, é possível localizar elementos que ajudam a refletir sobre o que se encontra na base da crença na validade de narrativas históricas. Uma história é considerada verdadeira quando suas referências a

---

[1] Transcreve-se, a seguir, a versão apresentada por Jorge Luis Borges para o incidente em um comentário à edição inglesa de *O Aleph* de 1970, que a edição brasileira (São Paulo: Globo, 2001) reproduz à página 8: "Uma vez, em Madri, um jornalista perguntou-me se era verdade que Buenos Aires tinha um Aleph. Quase caí na tentação de dizer-lhe que sim, mas um amigo interveio indicando que, se existisse tal objeto, não só seria a coisa mais famosa do mundo como também mudaria toda a nossa idéia do tempo, da astronomia, da matemática e do espaço. 'Ah!', disse o jornalista, 'então tudo é invenção sua. Pensei que era verdade porque o senhor tinha dado o nome da rua'. Não me atrevi a dizer-lhe que nomear ruas não é coisa de outro mundo". É conveniente dizer que se supõe que Borges relata um episódio que de fato aconteceu. É possível, no entanto, que se trate de uma brincadeira do autor com a intenção de iludir o leitor com o mesmo artifício que ela denuncia. Todavia, mesmo para o caso de uma brincadeira o exemplo não perde sua fecundidade heurística, uma vez que passe a ser tomado como um indício, produzido através de recurso ficcional, de uma disposição humana para a requisição de razões em que se fundamente a crença na validade de relatos sobre o mundo.

[2] Richard Rorty. "The continuity between the enlightenment and 'post-modernism'".

estados de coisas passados é aceitável para aqueles aos quais ela se dirige. Essa aceitabilidade depende de que a história convença o leitor de que nela o conteúdo factual do passado foi tratado de forma pertinente, sendo a dinâmica dessa persuasão variável para cada modalidade do pensamento histórico. Na ciência da história, a vertente mais sofisticada do pensamento histórico, a aceitabilidade de uma narrativa está sujeita a requisitos (metódicos) de um grau tal, que dele estão dispensadas as demais formas de consciência histórica. Não obstante essa diferença, é importante ressaltar que a decisão sobre se uma narrativa dá ou não expressão a uma compreensão sustentável acerca do passado reduz-se, em todo caso, a uma matéria de fé. *Acredita-se* que tal ou qual narrativa histórica retrata, reconstrói, representa a experiência do passado, tal como testemunhada pelas fontes, de forma melhor ou pior. Essa representação, por estar associada a operações e estados mentais como a persuasão, a convicção e a crença, sempre terá que ser situada no âmbito do possível e do provável e não no do certo.[3] A condição de necessidade que torna obrigatório ter ou apresentar motivos para ser persuadido por, estar convicto de e crer na verdade de uma narrativa histórica indica, no entanto, que se trata de operações e estados mentais desencadeados à sombra do que, na falta de um melhor termo, pode-se chamar, recorrendo à tradição filosófica, de razão.

Tal condição, aliás, não vale somente para crença na veracidade de narrativas históricas, pois qualquer crença minimamente racional depende de suportes argumentativos que, de alguma maneira, sejam capazes de provê-la de uma justificação. A justificação apresentada para que se creia ou descreia em alguma representação é o que permite avaliar o teor de racionalidade de uma crença, mas, de todo modo, só o fato de as crenças e convicções requererem justificativas já é ilustrativo de um potencial de racionalidade oculto nos processos cotidianos em que a linguagem é mobilizada para permitir a comunicação entre as pessoas. Esse potencial pode ser visualizado até mesmo em circunstâncias em que se trata de crenças claramente absurdas, como a no Aleph ou a nos heróis da cavalaria andante. Por incrível que possa parecer, também nesses dois casos é possível perceber a presença formal dos mesmos elementos que dão suporte a crenças tidas por não absurdas e mais racionais. Pois também os personagens dessas duas situações recorreram a alguma espécie de justificativa quando suas crenças foram colocadas sob dúvida ou submetidas ao ridículo. O jornalista só foi levado a supor a existência de algo

[3] Algumas dessas reflexões acerca do papel da crença no passado enquanto pressuposto do conhecimento histórico foram inspiradas em H.-I. Marrou. *Do Conhecimento Histórico*, p. 119-124; 262-266.

maravilhoso que jamais vira, porque o autor real do conto se colocou enquanto seu personagem fictício, forneceu a informação de que o Aleph se situaria na rua Garay, em Buenos Aires e porque isso foi o bastante para convencê-lo. E D. Quixote, por seu turno, mesmo envolto pela loucura, também precisou se agarrar a alguma justificativa que reforçasse sua crença: viu no fato de as narrativas dos feitos dos cavaleiros terem sido comumente acompanhadas de informações pessoais acerca dos personagens a que faziam referência razões para supor a factualidade (passada) de tais cavaleiros, bem como para crer que os seus feitos não estavam sendo apresentados de forma mentirosa.

Assim como o jornalista e como D. Quixote, também qualquer pessoa somente se dispõe a aceitar que uma representação é verdadeira quando ela sustenta uma pretensão de verdade julgada aceitável. A diferença fundamental está em que só as pessoas a que a linguagem comum reserva o adjetivo "crédulas" poderiam aceitar como válidas justificativas como as que apresentaram os dois. Transposta para a problemática do conhecimento histórico, a moral dessas estórias indica que uma narrativa histórica deve oferecer razões para que se a aceite e para que se rejeite narrativas contraditórias ou insuficientes com relação a ela. Nos casos do entrevistador de Borges e de D. Quixote as razões arroladas não são aceitáveis e podem seguramente ser tomadas por ridículas ou tresloucadas porque elas são inconsistentes, porque as razões para não se crer na veracidade dos relatos que avalizam são infinitamente mais fortes. Contra as crenças na existência do Aleph e dos heróis da cavalaria andante, e contra tudo aquilo com base no que se poderia justificá-las, pesa quase tudo o que se veio, depois de uma longa evolução histórica, a entender como sendo a natureza das coisas. Pesam contra-relatos que podem ser imaginados mentalmente e que contradizem os relatos com base nos quais tais crenças são sustentadas. O que a constância dessa ponderação intersubjetiva, que decide quanto à razoabilidade das representações, evidencia é o fato de que essa razoabilidade depende da qualidade das razões que as próprias representações oferecem para que se creia nelas e para que se rejeite representações competidoras. Levada para baixo de certo patamar a qualidade da argumentação, degenera a crença e o potencial de racionalidade presente nas suas demandas por suportes argumentativos em mera credulidade, na crença sustentada por razões visivelmente inconsistentes.

Essa possibilidade de predomínio da credulidade sobre a crença (racional) mantém-se sempre como um risco a ser contornado pelas representações historiográficas

interessadas na ampliação sistemática dos potenciais de racionalidade presentes em todo o pensamento histórico. A eventual superação desse risco é decidida, em todo caso, em uma dimensão do conhecimento histórico, isolável analiticamente do ordenamento narrativo fundamental, a dimensão argumentativa.[4] Por causa disso, é importante distinguir os modos propriamente históricos de conduzir a argumentação das pretensões de verdade e, nesses modos, especificar a modalidade argumentativa que diferencia a história como ciência. Quem quer que conte ou escreva uma narrativa histórica de forma bem intencionada pretende que sejam tomados por verdadeiros os relatos de "fatos" do passado e as explicações, neles embutidas, referentes às causas ou às motivações que estiveram na base do acontecido. Reivindica, portanto, que sua narrativa se relaciona pertinentemente à experiência do passado. A ciência da história, todavia, pode ser pensada como a tradição intelectual sobre a qual repousa a possibilidade de que não se tenha que depender só das boas intenções dos historiadores para a obtenção de representações significativas e empiricamente confiáveis acerca do passado humano. É exatamente a existência, paralela ao corpo da narrativa histórica, de uma argumentação conduzida de acordo com as convenções disciplinares estabelecidas ao longo da história da ciência da história o que decide sobre a conveniência de se chamar de "científico" um desses produtos intelectuais. Quando se trata de narrar a experiência do passado de acordo com os cânones da ciência da história está em jogo a rigorosidade na produção e apresentação de provas que certificam que o que se passou, passou-se de um modo suscetível de ser representado pelo que é narrado na história. É a qualidade argumentativa dessas provas que fornece razões para que se acredite que na história se exprime uma compreensão razoável da porção da experiência humana a que o historiador decidiu abordar. Nas narrativas típicas da ciência da história, as provas conformam garantias de validade que emprestam aos desdobramentos historiográficos da pesquisa histórica um grau de confiabilidade de que não podem gozar as manifestações não especializadas do pensamento histórico. Fundamental para essa confiabilidade é que as garantias de validade sejam racionalizadas e sistematizadas na forma de argumentos empiricamente controláveis e normativamente defensáveis. O controle empírico dos argumentos, em particular, é efetivado através da exigência de um

[4] Alan Megill ("Recounting the past: 'description', explanation and narrative in historiography") distingue quatro tipos de propósitos encontráveis em proporções variáveis nos textos históricos: o "descritivo", o explicativo, o interpretativo e o argumentativo. A partir dessa distinção é útil pensar que a historiografia comporta quatro dimensões diferenciáveis: a da descrição, a da explicação, a da interpretação e a da argumentação. É isso o que pressupõe o enunciado anterior.

rigor na disposição das provas, cujo grau de suficiência é estabelecido pelos critérios intersubjetivos e historicamente fixados, que regulam a produção do saber histórico entre os historiadores profissionais.

A argumentação que na ciência da história pretende assegurar a pertinência empírica da narrativa não pode, portanto, ser restrita aos padrões de validade e veracidade embutidos na pergunta (alegadamente verdadeira) do jornalista a Borges e na contestação (fictícia) de D. Quixote ao religioso de Toledo. Os historiadores profissionais não podem sustentar a validade de seus trabalhos de reconstrução do passado recorrendo a provas como as que levaram o jornalista a supor a existência do Aleph e D. Quixote a acreditar que seus heróis tinham de fato existido. Para os membros dessa comunidade científica, tais provas são visivelmente insuficientes para garantir qualquer afirmação quanto aos estados de coisas que pretendem atestar. Para entender o porquê dessa insuficiência é que importa dar destaque aos elementos que conformam o que a prática secular dos historiadores fixou enquanto regras da pesquisa histórica. É a fundamentação dos procedimentos narrativos e argumentativos nos resultados de pesquisas, conduzidas em conformidade com o cânone que a própria história das investigações históricas se encarregou de tornar convencional, o que especifica o grau das garantias de validade que a ciência da história pode oferecer. A pesquisa histórica é a etapa do trabalho do historiador em que o contato e o diálogo com as fontes assumem uma dimensão de primeiro plano. Nessa etapa, conforme o que já se discutiu no capítulo 2, a massa documental legada pelo passado ao presente é explorada com o auxílio de perspectivas de interpretação previamente esboçadas, que guiam o trabalho de extração de informações, ao mesmo tempo em que vão se deixando modificar por elas. Uma analogia de Rüsen representa bastante bem essa relação entre as perspectivas orientadoras da experiência do passado e as fontes, ao comparar as primeiras a esponjas umedecidas e as segundas a porções de água colocadas em recipientes. A umidade das perspectivas remete ao fato de que elas já se apresentam carregadas de experiência (do passado e do presente) antes mesmo de sua imersão na água das fontes e de seu preenchimento e modelagem pelas informações dela provenientes.[5] Esse simultâneo inchaço e modificação das perspectivas tornam manifesto que a concretização empírica delas se dá através do diálogo com as fontes. A possibilidade do diálogo, por sua vez, só existe porque as perspectivas nele assumem a forma de "contextos de perguntas", aptos a

[5] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 72.

promover uma abertura da realidade empírica do passado testemunhada pelos documentos.[6]

Do modo como é realizada essa abertura depende a qualidade da argumentação histórica. Esse modo permite que seja atingido um certo patamar de coerência, consistência e pertinência da argumentação, que delimita, no plano do pensamento histórico, o espaço específico da ciência da história. A "cientificização" somente é possível quando a abertura da experiência testemunhada nas fontes pelas perspectivas de interpretação é feita de uma maneira particularmente cuidadosa. A pretensão sustentada pela ciência da história de ser o ancoradouro de uma racionalidade de grau superior àquele que acompanha as manifestações genéricas do pensamento histórico repousa fundamentalmente nesse modo de abrir a experiência e nas conseqüências disso para a produção de representações históricas. Esse cuidado adicional, que caracteriza e distingue a ciência da história, pode ser expresso, de forma mais precisa, com a ajuda de um conjunto de idéias formuladas por Jörn Rüsen e condensadas na órbita de seu conceito de metodização. Elas foram apresentadas no capítulo 1, quando se tratou da diferença de grau entre a orientação histórica em geral e a especificamente científica. É recorrendo a "princípios de metodização" que Jörn Rüsen descreve a "cientificização" enquanto um processo diferenciador do pensamento histórico. Cientificidade na história não diz respeito a um ajustamento do pensamento histórico a uma concepção prévia e geral do que seja a ciência, mas à adequação a um padrão intersubjetivo de modos de proceder a pesquisa histórica e de empreender a fundamentação da narrativa sobre seus resultados. Já foi mencionado o procedimento fundamental pelo que se realiza essa adequação, o da incorporação sistemática, ao ambiente narrativo, da dúvida quanto à validade de sentenças e narrativas históricas.[7] A incorporação da dúvida sobre a validade permite controlar suficientemente a qualidade dos argumentos históricos. Com esse controle metódico, as garantias de validade das narrativas podem ser sistematizadas e ampliadas.[8] Isso leva à constatação apenas aparentemente paradoxal de que a ciência da história oferece garantias de verdade àquilo que as narrativas enunciam exatamente à proporção que o conhecimento disposto nelas é tornado inseguro pela ação do poder desestabilizador da dúvida metódica quanto a sua validade. Rüsen resolve muito bem o problema ao sugerir que a metodização do

---

[6] *Ibid*. p. 68.
[7] *Razão Histórica*, p. 98.
[8] *Rekonstruktion der Vergangenheit*, p. 11.

pensamento histórico corresponde à passagem de uma *certeza insegura* para uma *certa insegurança*, querendo com isso destacar que na ciência da história as relações com a experiência, normas e idéias são estabelecidas sob o primado da relatividade.[9]

O significado dessa postura filosófica de Rüsen tem a ver com o reconhecimento de que não existe algo como a verdade última acerca das coisas do passado humano a esperar pelo historiador que enfim a conseguisse libertar da prisão do esquecimento com o auxílio de uma perspectiva finalmente apta a dar expressão a um ponto de vista supremo e apartidário. A idéia de que o pensamento histórico é, na ciência da história, objeto de metodização pretende, tão somente, acrescentar a esse reconhecimento um matiz. É que mesmo que, definitivamente, não seja um bom modo de colocar a questão da verdade no conhecimento histórico o que parte do pressuposto de que a ciência da história se definiria em torno de uma pretensa capacidade de se aproximar de algo como a verdade do passado, ainda assim, é possível, e até necessário, indicar uma diferença entre as garantias de validade fornecidas pela ciência e as que se encontram em outros tipos de manifestação do pensamento histórico – como realizações culturais que recorrem à interpretação histórica no exercício de suas funções de atribuição de sentido (discursos políticos, músicas, romances, novelas de televisão), narrativas históricas produzidas fora do ambiente acadêmico especializado e interpretações subjetivas da experiência do tempo realizadas historicamente, formadoras de parte da base do agir e sofrer cotidiano dos seres humanos. Trata-se somente de uma diferença de grau. (Conforme o que deixa claro Rüsen, os critérios com os quais se avalia a validade das histórias são os mesmos para a totalidade do pensamento histórico).[10] Mas isso não pode ofuscar a percepção de que há uma diferença e nem levar a esquecer que sobre ela repousa a racionalidade específica que a ciência da história reivindica para seus produtos historiográficos. Ademais, a diferença no grau das garantias de validade e da plausibilidade entre histórias científicas e não científicas também pode ser situada no patamar interno da própria ciência da história. Também aqui, é possível e necessário que histórias comportem graus de garantia de validade distintos, e que, portanto, sejam mais ou menos plausíveis que outras.

Mesmo que verdade e validade não signifiquem os termos da expressão de uma exata correspondência entre linguagem e realidade, entre palavras e coisas, não implica isso necessariamente na incomensurabilidade absoluta das representações, cujas formas se

[9] *Razão Histórica*, p. 104; 114; 123.
[10] *Ibid.*, p. 84-93.

discutiram no capítulo 3, e nem, muito menos, na impossibilidade da representação. É contra esse equívoco que se apresenta a idéia de metodização como forma de especificar as garantias de validade da ciência da história. Ela permite perceber que a possibilidade da representação do passado continua em aberto para os historiadores e que essa abertura significa que, muito embora não digam respeito à verdade essencial e última das coisas, representações históricas ainda podem ser melhores ou piores que outras. Melhores ou piores, se se admitir que o critério de excelência dispõe sobre qualidades como as pertinências empírica, normativa e narrativa, a coerência e a consistência daquilo que a linguagem põe no lugar do mundo na forma de sentido histórico. Melhores ou piores, se se conceder que há um (e só um) mundo humano, formado da acumulação de seu passado e das expectativas quanto a seu futuro e que, quando se trata das identidades em função das quais a vida atual nele se dá, é importante abordar historicamente as experiências e expectativas que o conformam. Melhores ou piores, se se considerar que esse mundo pode ser abordado com maior ou menor maestria metódica por historiadores, os quais pretendem dizer a verdade acerca dele, oferecendo como penhor dessa pretensão razões que, no debate historiográfico, podem ser julgadas melhores ou piores.

Assim compreendido o problema da verdade, no percurso que leva ao esgotamento antigas suposições acerca da faculdade humana do conhecer, passa a ser visível uma trilha que se prolonga na direção de uma outra racionalidade.

BIBLIOGRAFIA

1) ***Fontes***

1.1) Textos de Jörn Rüsen

1.1.1) *Livros*

RÜSEN, Jörn. *Zerbrechende Zeit*: über den Sinn der Geschichte. Köln: Böhlau, 2001.

____. *Razão Histórica*: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001. (titulo original: *Historische Vernunft*: Grundzüge einer Historik I: die Grundlagen der Geschichtswissenschaft. Göttingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 1983).

____. *Rekonstruktion der Vergangenheit*: Grundzüge einer Historik II: die Prinzipien der historischen Forschung. Göttingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 1986.

____. *Lebendige Geschichte*: Grundzüge einer Historik III: Formen und Funktionen des historischen Wissens. Göttingen: Vanderhoeck & Ruprecht, 1989.

1.1.2) *Artigos*

____. "Kann Gestern besser werden?: über dir Verwandlung der Vergangenheit in Geschichte". *Geschichte und Gesellschaft*, n. 28, 2002, p. 305-321.

____. "Making Sense of Time: towards a universal typology of conceptual foundations of historical consciousness". *Historical Inquiry*. Taiwan, n. 26, 2002, p. 189-205.

____. "Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio". *História: debates e tendências*, v. 2, n. 1, 2001, p. 9-22.

____. "Interview". In: Domanska, Ewa. *Encounters*: Philosophy of History after post-modernism. Charlottesville: University Press of Virginia, 1998, p. 138-165.

____. “Historik: Überlegungen zur metatheoritischen Selbstauslegung und Interpretation des historischen Denkens im Historismus (und außerhalb)”. In: Kütler, W.; Rüsen, J.; Schulin, E. (Hrsg.). *Geschichtsdiskurs*: Band 3: die Epoche der Historisierung. Frankfurt am Main: Fischer, 1997, p. 80-99.
____. “Narratividade e objetividade nas ciências históricas”. *Textos de História*. Brasília, v. 4, n. 1, 1996, p. 75-102.
____. “Some theoretical approaches to intercultural comparative historiography”. *History and Theory*, v. 35, n. 4, 1996, p. 5-22.
____. “Erfahrung, Deutung, Orientierung: drei Dimensionen des historischen Lernens”. In: *Historisches Lernen*: Grundlagen und Paradigmen. Köln: Böhlau, 1994, p. 64-73.
____. “Rhetoric and Aesthetics of History: Leopold von Ranke”. *History and Theory*, v. 29, n. 2, 1990, p. 190-204.
____. “Historical narration: foundations, types, reason”. *History and Theory*, v. 26, n. 4, 1987, p. 87-97.
____. “The didatics of history in West Germany: towards a new self-awareness of historical studies”. *History and Theory*, v. 26, n. 3, 1987, p. 275-286.
____. “Die vier Typen des historischen Erzählens”. In: Koselleck, R.; Lutz, H.; Rüsen, J. (Hg.). *Formen der Geschichtsschreibung* (Theorie der Geschichte: Beiträge zur Historik, Band 4). München: DTV, 1982, p. 514-605.

1.2) Textos de Sergio Buarque de Holanda

1.2.1) *Livros*

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
____. *Do Império à República*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1985. (*História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol. 2)

1.2.2) *Artigos*

____. “Prefácio do Tradutor”. In: Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). São Paulo: Martins, 1984, p. 5-35.
____. “A herança colonial: sua desagregação”. In: Holanda, Sergio Buarque de (org.). *O Processo de Emancipação*. São Paulo: Difel, 1982, p. 9-39. (*História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, vol. 2)
____. “Introdução Geral”. In: Holanda, Sergio Buarque de (org.). *Do descobrimento à expansão territorial*. 6. ed. São Paulo: Difel, 1981, p. 7-11. (*História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo I, vol. 1)
____. “O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke”. *Revista de História*, v. 50, n. 100, 1974, p. 431-482.
____. Palestra sem título registrado, proferida a convite dos alunos do Centro de Estudos Históricos Afonso de Taunay. s/d. (Fundo Sergio Buarque de Holanda – SIARQ/Unicamp; Pi 179 P18)

2) ***Bibliografia Principal***

2.1) *Livros*

BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a Humanidade*: uma antologia de ensaios. (ed. Henry Hardy; Roger Hausheer). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1997.

CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque e o Brasil.* São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*: a elite política imperial. *Teatro de Sombras*: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIDDENS, Anthony. *Política, Sociologia e Teoria Social*: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força*: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Eduerj; Contraponto, 1999.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MARROU, H.-I. *Do Conhecimento Histórico*. Lisboa: Aster, 1976.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do Voto.* São Paulo: Giordano, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa.* Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

SOUZA, Jessé. *A Modernização Seletiva*: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Ed. UnB, 2000.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. 2 vols. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.

2.2) *Artigos*

ANKERSMIT, Frank. "Historicism: an attempt at synthesis". *History and Theory*, v. 34, n. 3, 1995, p. 143-161.

____. "Review of Jörn Rüsen's *Rekonstruktion der Vergangenheit*: Grundzüge einer Historik II". *History and Theory*, v. 27, n. 1, 1988, p. 81-94.

CALDAS, Pedro S. Pereira. "Bildung e narrativa: as teorias de Jörn Rüsen interpretadas à luz de Johann Gustav Droysen". João Pessoa, 2003 (trabalho apresentado no XXII Simpósio Nacional de História).

DE JONG, Henk. "Historical orientation: Jörn Rüsen's answer to Nietzsche and his followers" (Review of Jörn Rüsen's *Historische Orientierung*). *History and Theory*, v. 36, n. 2, 1997, p. 270-288.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. "Sergio Buarque na USP". *Revista de Estudos Avançados*, n. 22, 1994.

____. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In: *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

HEIDEGGER, Martin. “A mundanidade do mundo”. In: *Ser e Tempo*. Parte I. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 103-163 (§14-24).

HÜBINGER, Gangolf. “Geschichtsmythen in ‘völkischer Bewegung’ und ‘konservativer Revolution’: nationalistiche Wirkungen historischer Sinnbildung”. In: Blanke, H.; Jaeger, F.; Sandkühler, T. (Hg.). *Dimensionen der Historik*: Geschichtstheorie, Wissenschaftgeschichte und Geschichtskultur heute: Jörn Rüsen zum 60. Geburtstag. Köln: Böhlau, 1998, p. 93-104.

HUMBOLDT, Wilhelm von. “Sobre a tarefa do historiador”. *Anima:* história, teoria e cultura. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2001, p. 79-89.

IGGERS, Georg. “Historicism: the history and the meaning of the term”. *Journal of the History of Ideas*, n. 56, 1995, p. 129-152.

IGLÉSIAS, Francisco. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In: Vários autores. *Sérgio Buarque de Holanda*: 3º Colóquio UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 9-53.

____. “Evocação de Sergio Buarque de Holanda”. *Revista do Brasil*, v. 3, n. 6, 1987, p. 122-128.

KOSELLECK, Reinhart. “Historik und Hermeneutik”. In: *Zeitschichten*: Studien zur Historik. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003.

LORENZ, Chris. “Postmoderne Herausforderungen an die Gesellschaftsgeschichte?”. *Geschchite und Gesellschaft*, n. 24, 1998, p. 617-632.

____. “Can histories be true? Narrativism, positivism and the ‘metaphorical turn’”. *History and Theory*, v. 37, n. 3, 1998, p. 309-329.

MARTINS, Estevão de Rezende. “Historicismo: tese, legado, fragilidade”. *História Revista.* Goiânia, v. 7, n. 1/2, 2002, p. 1-22.

____. “O caráter relacional do conhecimento histórico”. In: Costa, Cléria (org.). *Um Passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002, p. 11-25.

____. “Consciência histórica, práxis e cultura: a propósito da teoria da história de Jörn Rüsen”. *Síntese Nova Fase*, v. 19, n. 56, 1992, p. 59-73.

____. “O uso de categorias na ciência histórica”. *Leopoldianum*. v. 10, n. 29, 1983, p. 5-24.

____. “Historiografia alemã do século 20: encontros e desencontros”. (texto ainda não publicado e gentilmente cedido pelo autor).

MEGILL, Allan. “Jörn Rüsen`s theory of historiography between modernism and rhetoric of inquiry”. *History and Theory*, v. 33, n. 1, 1994, p. 39-60.

____. “Recounting the past: ‘description’, explanation and narrative in historiography”. *American Historical Review*, v. 94, n. 3, 1989, p. 627-653.

PIAGET, Jean. “Psicogênese dos conhecimentos e seu significado epistemológico”. In: Piattelli-Palmarini, M. (org.). *Teorias da Linguagem, Teorias da Aprendizagem*: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomski. São Paulo: Cultrix; Edusp, 1983, p. 39-49.

RORTY, Richard. “The continuity between the enlightenment and ‘post-modernism’”. In: Baker, Keith M.; Reill, Peter H. (ed.). *What’s Left of Enlightenment?*: a post-modern question. Stanford: Stanford University Press, 2001, p. 19-36.

SCHLUCHTER, Wolfgang. “Politeísmo dos valores: uma reflexão referida a Max Weber”. In: Souza, Jessé (org.). *A Atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. UnB, 2000, p. 13-48.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. "Droysen: a fundamentação da ciência da história pela via da produção de uma antropologia histórica". *História Revista.* Goiânia, v. 7, n. 1/2, 2002, p. 151-156.

STEIN, Stanley. "A historiografia do Brasil, 1808-1889". *Revista de História*. São Paulo, v. 29, 1964, p. 81-131.

TORRES HOMEM, Francisco de Sales. "O Libelo do Povo". In: Magalhães Júnior, R. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Nacional, 1956, p. 3-126.

WEBER, Max. "A psicologia social das religiões mundiais". In: *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p. 309-346.

3) ***Bibliografia Geral***

3.1) *Livros*

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário*: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: *O Estado de São Paulo* e *Movimento.* Bauru: Edusc, 1999.

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARON, Raymond. *Da Condição Histórica do Sociólogo*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

BARMAN, Roderick J. *Citzen Emperor:* Pedro II and the making of Brazil, 1825-91. Standford: Standford University Press, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BEVIR, Mark. "Mind and method in the history of ideas". *History and Theory*, v. 36, n. 2, 1997, p. 167-189.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1997.

BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru: Edusc, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIEHL, Astor. *A Cultura Historiográfica Brasileira*: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

____. *Max Weber e a História*. Passo Fundo: Ediupf, 1996.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. (org. Michael Schröter). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GADAMER, Hans-Georg. *O Problema da Consciência Histórica*. (org. Pierre Fruchon). Rio de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1998.

GARDINER, Patrick. *La Naturaleza de la Explicación Histórica*. México: Universidad Autónoma de México, 1961.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MARTINS, Estevão de Rezende. *Cultura e Poder*. Brasília: Ibri, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista (ed. Harold Laski). Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
MONTEIRO, Pedro Meira. *A Queda do Aventureiro*: aventura, cordialidade e os novos tempos em *Raízes do Brasil.* Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
____. *Minha Formação*. 10.ed. Brasília: Ed. UnB, 1981.
____. *Um Estadista do Império*. 2 vols. 5.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
NEVES, Lúcia; MACHADO, Humberto. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
POPPER, Karl. *A Miséria do Historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1993.
RUDNER, Richard. *Filosofia da Ciência Social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
SANDES, Noé Freire. *A Invenção da Nação:* entre a Monarquia e a República. Goiânia: Ed. UFG; Agepel, 2000.
SCHWARCZ, Lilia M. *As Barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A Construção de Brasília*: modernidade e periferia. Goiânia: Ed. UFG, 1997.
TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada*: teoria política do Império do Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: Ed. UnB, 1998.
VIOTTI, Emília. *Da Monarquia à República:* momentos decisivos. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 12 ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

3.2) *Artigos*

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz. "Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar". In: Schwarcz, Lilia M. História *da Vida Privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, s.d., p. 320-408.
ANKERSMIT, Frank. "Historiography and postmodernism". *History and Theory*, v. 28, n. 2, 1989, p. 137-153.
BARRERA, José Carlos B. "Making history, talking about history". *History and Theory*, v. 40, 2001, p. 190-205.
BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. "Max Weber e modernidade: o papel da sociologia compreensiva na constituição de uma teoria da história moderna". *História Revista.* Goiânia, v. 5, 2000, p. 111-133.
____. "Texto, contexto e 'dialogismo' na obra de Dominick LaCapra". (texto ainda não publicado e gentilmente cedido pelo autor).
BEVIR, Marc. "Mind and method in the history of ideas". *History and Theory*, v. 36, n. 2, 1997, p. 167-189.
DANTO, Arthur. "The decline and fall of the analytical philosophy of history". In: Ankersmit, F.; Kellner, H.. A *New Philosophy of History*. London: Reaktion Books, 1995, p. 70-85.
DORATIOTO, Francisco Fernando M. "O império do Brasil e as grandes potências". In: Martins, Estevão de Rezende (org.). *Relações Internacionais*: visões do Brasil e da

América Latina (Estudos em homenagem a Amado Luiz Cervo). Brasília: Ibri, 2003, p. 133-152.

FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história". In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 15-37.

GEERTZ, Clifford. "O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem". In: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, p. 45-66.

GUSMÃO, Luís de. "A concepção de causa na filosofia das ciências sociais de Max Weber". In: Souza, Jessé. *A Atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. UnB, 2000, p. 235-259.

HEMPEL, Carl. "A função de leis gerais em história". In: Gardiner, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 421-435.

HERKLESS, J. L. "Review of Jörn Rüsen's *Für eine erneuerte Historik*". *History and Theory*, v. 27, n. 2, 1978, p. 241-245.

HÖLSCHER, Lucian. "The new annalistic: a sketch of a theory of history". *History and Theory*, v. 36, n. 3, 1997, p. 318-335.

IGGERS, Georg. "Geschichtstheorie zwischen postmoderner Philosophie und geschichtswissenschaftlicher Praxis". *Geschichte und Gesellschaft*, n. 26, 2000, p. 335-346.

____. "Comments on F. R. Ankersmit`s Paper 'Historicism: an attempt at synthesis'". *History and Theory*, v. 34, n. 3, 1995, p. 162-167.

KOSELLECK, Reinhart. "Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos". *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

LORENZ, Chris. "Theorie der Geschichte – was ist das?" In: *Konstruktion der Vergangenheit*: eine Einführung in die Geschichtstheorie". Köln: Böhlau, 1997, p. 1-15.

____. "Historical knowledge and historical reality: a plea for internal realism". *History and Theory*, v. 33, n. 3, 1994, p. 297-327.

MARTIN. Raymond. "The essential difference between history and science". *History and Theory*, v. 36, n. 1, 1997, p. 1-14.

MARTINS, Estevão de Rezende. "O argumento histórico como instrumento político". In: Cirne-Lima, Carlos; Almeida, Custódio de (org.). *Nós e o Absoluto*: Festschrift em homenagem a Manfredo Araújo de Oliveira. São Paulo: Loyola; Fortaleza: Ed. UFC, 2001, p. 99-112.

____. "Filosofia analítica da história". In: Carvalho, Maria Cecília de (org.). *Paradigmas Filosóficos da Atualidade*. Campinas: Papirus, 1989, p. 83-98.

____. "O problema da objetividade nas ciências sociais". *Revista Brasileira de Filosofia*, v. 34, n. 134, 1984, p. 147-172.

____. "Atualidade e relevância da teoria da história". *Revista da SBPH.* São Paulo, n. 1, 1983, p. 49-58.

MCCULLAGH, C. B. "Bias in historical description, interpretation and explanation". *History and Theory*, v. 39, n. 1, 2002, p. 39-66.

NAGEL, Ernest. "Problems in the logic of historical inquiry". In: *The Structure of Science*: Problems in the logic of scientific explanation. New York: Hartcourt, Brace and World. 1961, p. 547-606.

PIETERS, Jürgen. "New historicism: Postmodern historiography between narrativism and heterology". *History and Theory*, v. 39, n. 1, 2000, p. 21-38.

RINGER, Fritz. "Bildungs- und Geschichtstheorie in Frankreich und Deutschland im 19. Jahrhundert". In: Kütler, W.; Rüsen, J.; Schulin, E. (Hg.). *Geschichtsdiskurs*: Band 3: die Epoche der Historisierung. Frankfurt am Main: Fischer, 1997, p. 229-243.

SEARLE, John. “Perspectivas para as ciências sociais”. In: *Mente, Cérebro e Ciência*. Lisboa: Ed. 70, 1997, p. 87-103.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. “Ação comunicativa e teoria da história: aproximação de Habermas e Rüsen”. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 2, n. 1, 2001, p. 23-32.

SILVA, Vera Alice C. “Monarquia e Primeira República: a natureza do pacto de dominação segundo interpretações correntes na historiografia”. In: *Revista do Dep. de História FAFICH/UFMG*, n. 10, 1990, p. 132-150.

TOPOLSKI, Jerzy. “The role of logic and aesthetics in constructing narrative wholes in historiography”. *History and Theory*, v. 38, n. 2, 1999, p. 198-210.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo